



GUIA ANEXO

19ª Reunião da Cúpula do G20+ Brasil - G20+



**UNIÃO NORTE-RIOGRANDENSE DOS ESTUDANTES DE
DIREITO INTERNACIONAL
SIMULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS
19ª REUNIÃO DA CÚPULA DO G20+ BRASIL**

PROFESSOR COORDENADOR Diogo Pignataro de Oliveira

PROFESSOR COORDENADOR-ADJUNTO Ana Beatriz
Ferreira Rebello Presgrave
Marco Bruno Miranda
Clementino

DIRETORIA UNEDI

Secretária-Geral
Pamela Araújo Xavier de
Paiva

Vice-Secretária-Geral
Mariana da Nóbrega Dantas

Primeiro-Secretário
Fábio Araujo de Paiva
Cavalcante

Segunda-Secretária
Rafaela Araújo de
Albuquerque

Primeira-Tesoureira
Letícia Alves Andrade de
Sousa

Segunda-Tesoureira

Brunna Bezerra Nunes

Secretário Acadêmico

Arthur do Nascimento
Pereira

DIRETORIA DO G20+**Diretores Acadêmicos**

Dominique Vitória Barboza
dos Santos
Ivyson Henrique Oliveira
Melo

Diretores Assistentes

Dyellen Maria Alves Santos
Eliseu Gomes Araújo
Everton Lima do Nascimento
Joana Jardim Duarte
Karolina Emanuely Ripardo
Fontoura
Leonardo Sgadari Passegi
Alcântara

Tutora

Aysha Camille Soares da
Silva

**Natal/RN
2025**

SOBRE OS AUTORES

Aysha Camille Soares da Silva, 22 anos, graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 7º período. Em suas experiências de Simulação, atuou como Diretora Assistente na XXII edição da SOI, na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como parte da comissão do Clube de Simulações da UNEDI (CSU) e no projeto UNEMUN, em 2023. Em 2024, participou na XXIII SOI, como Diretora Acadêmica do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA) e como Delegada da China, na Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU MULHERES), na VI PEMUN. Em 2025, atua como Tutora do G20+ Brasil na XXIV SOI.

Dominique Vitória Barboza dos Santos, 21 anos, graduanda em Direito pela UFRN, 7º período. Em suas experiências com Simulações foi Delegada da Angola na XXII edição da SOI, em 2023, na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 2024 foi Diretora em duas edições do Clube de Simulações da UNEDI (CSU) na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e no Comitê Olímpico Internacional (COI), assim como, foi Diretora Assistente do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA) na XXIII SOI. Em 2025, formou o G20+ Brasil como Diretora Acadêmica na XXIV SOI.

Ivyson Henrique Oliveira Melo, 22 anos, técnico em Meio Ambiente pelo Centro Estadual de Educação Profissional João Faustino e graduando em Direito pela UFRN, 7º período. No ano de 2024 participou do Clube de Simulações da UNEDI (CSU) como delegado dos Países Baixos na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e, na XXIII SOI, compôs o Conselho de Paz e Segurança da União Africana

(CPS-UA) como diretor assistente. Em 2025, formou o G20+ Brasil como Diretor Acadêmico na XXIV SOI.

Everton Lima do Nascimento, 20 anos, técnico em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e graduando em direito pela UFRN, 2º período. Em suas experiências com simulações foi delegado na XXIII SOI como Chefe do Escritório Regional da OMS para o Mediterrâneo Oriental, em 2024, na Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2025, participou do Clube de Simulações da UNEDI (CSU) como delegado do Paquistão no Conselho de Segurança das Nações Unidas, assumindo, também, a posição de Diretor Assistente do Comitê G20+ Brasil na XXIV SOI no mesmo ano.

Dyellen Maria Alves Santos, 20 anos, Graduanda em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), 5º período, e Graduanda concluinte em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau). Fundadora e Presidente da primeira Liga Acadêmica da UERN – Campus Natal, nomeada de LADAC (Liga Acadêmica de Direito Ambiental e Constitucional). Estagiária Conciliadora atuante no TJRN – CEJUSC NATAL/RN. Em 2025, assumiu a posição de Diretora Assistente do Comitê G20+ Brasil na XXIV SOI.

Karolina Emanuely Ripardo Fontoura, 20 anos, bacharelanda em Interdisciplinar em Humanidades pela UFRN, 5º período, bacharelanda em Relações Internacionais pela Universidade Potiguar (UNP), 4º período. Em suas experiências de simulação, foi delegada na IV edição do Instituto DiploMun (2024), no Comando de Operações Especiais Conjuntas dos EUA: Operação Neptuno Spear (COEC EUA), na V edição da Fundação Econo (EconoMun), como delegada da Turquia, no Fundo Monetário Internacional (FMI), na VI PEMUN, no Comitê de Imprensa Internacional (CII), na XXIII edição da SOI (2024), no Comitê de Imprensa Internacional

(CII). Em 2025, assumiu a posição de Diretora Assistente do Comitê G20+ Brasil na XXIV SOI.

Eliseu Gomes Araújo, 22 anos, técnico em Mecânica Automotiva pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, graduado em Ciências e Tecnologia pela UFRN e graduando em engenharia de materiais pela UFRN, 10º período. Em suas experiências com Simulações participou do Clube de Simulações da UNEDI (CSU) como delegado do Palau na edição do Comitê Olímpico Internacional (COI), bem como delegado do RDC, na XXIII SOI, no Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA). Em 2025, assumiu a posição de Diretor Assistente no comitê G20+ Brasil na XXIV SOI.

Joana Jardim Duarte, 20 anos, técnica em Publicidade pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá e graduanda em Economia pela UFRN, 5º período. Em suas experiências com simulações, foi Delegada da Tailândia na XXIII edição da SOI, em 2024, no Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Em 2025, assumiu a posição de Diretora Assistente do Comitê G20+ Brasil na XXIV SOI.

Leonardo Sgadari Passeggi Alcântara, Graduando em Direito pela UFRN, 7º Período. Em suas experiências com simulações, foi Delegado das Maldivas na XXI SOI, em 2022, no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Delegado da China, na XXIII SOI, no Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA). Em 2025, assumiu a posição de Diretor Assistente no comitê G20+ Brasil na XXIV SOI.

RESUMO

O presente guia tem como finalidade servir de anexo complementar ao conteúdo apresentado no Guia de Estudos, com ênfase nas delegações a serem representadas no G20+ Brasil da XXIV SOI no ano de 2025. Para tanto, este material reúne informações essenciais sobre as características sociopolíticas, geográficas, econômicas e culturais de cada país ou entidade envolvida, além de abordar aspectos relevantes de sua atuação política interna e externa em consonância com os debates propostos pela cúpula. Logo, o presente documento oferece subsídios iniciais à compreensão das dinâmicas que envolvem as delegações do G20+ no contexto dos desafios globais relacionados à transição energética e à insegurança alimentar. Este Guia foi elaborado com base em um esforço coletivo de pesquisa em artigos acadêmicos, obras especializadas, tratados internacionais, documentos oficiais e reportagens qualificadas. No entanto, apesar da densidade e da abrangência das informações aqui reunidas, é imprescindível destacar que este Guia não esgota o conhecimento necessário à plena preparação dos delegados. Pelo contrário, estimula-se a busca por fontes complementares, conforme indicado nas referências e notas de rodapé, a fim de aprofundar a compreensão crítica e fortalecer os argumentos a serem apresentados durante a simulação.

Palavras-chave: Transição energética; Sustentabilidade; Agronegócio; Impactos Ambientais; Povos Indígenas; G20; Economia Verde.

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

AfCFTA – Área de Livre Comércio Continental Africana

AIA – Avaliação de Impacto Ambiental

ANC – Congresso Nacional Africano

ANPG – Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CLPI – Consentimento Livre, Prévio e Informado

CONADI – Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas

COP29 – 29ª Conferência das Partes

EIA – Estudos de Impacto Ambiental

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária

G20 – Grupo dos 20

G8 – Grupo dos 8

GEE – Gases de Efeito Estufa

GNL – Gás Natural Liquefeito

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEA – Agência Internacional de Energia

JBIC – Banco Japonês para Cooperação Internacional

LAC – Licença por Adesão e Compromisso

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEOM – Novo Futuro, Cidade e Zona Econômica Transnacional Planejada

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OUA – Organização da Unidade Africana

PCC – Partido Comunista da China

PMA – Programa Mundial de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRADs – Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas

RDC – República Democrática do Congo

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

STF – Supremo Tribunal Federal

UA – União Africana

UDR – União Democrática Ruralista

UE – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNHAS – Serviço Aéreo Humanitário das Nações Unidas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

WFP – World Food Programme

SUMÁRIO

2 BRASIL	14
3 ÁFRICA DO SUL	18
4 ALEMANHA	21
5 ARÁBIA SAUDITA	24
6 ARGENTINA	27
7 AUSTRÁLIA	30
8 CANADÁ	33
9 CHINA	36
10 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	40
11 FRANÇA	43
12 ÍNDIA	46
13 INDONÉSIA	49
14 ITÁLIA	52
15 JAPÃO	55
16 MÉXICO	58
17 REINO UNIDO	61
18 COREIA DO SUL	64
19 RÚSSIA	67
20 TURQUIA	71
21 UNIÃO AFRICANA	74
22 UNIÃO EUROPEIA	78
23 ANGOLA	81
24 ESPANHA	84
25 VENEZUELA	87
26 FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI)	91
27 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)	94
28 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE (IBAMA)	97
29 FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA	101

30 WORLD FOOD PROGRAMME	104
REFERÊNCIAS	107

1 INTRODUÇÃO

Após a leitura criteriosa do Guia de Estudos, recomenda-se que cada delegado consulte este Guia Anexo a fim de identificar a delegação que representará durante a simulação e, a partir disso, aprofunde-se nas informações aqui disponibilizadas. Cada seção correspondente às delegações (Estados nacionais ou organizações) apresenta um panorama dos aspectos sociopolíticos, culturais, geográficos e históricos relevantes dos envolvidos, com o objetivo de fornecer uma base contextual sólida para subsidiar a preparação individual.

É importante ressaltar que este documento possui caráter introdutório e não limitante. Por esse motivo, incentiva-se fortemente que os delegados complementem as informações aqui contidas com pesquisas adicionais, por meio de fontes confiáveis e atualizadas, de modo a enriquecer suas análises e intervenções durante os debates. Para esta edição da simulação do G20+ Brasil, os debates serão norteados pelos seguintes eixos temáticos centrais: a) Transição energética: impactos da exploração de recursos naturais em áreas indígenas e de preservação ambiental; b) O dilema do agronegócio: a contradição do combate à fome no país dos alimentos.

A escolha desses temas reflete a urgência e complexidade das pautas ambientais e sociais no cenário global e, sobretudo, no contexto brasileiro. O primeiro eixo propõe uma reflexão crítica sobre os paradoxos da transição energética e seus efeitos sobre territórios indígenas e ecossistemas protegidos, considerando os conflitos entre desenvolvimento sustentável e preservação socioambiental. Já o segundo eixo aborda a contradição entre o protagonismo do Brasil na produção de alimentos e a persistência da fome e da insegurança

alimentar no país, revelando tensões estruturais entre o agronegócio e os direitos humanos, contexto que ecoa também ao redor do mundo.

Dessa forma, este Guia Anexo deve ser utilizado como uma referência orientadora para a construção do posicionamento de cada delegação. Cabe a cada delegado a responsabilidade de aprofundar seu conhecimento e enriquecer o debate com argumentos embasados, éticos e críticos, conforme a complexidade dos temas propostos exige.

2 BRASIL

Sendo um país de dimensões continentais, o Brasil ocupa a metade da extensão territorial da América do Sul e possui mais de 210 milhões de habitantes, por essa razão, é um país de diversidade natural e cultural. No que tange à sua fauna e flora, vale destacar a floresta amazônica, a maior floresta tropical do globo, alvo de maior preocupação quanto a sua preservação devido a sua importância ecológica e histórica. Já a cultura brasileira apresenta-se como outra riqueza para o país, pois de Oiapoque a Chuí são diversas as comidas, as músicas, os sotaques e a historicidade que acompanham o povo.¹

No entanto, apesar das belezas naturais e culturais que abriga, o país enfrenta desde seu nascimento, extremas violências, desigualdades sociais, descasos ambientais e crises econômicas. Em sua capital, Brasília, está o berço da política do país, mas, em que pese a arquitetura bem planejada por Oscar Niemeyer, a cidade do Palácio do Planalto é palco de diversos conflitos de repercussão nacional – o Golpe Militar de 64, a promulgação da Constituição democrática até o episódio do 8 de janeiro –, assim, a cidade somente traduz as problemáticas enraizadas na nação.²

Em 2023, com a volta à presidência do país, Luiz Inácio Lula da Silva assume uma postura diplomática e, logo, em dezembro do mesmo ano, o Brasil assume a presidência da 19ª Cúpula do G20 (Grupo dos 20). O G20 Brasil 2024 funcionou com o slogan “construindo um mundo justo e um planeta sustentável” e incluiu em sua agenda temas de preocupação

¹ JAMES, Preston E.; MARTINS, Luciano; SCHNEIDER, Ronald Milton. **Brazil**. Encyclopædia Britannica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Brazil>. Acesso em: 18 maio. 2025.

² *Ibidem*

mundial, como desenvolvimento sustentável, agricultura, energia, combate à fome, meio ambiente, mudanças climáticas, etc.³

A Cúpula dos Líderes aconteceu na capital do Rio de Janeiro, durante os dias 18 e 19 de novembro de 2024, momento em que as nações discutiram e declararam, ao final, compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e preocupação com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Ainda, o texto da Declaração Final reforça a necessidade do combate às desigualdades, pedia um cessar-fogo na Faixa de Gaza, bem como reafirma o compromisso dos países com a paz no globo, mantendo os propósitos e princípios da Carta da ONU.⁴

Isto posto, apesar da temática ambiental ter sido muito discutida entre os líderes do G20, sobretudo quanto à relevância das nações cumprirem os acordos internacionais, o Brasil ainda enfrenta desafios. Por ser um país rico em matérias-primas, suas terras continuam sendo alvo de explorações comerciais. Com a ascensão de debates sobre transição energética, energia “limpa” e matérias-primas tecnológicas, a região norte, principalmente, tem sofrido com esses interesses mercantis, tendo em vista que o bioma abriga uma diversidade vegetal e mineral.⁵

Ocorre que, essa exploração acomete a integridade do bioma, afeta as populações tradicionais e desrespeita os limites das Unidades de

³ BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **G20 Brasil 2024**. Brasília: MIDR, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/g20>. Acesso em: 18 maio. 2025.

⁴ G20. **Declaração de Líderes do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: G20, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/g20-rio-de-janeiro-leaders-em-portugues.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

⁵ BISPO, Fábio. **Transição energética gera corrida por minerais estratégicos com 5 mil requerimentos na Amazônia**. InfoAmazonia, 11 jun. 2024. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2024/06/11/transicao-energetica-gera-corrida-por-minerais-estrategicos-com-5-mil-requerimentos-na-amazonia/>. Acesso em: 18 maio. 2025.

Conservação. A partir disso, é preciso que o Brasil adote uma postura consonante aos tratados internacionais que é signatário, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual prevê às comunidades tradicionais o poder de vetar atos ou empreendimentos que interfiram na autonomia de seus territórios. Ademais, a legislação nacional proíbe a mineração dentro de terras indígenas, só sendo autorizada com a aprovação de uma Emenda Constitucional.⁶

Além disso, a crise ambiental também é catalisada por outro fator dominante: o agronegócio. Apesar do setor, comprovadamente, prejudicar o meio ambiente por meio da contaminação de água e alimentos, pelo alto consumo de água, etc, a postura política da governança brasileira ainda é a de supervalorização desse setor. A exemplo, tem-se o Plano Safra,⁷ programa de incentivos que prioriza latifundiários, mas escanteia a agricultura familiar, assim como, as fortes propagandas televisivas em favor do “agro”.⁸

Entretanto, apesar do Brasil ser um dos países do mundo que mais produz alimentos, sua população ainda sofre com a fome, isto porque não há políticas efetivas que direcionem a produção do agro para abastecimento do país ou de valorização à agricultura familiar. É necessário que haja governança para romper a contradição do Brasil

⁶ *Ibidem*

⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Safra 2024/2025**. Brasília: MAPA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2024-2025>. Acesso em: 18 maio. 2025.

⁸ SIQUEIRA, Ivone dos Santos, et al. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 28, n. 1, p. 281–302, 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/rumosdapublicidade/trabalhos/a-campanha-publicitaria-agro-e-tech-agro-e-pop-agro-e-tudo-da-rede-globo-de-televisao-como-difusora-da-propaganda-sobre-o-agronegocio-no-brasil/>. Acesso em: 18 maio. 2025.

como país dos alimentos, mas que ainda não superou a fome ou a insegurança alimentar.⁹

⁹ MONCAU, Gabriela. “**O Agro não é pop**”: estudo aponta que a fome é resultado do agronegócio. Brasil de Fato, 20 out. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/20/o-agro-nao-e-pop-estudo-aponta-que-a-fome-e-resultado-do-agronegocio/>. Acesso em: 18 maio. 2025.

3 ÁFRICA DO SUL

Situada na região meridional, a República da África do Sul se destaca como a terceira maior economia do continente, sendo também reconhecida por sua biodiversidade e variedade climática. Com uma população superior a 60 milhões de habitantes, o país apresenta uma particularidade: possui três capitais, sendo Pretória a capital administrativa, Cidade do Cabo a legislativa e Bloemfontein a judiciária. Além disso, sobressai-se por sua ampla diversidade cultural, expressa, entre outros aspectos, no reconhecimento de 12 idiomas oficiais, iniciativa de inclusão linguística que visa promover a coesão social e assegurar maior igualdade no acesso a serviços públicos e participação cidadã.¹⁰

No âmbito político, a África do Sul se destaca como membro da União Africana (UA), organização continental criada com o objetivo de mediar conflitos entre os países da área e prevenir novas tensões diplomáticas, além de promover a integração regional por meio da cooperação econômica, social e política. Suas frentes de atuação incluem o desenvolvimento agrícola e o avanço no setor energético, potencializadas pela entrada da UA como integrante permanente do G20, onde deve abordar as causas dos conflitos e dos golpes militares no continente, assim como a crescente insegurança alimentar agravada pelas mudanças climáticas.¹¹

Em dezembro de 2024, a África do Sul assumiu a presidência rotativa do G20, tornando-se o primeiro país africano a liderar o grupo que

¹⁰ LIMA, Thalita. **Idiomas da África do Sul**. Bureau Works, s.d. Disponível em: <https://www.bureauworks.com/pt/blog/idiomas-da-africa-do-sul>. Acesso em: 22 maio. 2025.

¹¹ DEMISSIE, Balew. **Opinião**: Entrada da UA no G20 é catalisador para ascensão do Sul Global. Xinhua Português, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://portuguese.news.cn/20241119/1ab98f860c894716a00d49e4a0e9faf1/c.html>. Acesso em: 22 maio. 2025.

reúne as maiores economias globais. Sob o lema “Solidariedade, Igualdade e Sustentabilidade”, o presidente sul-africano Cyril Ramaphosa reafirmou o compromisso com a continuidade do G20 Social, promovendo uma agenda voltada ao desenvolvimento inclusivo, à justiça social e à cooperação multilateral, com ênfase nas demandas e prioridades do Sul Global. A cúpula de líderes do grupo está prevista para ocorrer em Joanesburgo, entre 23 e 25 de novembro de 2025, marcando a primeira vez que o evento será sediado no continente africano.¹²

Apesar de seu destaque no cenário internacional, evidenciado pela participação no BRICS, o Estado possui impasses estruturais que comprometem seu desempenho em diversas áreas. Um desses desafios é a crise energética, que se consolidou como tema central no debate político das eleições de 2024. Nos primeiros meses do ano, o país registrou 83 dias com interrupções no fornecimento de eletricidade. Esse cenário reflete um problema persistente há 17 anos, decorrente da forte dependência do carvão e da baixa eficiência das usinas, que operam com pouco mais da metade de sua capacidade devido à obsolescência e à manutenção inadequada, elucidando a urgência de diversificação da matriz energética¹³

Em relação ao agronegócio, a África do Sul apresenta atividades agrícolas bastante diversificadas, que vão desde o cultivo de safras e agricultura mista até a criação de gado bovino e ovino em regiões mais

¹² AGÊNCIA GOV. **África do Sul assume liderança do G20 e presidente elogia legado do Brasil.** Agência Gov, 1 dez. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202412/africa-do-sul-assume-lideranca-do-g20-e-presidente-elogia-legado-do-brasil>. Acesso em: 22 maio. 2025.

¹³ ASSIS, Vinícius de. **Falta crônica de energia leva tema ao centro das eleições sul-africanas e expõe uso do carvão.** O Globo, 29 abr. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/04/29/falta-cronica-de-energia-leva-tema-ao-centro-das-eleicoes-sul-africanas-e-expoe-uso-do-carvao.ghtml>. Acesso em: 22 maio. 2025.

áridas. No entanto, apenas 13% do território é apropriado para o cultivo e menos de um quarto dessa área corresponde a terras aráveis. A maior limitação do setor é a escassez de água, agravada por sua distribuição irregular e longos períodos de seca em várias regiões. Ainda assim, se destaca como um importante exportador agrícola, com o setor atingindo um recorde de US\$13,7 bilhões em 2024, um aumento de 3% em relação ao ano anterior.¹⁴

Embora possua diversificação dos produtos agrícolas, o país enfrenta níveis alarmantes de insegurança alimentar, tendo cerca de 16% da população sofrendo com a falta de acesso regular a alimentos, agravada pelo desemprego elevado e desigualdades históricas. Além disso, esse cenário é intensificado pelos impactos das mudanças climáticas, que tornam a agricultura mais vulnerável a secas prolongadas e eventos extremos, afetando diretamente a produção. Logo, para a reversão desse quadro são necessários investimentos em redes de proteção social, apoio financeiro aos pequenos produtores e maior integração regional no comércio de alimentos, a fim de promover segurança alimentar para a nação.¹⁵

¹⁴ SIHLOBO, Wandile. *Record exports in South Africa's agriculture point to a resilient sector*. **Agricultural Economics Today**, 29 mar. 2025. Disponível em: <https://wandilesihlobo.com/2025/03/29/record-exports-in-south-africas-agriculture-point-to-a-resilient-sector/>. Acesso em: 28 maio. 2025.

¹⁵ MAJAVU, Anna; XOLO, Nomfundo. **Cultivos comunitários e esforços agrícolas são início da soberania alimentar na África do Sul**. Brasil de Fato, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/24/cultivos-comunitarios-e-esforcos-agricolas-sao-inicio-da-soberania-alimentar-na-africa-do-sul/>. Acesso em: 28 maio. 2025.

4 ALEMANHA

A República Federal da Alemanha, situada no centro da Europa, é o 7º maior país do continente e possui uma área de aproximadamente 357 mil km², dispondo de recursos naturais relativamente escassos e pouco diversos, com a exceção das jazidas de diferentes tipos de carvão mineral encontrados com certa abundância em seu território. Atualmente é a maior economia da Europa com grande destaque para sua manufatura e setor de serviços, condizente com sua força de trabalho madura e altamente capacitada.¹⁶

Apesar de ter mantido brevemente o título de 3º maior império colonial, a inserção da Alemanha nesta dinâmica ocorreu tardiamente, com um processo de industrialização já em curso, portanto, as colônias contribuíram relativamente pouco para moldar as especificidades da economia moderna no país.¹⁷ Diferentemente de outros estados europeus, o sucesso alemão pode ser atribuído principalmente aos baixos custos da mão de obra e um sistema de relações industriais baseado no acordo mútuo entre organizações patronais, sindicatos e conselhos de empresa, e não na legislação – o que levou a descentralização do processo de fixação de salários.¹⁸

¹⁶ SHEEHAN, James J.; KIRBY, George Hall; et al. **Germany**. Encyclopaedia Britannica, 19 mar. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Germany>. Acesso em: 28 maio. 2025.

¹⁷ NIEMIETZ, Kristian. Imperial Measurement: **A Cost–Benefit Analysis of Western Colonialism**. Institute of Economic Affairs, 1 maio 2024. Disponível em: https://iea.org.uk/publications/imperial-measurement-a-cost-benefit-analysis-of-western-colonialism/#The_German_Empire. Acesso em: 28 maio. 2025.

¹⁸ DUSTMANN, Christian, et al. **From Sick Man of Europe to Economic Superstar: Germany's Resurgent Economy**. Journal of Economic Perspectives, v. 28, n. 1, p. 167–188, 2014. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.28.1.167>. Acesso em: 29 maio. 2025.

Esta descentralização conferiu grande flexibilidade à economia da nação e permitiu o desenvolvimento sólido baseado em serviços e na manufatura de produtos de alto valor agregado,¹⁹ embora com um custo proporcional para o setor energético: mesmo com reservas abundantes de carvão mineral, a extração doméstica desses recursos é cara e muitas vezes subsidiada, tornando-se pouco competitiva quando comparada a ofertas exteriores²⁰. É a infraestrutura avançada de geração de energia, a integração regional e a flexibilidade da economia alemã que permitem a viabilidade de uma matriz energética que depende majoritariamente da importação de combustíveis (63.7% de toda a energia consumida no país).²¹

Nesse contexto, a guerra da Ucrânia e suas implicações geraram atritos com outros estados europeus, visto que boa parte dos combustíveis fósseis era importada da Rússia, que passou a sofrer sanções como resposta à invasão.²² Este processo chamou atenção para a fragilidade da matriz energética alemã, intensificando o programa de transição para fontes renováveis de energia, o *Energiewende*. Com suporte legislativo desde 2010,²³ o programa foi bem sucedido em reduzir significativamente emissões de e aumentar a produção de energia limpa,

¹⁹ Dustmann, 2014.

²⁰ WETTENGEL, Julian. **Germany, EU remain heavily dependent on imported fossil fuels**. Clean Energy Wire, 3 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cleanenergywire.org/factsheets/germanys-dependence-imported-fossil-fuels#>. Acesso em: 29 maio. 2025.

²¹ *Ibidem*

²² KAUFMANN, Dirk. **Is Germany still importing Russian gas?** DW, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/en/is-germany-still-importing-russian-gas/a-70813419>. Acesso em: 29 maio. 2025.

²³ ALEMANHA. Bundesministerium für Wirtschaft und Energie (BMWi). **Vierter Monitoring-Bericht "Energie der Zukunft" (Kurzfassung)**. BMWi, 18 nov. 2015. Disponível em: <https://www.bmwi.de/Redaktion/EN/Publikationen/vierter-monitoring-bericht-energie-der-zukunft-kurzfassung.pdf>. Acesso em: 29 maio. 2025.

que chegou a corresponder a 78% de toda a eletricidade produzida na Alemanha em determinado ponto.²⁴

Esta tendência a modernização e flexibilização frente a crises urgentes também resultam de um grande volume de produção científica com aplicações práticas e imediatas, resultado da frequente cooperação entre o governo, instituições de ensino superior e organizações independentes.²⁵ Uma consequência disto é a predominância de multinacionais alemãs na vanguarda científica da biotecnologia e produtividade agrícola, oferecendo soluções em manipulação genética, agrotóxicos e fármacos.²⁶

O acesso a essas tecnologias tornam a Alemanha altamente competitiva a nível internacional, permitindo, por exemplo, o aumento do cultivo mesmo com uma diminuição no número de fazendas utilizando técnicas inovadoras de cultivo.²⁷ Apesar de seu grande valor estratégico, estas empresas frequentemente se envolvem em litígios notórios internacionalmente, inclusive pela distribuição produtos agrícolas nocivos a saúde humana,²⁸ refletindo a austeridade do estado na regulação destas.

²⁴ WILKES, William; MORISON, Rachel. **Germany, With Skies Cleared by Coronavirus Lockdown, Produces Record Solar Power.** TIME, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://time.com/5824644/germany-coronavirus-solar/>. Acesso em: 29 maio. 2025.

²⁵ WESSNER, Charles W. **How Does Germany Do It.** ASME, 13 nov. 2013. Disponível em: <https://www.asme.org/topics-resources/content/how-does-germany-do-it>. Acesso em: 29 maio. 2025.

²⁶ BAYER CROP SCIENCE. **What we do.** Disponível em: <https://www.cropscience.bayer.com>. Acesso em: 29 maio. 2025.

²⁷ VON HOBE, Cord-Friedrich; MICHELS, Marius; MUSSHOFF, Oliver. **Technical efficiency and productivity change in German large-scale arable farming.** German Journal of Agricultural Economics, v. 70, n. 1, p. 36–48, 1 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gjae-online.de/articles/technical-efficiency-and-productivity-change-in-german-large-scale-arable-farming/>. Acesso em: 29 maio. 2025.

²⁸ OLIVEIRA, Caroline. **Human rights organizations intervene at Bayer shareholder meeting: ‘Violations are the norm’.** Brasil de Fato, 29 abr. 2024.

5 ARÁBIA SAUDITA

Sendo um dos países mais extensos do Oriente Médio, a Arábia Saudita ocupa a maior parte da Península Arábica e possui uma população de mais de 35 milhões de habitantes. Com vastas extensões de desertos, como o Rub' al-Khali²⁹, e uma costa estratégica banhada pelo Mar Vermelho e pelo Golfo Pérsico, o país possui uma biodiversidade adaptada ao clima desértico preenchido com um patrimônio geológico e arqueológico milenar de sítios históricos de Al-Ula³⁰, por exemplo. Sua cultura, fortemente influenciada pelo Islã, apresenta uma riqueza própria, com tradições tribais, música tradicional, poesia e gastronomia que expressam a identidade do povo.³¹

Apesar de seu patrimônio cultural e importância geopolítica, a Arábia Saudita enfrenta desafios relacionados à abertura social, às restrições aos direitos humanos, à dependência econômica do petróleo e às questões ambientais. Ao mesmo tempo, o país vive constantes tensões entre tradição e modernização, especialmente no que tange agravar desigualdades globais e ignorar os impactos ambientais do uso intensivo de recursos naturais.³² Ainda assim, o príncipe herdeiro

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/04/29/human-rights-organizations-intervene-at-bayer-shareholder-meeting-violations-are-the-norm/>. Acesso em: 29 maio. 2025.

²⁹ Também conhecido como o "Quarto Vazio", é uma vasta região desértica localizada na Península Arábica, considerada uma das maiores áreas contínuas de areia do mundo.

³⁰ Região arqueológica situada no noroeste da Península Arábica, notória por sua relevância histórica e cultural, especialmente pelas ruínas nabateias de Hegra (Madain Saleh), inscritas como Patrimônio Mundial da UNESCO.

³¹ ARÁBIA SAUDITA. **População da Arábia Saudita. Embaixada da Arábia Saudita no Brasil.** Disponível em: <https://www.arabia-saudita.org/populacao-arabia-saudita/>. Acesso em: 20 maio 2025.

³² ARCHDAILY. **Visão 2030 da Arábia Saudita através de megaprojetos.** 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1012693/visao-2030-da-arabia-saudita-atraves-de-mega-projetos>. Acesso em: 20 maio 2025.

Mohammed bin Salman, como parte da Visão 2030, desenvolveu um plano estratégico que visa diversificar a economia, reduzir a dependência do petróleo e modernizar a sociedade saudita, sendo a capital Riade palco de reformas ambiciosas.

Em 2020, a Arábia Saudita assumiu a presidência do G20 pela primeira vez, liderando a cúpula durante um momento crítico: a pandemia da COVID-19. Com o tema “Realizando as Oportunidades do Século XXI para Todos”, a presidência saudita procurou impulsionar temas como empoderamento feminino, sustentabilidade, inovação tecnológica e recuperação econômica global. Mesmo sediando as reuniões de forma virtual, o país buscou projetar uma imagem de liderança global responsável, aberta a transformações e comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.³³

No entanto, apesar da retórica sobre sustentabilidade e diversificação econômica, a Arábia Saudita permanece fortemente ancorada no setor petrolífero. A economia do país depende das receitas do petróleo, que representam a maior parte das exportações e do orçamento público. Nesse aspecto, o modelo de desenvolvimento saudita tem sido questionado diante da crise climática global e da necessidade de transição energética. Em complemento, mesmo que o governo saudita tenha investido em fontes renováveis e no projeto de cidades futurísticas como NEOM, críticos apontam que essas iniciativas ainda não rompem com a lógica extrativista que predomina na região.³⁴

Além disso, o país também enfrenta pressões ambientais devido à escassez de água, ao uso intensivo de dessalinização e à degradação do solo em função do crescimento urbano acelerado e da exploração

³³ Archdaily, 2023.

³⁴ NEOM. NEOM: **Made to Change**. [S.l.], (s.d.). Disponível em: <https://www.neom.com/en-us>. Acesso em: 23 maio 2025.

mineral. O paradoxo saudita revela-se quando, por um lado, busca protagonismo nas discussões sobre o clima e, por outro, mantém-se como um dos maiores exportadores de petróleo do mundo. A ambiguidade torna-se ainda mais evidente no contexto ambiental, uma vez que a Arábia Saudita se apresenta como defensora de iniciativas sustentáveis e investe em projetos de energia limpa, mas, simultaneamente, é alvo de críticas pela contínua exploração intensiva de combustíveis fósseis.³⁵

De outra perspectiva, a Arábia Saudita também enfrenta desafios significativos quando se trata de segurança alimentar. Com condições geográficas extremamente áridas, a produção agrícola nacional é limitada, e o país depende majoritariamente da importação de alimentos para atender sua população de mais de 35 milhões de pessoas. Ao longo das últimas décadas, o governo saudita tem investido em tecnologias de irrigação, agricultura hidropônica e parcerias internacionais para garantir o abastecimento interno, além de adquirir terras agricultáveis em países da África e da Ásia.³⁶

Dessa forma, embora a Arábia Saudita tente se posicionar como um ator-chave na governança global, sua trajetória recente demonstra que ainda há um longo caminho a ser percorrido entre o discurso de sustentabilidade e a realidade política, econômica e ambiental do país. O futuro da nação dependerá da capacidade de conciliar sua herança cultural e religiosa com as demandas contemporâneas por justiça social, proteção ambiental e inclusão global.³⁷

³⁵ KFOURI, Sérgio. **Na terra do petróleo, água é o que não falta**. Insight Inteligência, 2023. Disponível em: <https://insightinteligencia.com.br/na-terra-do-petroleo-agua-e-o-que-nao-falta/>. Acesso em: 20 maio 2025.

³⁶ VOZ DO CAMPO. **Arábia Saudita mostra que não existem limites para a agricultura**. 03 mar. 2025. Disponível em: <https://vozdocampo.eu/2025/03/03/arabia-saudita-mostra-que-nao-existem-limites-para-a-agricultura/>. Acesso em: 30 maio. 2025.

³⁷ *Ibidem*

6 ARGENTINA

Dentro de seus limites geográficos, a Argentina ocupa majoritariamente a porção sul da América do Sul. Durante seu passado colonial, diversos povos indígenas, como os guaycuruanos, araucanos, querandís e os da Terra do Fogo, resistiram bravamente à ocupação espanhola, mas acabaram sendo exterminados ou expulsos de suas terras. Em 1810, a população do país ultrapassava 400 mil habitantes, dos quais cerca de 30% eram indígenas, 10% eram africanos escravizados ou seus descendentes, e uma grande parte era composta por miscigenados, enquanto os europeus representavam a minoria.³⁸

O nome “Argentina” deriva do latim *argentum*, que significa prata – uma referência às antigas expectativas coloniais de abundância desse metal na região. No entanto, a verdadeira riqueza histórica do país está na agropecuária. A produção de grãos e a criação de gado, especialmente nas férteis planícies dos Pampas, foram pilares do desenvolvimento argentino e contribuíram para que, em determinado momento da história, o país figurasse entre as economias mais prósperas do mundo.³⁹

Nesse cenário, juntamente com a posse dessa riqueza de interesse internacional, a entrada da Argentina no G20, em 1999, ocorreu como resultado de seu alinhamento estratégico com os Estados Unidos e da adoção das políticas neoliberais durante a década de 1990. Durante esse período, o país era visto como um verdadeiro “aluno exemplar” entre as economias emergentes, ao seguir fielmente as diretrizes promovidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, que

³⁸ CALVERT, Peter A.R., Eidt, Robert C., Donghi, Tulio Halperin. **Argentina**. Encyclopedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Argentina>. Acesso em: 18 maio de 2025.

³⁹ *Ibidem*

defendiam abertura econômica, desregulamentação e privatizações como caminho para o desenvolvimento.⁴⁰

Entretanto, mesmo com uma ampla gama de recursos naturais de base e capacidade produtiva, a Argentina enfrenta o desafio de equilibrar sua inserção econômica internacional com as necessidades sociais internas. A exclusão progressiva da agricultura familiar, camponesa e indígena do sistema produtivo, para dar ênfase na exportação de commodities e produtos agroindustriais, tem sido acompanhada por um cenário inflacionário persistente e pela crescente insegurança alimentar dentro das famílias argentinas.⁴¹

Em outro aspecto, a posição da administração argentina reflete contradições presentes em sua política ambiental contemporânea. Liderada por Javier Milei, o discurso diplomático internacional apresenta uma retórica abertamente cética em relação à emergência climática, colocando em xeque o grau de comprometimento do país com os acordos internacionais de sustentabilidade. Um dos episódios mais emblemáticos dessa postura foi a decisão de retirar a delegação argentina da 29ª Conferência das Partes (COP29), um gesto que gerou repercussão internacional e sinalizou um possível distanciamento do país em relação à agenda ambiental global.⁴²

⁴⁰ ABELES, Martín; KIPER, Esteban. **El G20 y el rol de la Argentina**. Fundación Friedrich Ebert, 2010.

⁴¹ INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Dossiê nº 65: **A Argentina sob pressão**: agroexportação, inflação e resistência popular. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2023. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2023/06/20230606_D65_PT_Web.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

⁴² O GLOBO. **Milei ordena retirada de delegação argentina da COP 29 no Azerbaijão**. O Globo, Rio de Janeiro, 13 nov. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/11/13/milei-ordena-retirada-de-delegacao-argentina-da-cop-29-no-azerbaijao.ghtml>. Acesso em: 21 maio. 2025.

Apesar desse movimento, a Argentina ainda permanece formalmente vinculada ao Acordo de Paris, o que a obriga a manter compromissos mínimos com a redução de emissões e a adaptação climática. Contudo, declarações públicas de Milei, que já classificou o aquecimento global como uma “agenda socialista”, e sua aproximação com lideranças internacionais que compartilham visões semelhantes, como Donald Trump, apontam para uma reorientação estratégica que pode enfraquecer a diplomacia ambiental do país e do mundo.⁴³

⁴³ CNN BRASIL. **Argentina considera sair do Acordo de Paris, diz fonte à CNN.** CNN Brasil, 15 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/argentina-considera-sair-do-acordo-de-paris-diz-fonte-a-cnn/>. Acesso em: 21 maio. 2025.

7 AUSTRÁLIA

Situada entre os oceanos Pacífico e Índico, a Austrália é considerada como um continente-país, sendo o sexto maior do mundo em território com uma população de aproximadamente 27 milhões de habitantes. Sua capital é Camberra e se apresenta como um estado parlamentar federal sob uma monarquia constitucional, tendo como chefe de Estado o monarca britânico Rei Carlos III, representado pela Governadora-Geral Sam Mostyn e como Primeiro-Ministro, Anthony Albanese. Destaca-se por alto indicadores socioeconômicos, configurando-se internacionalmente entre os maiores IDHs, além de sua biodiversidade distinta, possuindo como Patrimônio Mundial da UNESCO, a Grande Barreira de Corais.⁴⁴

Palco da Reunião de cúpula do G-20 em Brisbane (2014), o país é um membro fundador do G20 e possui um papel estratégico na região Indo-Pacífico, onde atua como mediador entre o Ocidente e a Ásia. Possui como principal parceiro comercial a China, e fundamenta sua atuação na defesa de Reforma das instituições financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial), transparência fiscal, combate a corrupção, promoção de acordos comerciais e combate ao protecionismo, uma vez que sua economia é dependente das commodities – a exportação de recursos minerais, produtos agrícolas e serviços educacionais.⁴⁵

Embora apoie acordos climáticos, a Austrália enfrenta pressões

⁴⁴ LANGE, Robert Terence; TWIDALE, Charles Rowland; POWELL, Joseph Michael; RICKARD, John David; ROE, Michael, VEEVERS, John J.; Et Al. **Austrália**. Encyclopædia Britannica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Australia>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

⁴⁵ HANNAM, Petter. The Guardian. **Austrália sobe para o segundo lugar no ranking mundial de gestão orçamental, mostram dados do FMI**. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2024/apr/17/australia-second-world-budget-rankings-canada-imf-data>. Acesso em: 22 maio 2025.

internas e externas por mudanças em sua matriz energética devido a sua posição proeminente no mercado global de exportação de carvão, sendo detentora da quinta maior reserva mundial deste recurso. O país possui, ademais, expressivo patrimônio em recursos naturais, incluindo a maior reserva acessível de minério de ferro do mundo e consideráveis reservas de gás natural, figurando entre os principais exportadores mundiais de gás natural liquefeito (GNL).⁴⁶ No contexto do G20, apresenta um dos desempenhos mais insatisfatórios em relação às mudanças climáticas, devido a dependência de combustíveis fósseis e negligência com a diplomacia energética.⁴⁷

Atualmente, a Agência Internacional de Energia (IEA) reconhece os avanços da nação em suas metas climáticas, mas enfatiza a necessidade de consolidar políticas e estratégias de longo prazo para assegurar a efetiva consecução desses objetivos.⁴⁸ Em 2022, o país implementou a Lei de Mudanças Climáticas, legislação que estabelece uma meta duplicada de redução de emissões até 2030, além de estipular o compromisso de alcançar a neutralidade do carbono⁴⁹ até 2050.

⁴⁶ DOWNIE, Christian, (2018). **Diplomacia energética australiana**. Revista Australiana de Assuntos Internacionais, 73 (2), 119–125. <https://doi.org/10.1080/10357718.2018.153494>.

⁴⁷ READFEARN, Graham. **A resposta climática da Austrália está entre as piores do G20, segundo relatório**. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2019/nov/11/australia-climate-response-among-worst-g20?>. Acesso em: 22 maio 2025.

⁴⁸ AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA (ED.). **A Austrália elevou suas metas climáticas e agora precisa acelerar sua transição para energia limpa, diz nova revisão da AIE**. 2023. Disponível em: <https://www.iea.org/news/australia-has-raised-its-climate-targets-and-now-needs-to-accelerate-its-clean-energy-transition-says-new-iea-review?>. Acesso em: 20 maio 2025.

⁴⁹ O termo, também conhecido por neutralidade carbônica (ou net zero) refere-se na busca do equilíbrio das emissões de gases de efeito estufa por meio da compensação por remoções equivalentes da atmosfera, pois compreende-se que não há como anular todas as emissões, mas há possibilidade de mitigar as remanescentes. O propósito é combater as alterações climáticas e o aquecimento global, visando um porvir sustentável e pode ser alcançado via reflorestamento, tecnologias de captura de carbono e otimização do manejo agrícola.

Ademais, nesse mesmo ano, a administração australiana tornou-se signatária do Compromisso Global de Metano, comprometendo-se coletivamente a reduzir as emissões de metano em, no mínimo, 30% até 2030.⁵⁰

Ainda assim, a exploração de recursos naturais e a fragilidade das políticas públicas continuam impactando de forma severa os povos aborígenes do país. Apesar dos esforços da The National Indigenous Australians Agency, episódios graves como a destruição dos sítios sagrados de Juukan Gorge pela mineradora Rio Tinta, os quais resultaram em danos irreversíveis ao patrimônio cultural dos povos Puutu Kuntj Kurrama e Pinikura, geraram ampla indignação internacional e a revisão das legislações de proteção ao patrimônio cultural. Em resposta a esse cenário, foi firmado recentemente um acordo entre a First Nations Heritage Protection Alliance e o Minerals Council of Australia, propondo reformas legais voltadas à identificação de autoridades culturais regionais e ao fortalecimento da proteção do patrimônio ancestral dos povos originários⁵¹

⁵⁰ COOK, Kody. **A AUS se junta à parceria global para a transição para energia limpa**. 2023. Revista Energy. Disponível em: <https://www.energymagazine.com.au/aus-joins-global-clean-energy-transition-partnership/>. Acesso em: 20 maio 2025.

⁵¹ NIAA. **Indigenous Affairs**. Disponível em: <https://www.niaa.gov.au/indigenous-affairs>. Acesso em: 20 maio 2025.

8 CANADÁ

Conhecido internacionalmente como “The Great White North” (O Grande Norte Branco), em razão de sua vasta extensão territorial e de seu clima predominantemente frio, o Canadá, localizado na América do Norte, destaca-se como o segundo maior país do mundo em extensão territorial. Com um relevo marcado por regiões acidentadas, o país abriga uma população de aproximadamente 37,7 milhões de habitantes, concentrada majoritariamente na região sul de seu território. Além de sua expressiva dimensão geográfica, o Canadá é reconhecido por seus elevados indicadores sociais e econômicos, posicionando-se entre as principais economias globais e reafirmando sua relevância no cenário internacional.⁵²

Como reflexo de seu crescimento e destaque no contexto global, o Canadá atualmente ocupa a presidência do G7 e será o anfitrião da cúpula em junho, na província de Alberta. Entre os temas priorizados, destaca-se a proposta de fortalecer a economia por meio da proteção ambiental, tratando as mudanças climáticas como impulsionadoras de oportunidades e inovações. No G20, o país mantém a mesma orientação, com o primeiro-ministro anunciando a participação ativa do Canadá na Global Clean Power Alliance, iniciativa liderada pelo Reino Unido para acelerar a transição global para energias renováveis.⁵³

⁵² KRUEGER, Ralph R.; NICHOLSON, Norman L. *Relief. Canadá*. Encyclopaedia Britannica, 25 maio. 2025. Disponível em:

<https://www.britannica.com/place/Canada/Relief>. Acesso em: 25 maio. 2025.

⁵³ CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ. **Agendas comuns reforçam parceria entre Brasil e Canadá durante Cúpula do G20**. CCBC, 7 dez. 2023. Disponível em: <https://www.ccbc.org.br/publicacoes/noticias-ccbc/agendas-comuns-reforcam-parceria-entre-brasil-e-canada-durante-cupula-do-g20/>. Acesso em: 23 maio. 2025.

Nesse sentido, o Canadá tem feito avanços importantes na transição para uma economia mais sustentável, com mais de 80% da sua matriz energética oriunda de fontes de baixa emissão. Desde 2015, o país estabeleceu metas ambiciosas, incluindo a redução das emissões de gases de efeito estufa e a meta de neutralidade de carbono. Entre as iniciativas destacam-se a precificação do carbono, a eliminação gradual do carvão, a expansão da energia nuclear e a descarbonização do transporte. No entanto, o setor de petróleo e gás ainda representa cerca de 25% das emissões, mostrando a necessidade de maior integração entre os níveis governamentais para alcançar os objetivos climáticos.⁵⁴

Em contraste com seus avanços nos setores energético e tecnológico, o Canadá enfrenta impasses na relação com os povos indígenas, especialmente quanto à exploração mineral em territórios tradicionais. Embora seja visto como referência em governança mineral, grande parte da atividade ocorre em terras indígenas, muitas vezes sem consulta adequada às comunidades. Mesmo com a existência de tratados e políticas como os Acordos Territoriais Compreensivos, a transferência das decisões para os governos provinciais enfraquece a proteção dos direitos indígenas, gerando conflitos frequentes e impactos socioambientais que contrariam o discurso oficial de respeito aos direitos humanos.⁵⁵

Ademais, o agronegócio canadense representa um dos pilares da economia nacional: responde por 7% do PIB, impulsiona uma ampla

⁵⁴ BEZUTTI, Natália. **IEA: Canadá mostra evolução na condução de políticas de transição energética.** *MegaWhat*, 13 jan. 2022. Disponível em: <https://megawhat.energy/geracao/iea-canada-mostra-evolucao-na-conducao-de-politicas-de-transicao-energetica/>. Acesso em: 23 maio. 2025.

⁵⁵ ANGELO, Maurício. **Mineração coleciona violações aos direitos indígenas no Canadá.** Instituto Socioambiental, 20 set. 2021. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mineracao-coleciona-violacoes-aos-direitos-indigenas-no-canada>. Acesso em: 23 maio. 2025.

gama de subsetores e emprega milhões de pessoas. Como 8º maior exportador mundial, o país se destaca nas indústrias de carne, moagem de grãos e laticínios, demonstrando a integração das cadeias de valor do campo ao consumidor.⁵⁶ No entanto, essa prosperidade convive com um aumento preocupante da insegurança alimentar, resultado da inflação acelerada, elevados custos de moradia e insuficiência das redes de apoio social, fatores que têm arrastado novas parcelas da população para a pobreza, como os povos indígenas, cuja taxa de privação alimentar atinge 26,3%.⁵⁷

Logo, apesar dos avanços tecnológicos, energéticos e econômicos que posicionam o Canadá como uma potência global comprometida com a sustentabilidade, o país ainda enfrenta desafios importantes na proteção dos direitos dos povos originários. Para se consolidar como um verdadeiro exemplo de desenvolvimento sustentável e justo, é essencial que suas políticas avancem com maior rigor na defesa desses direitos, garantindo o respeito, a participação efetiva e a preservação dos territórios e culturas indígenas.⁵⁸

⁵⁶ BLAIR, Nicole. ***Agriculture & Industry Statistics in Canada for 2023***. Made In CA, 14 jan. 2025. Disponível em: https://madeinca.ca/agriculture-industry-statistics-canada/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 25 maio. 2025.

⁵⁷ WILLOWS, N. D.; LOEWEN, O. K.; BLANCHET, R.; GODRICH, S. L.; VEUGELERS, P. J. Indigenous identity and household food insecurity are associated with poor health outcomes in Canada. ***Canadian Journal of Dietetic Practice and Research***, v. 85, n. 2, p. 76–82, 2024. Disponível em: https://dcjournal.ca/doi/abs/10.3148/cjdpr-2023-024?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 25 maio. 2025.

⁵⁸ *Ibidem*

9 CHINA

A República Popular da China é o 3º maior país do mundo em área terrestre e o maior do Leste Asiático, com uma população proporcional à sua extensão territorial: cerca de 1,4 bilhão de pessoas, o que corresponde a aproximadamente um quinto da população mundial, dividida entre 56 grupos étnicos, 5 crenças majoritárias e 16 biomas amplamente diversos entre si.⁵⁹ Esta natureza multifragmentar da China manteve-se coesa principalmente através de esforços direcionados para a erradicação da pobreza rural,⁶⁰ e da forte identidade político-cultural de sua população.⁶¹

Desde 1949, Com a ascensão do Partido Comunista Chinês (PCC) durante a Revolução Cultural promovida por Mao Zedong, a China adota uma filosofia política eminentemente Marxista-Leninista, sendo um dos 6 Estados que ainda se autodeclaram socialistas, posicionando-se de forma antagônica ao modelo capitalista de produção vigente, projetado sobretudo na imagem dos Estados Unidos.⁶² Nesse meio, a China é frequentemente retratada de forma negativa, especialmente pela mídia ocidental, como detentora de um governo de caráter ditatorial e autocrático. Atualmente, enfrenta sérias acusações de violações de

⁵⁹ LIU, J.T. et Al. **China**. Encyclopedia Britannica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/China> Acesso em: 22 maio. 2025.

⁶⁰ BANCO MUNDIAL. **Four decades of poverty reduction in China: drivers, insights for the world, and the way ahead**. Washington, DC: World Bank, 2022. Disponível em:

<https://thedocs.worldbank.org/en/doc/bdadc16a4f5c1c88a839c0f905cde802-0070012022/original/Poverty-Synthesis-Report-final.pdf>. Acesso em: 26 maio 2025.

⁶¹ DUARA, Prasenjit. **Historical consciousness and national identity**. [S. l.]: [s. n.], [s. d.]. Disponível em: https://culturahistorica.org/wp-content/uploads/2020/05/duara_national_identity.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

⁶² DENG, Xiaoping. **Building Socialism with a Specifically Chinese Character**. Beijing: *The People's Daily*, 1984. Disponível em: <https://newlearningonline.com/new-learning/chapter-4/neoliberalism-more-recent-times/deng-xiaoping-socialism-with-chinese-characteristics>. Acesso em: 27 maio 2025.

direitos humanos, incluindo repressão violenta a opositores políticos e a opressão sistemática, considerada por muitos como genocídio, da minoria étnica uigur.⁶³

Em outro aspecto, destacam-se como principais políticas adotadas pela administração chinesa, a reforma agrária, os planos econômicos quinquenais controlados pelo Estado de cima para baixo e a ruptura com valores libertários previamente estabelecidos.⁶⁴ O enfoque no assistencialismo fez com que a fossem retiradas da pobreza extrema cerca de 800 milhões de pessoas,⁶⁵ e embora grande parte disso seja devido aos investimentos em áreas rurais e redistribuição de terras, a disparidade de renda entre habitantes da cidade e do campo ainda é notável. Isso ocorre devido a priorização do desenvolvimento de indústria pesada nos centros urbanos antes da abertura econômica de 1978 e da posterior descentralização resultante da adoção de uma economia de mercado.⁶⁶

Em relação a matriz energética chinesa, o foco em indústrias pesadas corroborou a predominância e dependência intensa de combustíveis fósseis, mesmo que os amplos recursos hídricos do país tenham favorecido a construção de infraestrutura hidrelétrica que atrain

⁶³ AMNESTY INTERNATIONAL. **2024 Report: Human Rights Situation in China.** London, 2024. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/location/asia-and-the-pacific/east-asia/china/report-china/>. Acesso em: 24 maio.2025.

⁶⁴ EDITORIAL ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **A brief overview of China's Cultural Revolution.** Encyclopaedia Britannica, Disponível em: <https://www.britannica.com/story/chinas-cultural-revolution>. Acesso em: 26 maio 2025.

⁶⁵ KANBUR, Ravi; ZHANG, Xiaobo. *Fifty years of regional inequality in China: a journey through central planning, reform, and openness.* **Review of Development Economics**, v. 9, n. 1, p. 87–106, fev. 2005. DOI: 10.1111/j.1467-9361.2005.00265.x. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9361.2005.00265.x>. Acesso em: 28 maio 2025.

⁶⁶ *Ibidem*

investimento significativo,⁶⁷ a exemplo da Barragem das Três Gargantas que é a maior do mundo em termos de capacidade instalada.⁶⁸

No cenário internacional, a China exerce grande soft power – poder de convencimento, criação de consenso e influência indireta – por meio de diversos programas de apoio internacional. Entre eles, incluem-se políticas permissivas de investimento em países estrangeiros e grandes projetos de infraestrutura financiados pelo governo chinês,⁶⁹ como a iniciativa Belt and Road (Cinturão e Estrada), voltada ao desenvolvimento logístico e ao fortalecimento do comércio interligado em nível regional e internacional.⁷⁰

Como membro do G20, o país reconhece que a continuidade de seu desenvolvimento econômico depende da existência de um fórum de cooperação internacional eficaz. Por isso, advoga pela redução do número de membros, ao mesmo tempo em que abandona a política externa agressiva e confrontacional que marcou sua diplomacia nas últimas décadas, conhecida como "Diplomacia do Lobo Guerreiro"⁷¹, e retoma a postura mais reservada e estratégica propugnada pelo antigo

⁶⁷ HELLENIC SHIPPING NEWS. **Why China is struggling to wean itself from coal**. [S. l.]: Hellenic Shipping News, [s. d.]. Disponível em: <https://www.hellenicshippingnews.com/why-china-is-struggling-to-wean-itself-from-coal/>. Acesso em: 26 maio. 2025.

⁶⁸ ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Three Gorges Dam**. [S. l.]: Encyclopaedia Britannica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Three-Gorges-Dam>. Acesso em: 28 maio. 2025.

⁶⁹ D'HOOGHE, Ingrid. **Soft Power with Chinese Characteristics: China's Campaign for Hearts and Minds**. Leiden: Brill, 2015. Disponível em: <https://search.worldcat.org/title/1130023014>. Acesso em: 24 maio. 2025.

⁷⁰ INICIATIVA CINTURÃO E ROTA. **Portal Oficial da Iniciativa Cinturão e Rota**. Pequim, 2025. Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/>. Acesso em: 24 maio. 2025.

⁷¹ MARTIN, Peter. **The Understanding Chinese "Wolf Warrior Diplomacy"**. National Bureau of Asian Research, Seattle, 22 out. 2021. Disponível em: <https://www.nbr.org/publication/understanding-chinese-wolf-warrior-diplomacy/>. Acesso em: 24 maio. 2025.

chefe de estado Deng Xiaoping.⁷²

⁷² FUNDACIÓN FRIEDRICH EBERT. ***La política exterior de China: objetivos, instrumentos y desafíos***. Beijing, 2025. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/china/11433.pdf>. Acesso em: 24 maio. 2025.

10 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Com 50 estados e um papel central nas decisões internacionais, os Estados Unidos da América se posiciona como um dos países mais influentes, e controversos, do século 21. Classificado como o quarto maior país do mundo em área (depois do Canadá, China e Rússia), possui como capital nacional Washington, que é coextensiva com o Distrito de Columbia. Ao longo de seu território apresenta uma diversidade cultural, étnica e racial, resultado do fluxo constante de imigração, notavelmente a partir da década de 1830, totalizando uma população de aproximadamente 343 milhões de habitantes em 2025.⁷³

Diante de seu papel de grandeza na ordem mundial, os Estados Unidos lideraram a criação do G20 com o objetivo de fortalecer a cooperação econômica internacional e enfrentar as sucessivas crises financeiras globais.⁷⁴ Em 2008, após o colapso financeiro que teve origem no sistema bancário americano, o país sediou a primeira cúpula do G20 em nível de chefes de Estado, realizada em Washington, D.C. Esse encontro marcou um ponto de inflexão na geopolítica global, ao reunir não apenas as potências ocidentais, mas também líderes de mercados emergentes, como China e Brasil, sinalizando uma nova dinâmica de poder e responsabilidade na governança econômica internacional.⁷⁵

Ainda assim, o protagonismo econômico dos Estados Unidos tem um custo elevado para o planeta, refletido nos altos níveis de produção de Gases de Efeito Estufa (GEE) – os principais responsáveis pelo agravamento do aquecimento global. Grande parte dessas emissões está

⁷³ GOPNIK, Adam et al. **United States**. Encyclopædia Britannica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/United-States>. Acesso em: 20 maio 2025.

⁷⁴ VIANA, André Rego; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **G20**: os desafios da coordenação global e da rerregulação financeira. 2010.

⁷⁵ ALEXANDER, Nancy. **Introduction to the G20**. Fondation Heinrich Boell. Juin, 2011.

relacionada à matriz energética do país, fortemente baseada na queima de combustíveis fósseis, como petróleo, gás natural e carvão, fontes que continuam a sustentar a produção de energia em larga escala, apesar de seus impactos ambientais significativos.⁷⁶

Essa lógica de desenvolvimento está profundamente alinhada à doutrina do lema “America First”, que ecoa nas políticas interna e externa dos estadunidenses, reafirmando a supremacia de seus interesses em detrimento de uma ordem global equitativa. Ao se consolidar como uma das nações mais poderosas da atualidade, os Estados Unidos impõem sua agenda econômica e geopolítica sob o pretexto de liderança mundial, mas com práticas que priorizam objetivos próprios e frequentemente desconsideram responsabilidades coletivas, principalmente quando se trata das questões ambientais.⁷⁷

Paralelamente, esse modelo de supremacia se reflete na política agrícola e territorial, com a expansão da fronteira agropecuária impulsionada por interesses do agronegócio. Tal expansão perpetua o deslocamento forçado de comunidades tradicionais, povoados e pequenos produtores, beneficiando grandes corporações e aprofundando desigualdades sociais. Ao privilegiar a lógica produtivista, os Estados Unidos reforçam um sistema que negligencia os impactos sociais e culturais no campo, desestruturando modos de vida comunitários e marginalizando grupos historicamente vulneráveis.⁷⁸

⁷⁶ PINTO, Raquel Giffoni; MALERBA, Julianna. **A política (anti) ambiental nos Estados Unidos e no Brasil: uma análise comparativa.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 60, p. 143-166, 2022.

⁷⁷ PARKER, Nate. **An America First Climate Policy.** Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2020. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/america-first-climate-policy>. Acesso em: 11 jun. 2025.

⁷⁸ CAVALCANTI, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista Nera**, n. 13, p. 16-25, 2012.

Nesse cenário, durante os mandatos de Donald Trump, a política ambiental dos Estados Unidos adotou uma postura regressiva, defendendo a primazia econômica do país. No plano doméstico, a administração desmontou quase cem regulações ambientais, favorecendo interesses da indústria fóssil e negligenciando os impactos sobre as comunidades que vivem próximas a instalações industriais poluentes.⁷⁹ Em complemento, internacionalmente, a nação americana rompeu com o Acordo de Paris, sinalizando um afastamento da cooperação climática global e enfraquecendo os compromissos multilaterais de transição energética ao minimizar a importância da ciência do clima.⁸⁰

⁷⁹POPOVICH, N.; ALBECK-RIPKA, L.; PIERRE-LOUIS, K. ***The Trump administration is reversing nearly 100 environmental rules. Here's the full list.*** The New York Times, 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2020/climate/trump-environment-rollbacks.html>. Acesso em: 20 maio. 2025.

⁸⁰ GIBBENS, S. **15 impactos ambientais produzidos pelo governo Trump.** National Geographic Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/02/15-impactos-ambientais-produzidos-pelo-governo-trump>. Acesso em: 20 maio. 2025.

11 FRANÇA

A França, situada no noroeste da Europa, destaca-se como uma das superpotências que influenciam o mundo tanto cultural quanto historicamente. Seu legado está profundamente entrelaçado com diversas regiões globais, resultado de um vasto passado de revoluções sociais e exploração colonial. Essa presença internacional contribui para seu reconhecimento como uma potência geográfica, agrícola, econômica e industrial, atrelando uma posição estratégica como um elo importante entre o norte e o sul da Europa.⁸¹

A diplomacia francesa exerce um papel de destaque ao participar ativamente de cúpulas e organizações globais, especialmente na discussão de temas estratégicos que envolvem o meio ambiente. Isso se dá, pois, impulsionada pelo processo de industrialização acelerado na Europa, a França vem desenvolvendo políticas robustas frente as exigências ambientais, tornando-a referência não apenas no âmbito nacional, mas também em nível europeu. Nesse meio, a nação contribuiu com a formulação das diretrizes ambientais da União Europeia, devido ao sólido embasamento legislativo de suas políticas internas e ao compromisso com convenções internacionais ratificadas pelos franceses.⁸²

No G20, os esforços franceses concentram-se em três eixos principais: a proteção de ecossistemas ameaçados, a descarbonização da economia global através de inovação tecnológica e cooperação

⁸¹ WOLOCH, Isser; WEBER, Eugen. **France**. Encyclopædia Britannica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/France>. Acesso em: 21 maio. 2025.

⁸² FODHA, Mouez; JOUVET, Pierre-André; LE KAMA, Alain Ayong. **France and international environmental policy**. Économie internationale, [s. l.], ed. 108, p. 153-162, 2006. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-economie-internationale-2006-4-page-153.htm>. Acesso em: 21 maio. 2025.

financeira⁸³. Entretanto, a França mantém, ainda que de forma velada, uma relação de dominação com diversos países africanos, especialmente no que se refere aos impactos ambientais decorrentes de suas políticas extrativistas. Herdadas do período colonial, essas práticas persistem por meio da atuação de empresas francesas em setores como mineração, petróleo e agricultura, que frequentemente operam em territórios africanos com pouca ou nenhuma responsabilidade socioambiental..⁸⁴

A política colonial francesa teve um impacto muito intenso, embora tenha variado de acordo com a área colonial. Com efeito, algumas colônias receberam uma atenção especial, principalmente devido a disponibilidade de extração de minérios, com consequências devastadoras como a poluição de fontes de água e terras agricultáveis que dificultam ainda mais a sobrevivência desses países. De forma geral, o colonialismo francês é descrito como um sistema de dominação que interfere profundamente nas estruturas autóctones africanas. Esse sistema, por exemplo, tinha uma política de assimilação cultural e os territórios africanos eram vistos como partes da França, apagando comunidades locais e suas culturas..⁸⁵

Por outro lado, no tocante à transição energética e preservação de áreas demarcadas, a França passa a adotar em sua legislação uma série de políticas públicas ambientais a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992 e após o Acordo de Paris em 2015. Medidas como a diminuição da emissão de gases na estratégia nacional de desenvolvimento durável e políticas voltadas à conservação da biodiversidade passaram a ser pautas

⁸³ *Ibidem*

⁸⁴ COGNEAU, Denis; MESPLÉ-SOMPS, Sandrine. 2003. ***les illusions de l'économie ivoirienne et la crise politique***. Afrique contemporaine, n° 206.

⁸⁵ WALLIS, Andrew. 2007. ***Silent Accomplice*** – the untold story of France's role in Rwandan Genocide. London: I.B. Tauris.

recorrentes no plano nacional. Assim, o resultado impõe uma economia verde e a internalização dos acordos globais em todos os setores da economia.⁸⁶

Ademais, na França, a agricultura familiar não representa uma categoria de análise como no Brasil. A agricultura francesa é constituída por produtores em sua maioria familiares, que foram largamente incluídos no movimento da modernização agrícola, bem desenvolvidas em paralelo às novas formas de agricultura de firmas. De fato, a política de modernização agrícola dos anos 1960 e 1980, tem precisamente objetivado modernizar o conjunto da profissão, favorecendo os gestores agrícolas, com expectativas de nível de vida igual à de outras classes sociais.⁸⁷

Por fim, é possível perceber um forte posicionamento da França quando se fala tanto de agricultura familiar e política ambiental externa. Apesar de todos os problemas causados a outros países, a França continua a ser um baluarte na progressão de direitos ambientais, movimentando discussões importantes em diversos fóruns mundiais e cobrando posicionamentos de países que outrora eram neutros.⁸⁸

⁸⁶ CASSEN, Christophe; HOURCADE, Jean-Charles. **Les politiques environnementales en France à la croisée des chemins**, France, 2019.

Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/parole-dexpert/271812-les-politiques-environnementales-en-france-la-croisee-des-chemins>. Acesso em: 21 maio. 2025.

⁸⁷ HERVIEU, B.; PURSEIGLE, F. *Pour une sociologie des mondes agricoles dans la globalisation*. **Études rurales**, Paris, n. 183, p. 177-200, 2009.

⁸⁸ LACROIX, Valérie; ZACCAÏ, Edwin. **Quarante ans de Politique Environnementale en France: Évolutions, Avancées, Constante**, França, p. 211-212, fev. 2010. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-francaise-d-administration-publique-2010-2-page-205.htm>. Acesso em: 13 junho 2025.

12 ÍNDIA

Localizada no sul da Ásia, a República da Índia é o sétimo maior país do mundo em extensão territorial, possuindo 3,28 milhões de km² de extensão e uma população que supera 1,4 bilhão de pessoas, sendo, atualmente, a nação mais populosa do planeta. Seu clima é fortemente influenciado pela proximidade de cadeias montanhosas e desertos, que bloqueiam o fluxo de ventos frios e atraem monções para o país,⁸⁹ resultando em um clima majoritariamente tropical, com amplas áreas cultiváveis, da qual cerca de metade dos indianos tira diretamente seu sustento.⁹⁰

Em 2023, compondo a troika do G20 com o Brasil e a Indonésia, a Índia, em sua presidência, adota o lema “Vasudhaiva Kutumbakam”, traduzido como “Uma Terra; Uma Família; Um Futuro”, retirado diretamente de um importante texto do Hinduísmo, a religião majoritária do país, para resgatar valores milenares de interconectividade holística presentes na crença e cotidiano da nação.⁹¹ A presidência indiana foi marcada pelo contexto de polícrise em que teve início: crises simultâneas e interligadas de natureza ambiental, geopolítica e socioeconômica.⁹²

Frente a esses desafios em um mundo pós pandêmico, a Índia adota uma postura de cooperação multilateral ampla, com uma das maiores conquistas de sua presidência sendo a inclusão da União

⁸⁹ THAPAR, Romila., et al. **Índia**. Encyclopedia Britannica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/India>. Acesso em: 22 maio. 2025

⁹⁰ *Ibidem*

⁹¹ G20. **Logo & Theme**. G20 Índia 2023. Disponível em: <http://g20.in/en/g20-india-2023/logo-theme.html>. Acesso em: 28 maio. 2025

⁹² SINHARAY, Praskanva; ATHIALY, Joe. **Uma declaração sem soluções: a presidência indiana do G20 e seus resultados**. Heinrich Böll Stiftung – Brasil, 20 jun. 2024. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2024/06/20/uma-declaracao-sem-solucoes-presidencia-indiana-do-g20-e-seus-resultados>. Acesso em: 28 maio. 2025

Africana⁹³ no quadro de membros permanentes durante a reunião da cúpula do fórum em Nova Delhi. Apesar da postura cooperativa, a presidência indiana foi duramente criticada por privilegiar indivíduos ligados a facção política majoritária do país, a mesma do primeiro-ministro Narendra Modi, na liderança de alas da juventude e pela ausência de condenação explícita da participação russa na guerra da Ucrânia durante a negociação de acordos de paz.⁹⁴

Seu protagonismo geopolítico, comparada a outras potências globais consolidadas, é explicado pela economia extremamente diversificada atrelado ao fator de possuir a segunda maior força de trabalho do mundo, voltada especialmente para o setor de serviços.⁹⁵ Mesmo assim, a potência do mercado indiano é indissociável dos fatores determinantes da pobreza e desigualdade no país, onde a alta densidade populacional impede que grande parte dos trabalhadores participe da economia formal, principalmente pela carência resultante da concentração de renda e divisas socioculturais intensificada durante a administração colonial britânica, funcionando como instrumentos eficientes de opressão.⁹⁶

Um dos fatores notórios para a formação do abismo entre os mais ricos e mais pobres do subcontinente é a manutenção do sistema de castas, que apesar de ter sido oficialmente abolido em 1950, ainda é

⁹³MUNYATI, Chido. **The African Union has joined the G20 – what does it mean?** World Economic Forum, 14 set. 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2023/09/african-union-g20-world-leaders/>. Acesso em: 29 maio. 2025.

⁹⁴*Ibidem*

⁹⁵GOLDMAN SACHS. **How India's services economy became a world leader.** Goldman Sachs, 2024. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/articles/how-india-services-economy-became-a-world-leader>. Acesso em: 29 maio. 2025.

⁹⁶DIKSHIT, K.R.; CALKINS, PHILIP B.; et al. **Caste.** Encyclopaedia Britannica, 9 maio. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/India/Caste>. Acesso em: 29 maio. 2025.

utilizado como forma de organização e classificação social, tendo como base o papel desempenhado por cada um dos 4 grupos (varnas) principais.⁹⁷ A administração colonial enrijeceu esse sistema e as reformas de liberalização promovidas por governos posteriores acabaram beneficiando quase exclusivamente a elite composta pelos integrantes de classes dominantes, acentuando vertiginosamente a desigualdade e tensões étnicas no país.⁹⁸

Este processo de formação histórico da Índia, fraturado em dimensões étnicas, religiosas, econômicas e políticas bem como a ausência de investimento público em setores essenciais fez com que sua população majoritariamente rural estivesse à mercê de variações ambientais, gerando o paradoxo de um país onde 54.6% da força de trabalho está concentrada na agricultura e atividades associadas⁹⁹ enquanto um terço de todas as crianças sofrem de subnutrição.¹⁰⁰ A má distribuição de alimentos resultante desta infraestrutura limitada e o cerceamento de terras cultiváveis pela elite indiana gera dependência de estruturas de trabalho e investimento público que explicitamente colocam as classes mais vulneráveis em desvantagem.¹⁰¹

⁹⁷BOROOAH, Vani; DIWAKAR, Dilip; NAIK, Ajaya; SABHARWAL, Nidhi. **Caste, Inequality, and Poverty in India: A Re-Assessment**. Munich Personal RePEc Archive, 2013. Disponível em: <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/75669/>. Acesso em: 29 maio. 2025.

⁹⁸AIYAR, Swaminathan S. Anklesaria. **The Elephant That Became a Tiger: 20 Years of Economic Reform in India**. Cato Institute, 20 jul. 2011. Disponível em: <https://www.cato.org/sites/cato.org/files/pubs/pdf/dpa13.pdf>. Acesso em: 29 maio. 2025.

⁹⁹SIDIQUE, Ubaid. **Stuffed Granaries and Empty Stomachs: Hunger in India**. LSE South Asia Blog, 27 fev. 2023. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/southasia/2023/02/27/stuffed-granaries-and-empty-stomachs-hunger-in-india/>. Acesso em: 29 maio. 2025.

¹⁰⁰ *Ibidem*

¹⁰¹ *Ibidem*

13 INDONÉSIA

Sendo o quarto país mais populoso do mundo, com destaque no sudeste asiático, a Indonésia é composta por um conjunto de ilhas repleta de placas tectônicas e dois reinos faunísticos, servindo como um elo entre os povos da Oceania e Ásia continental. A partir dessas características, os indonésios residem em um país extremamente diverso em costumes e culturas locais, possuindo diversos grupos étnicos e comunidades que permeiam o arquipélago, unidos e extremamente ativos em diversas cúpulas internacionais como a ASEAN, ONU e OPEP.¹⁰²

Entretanto, a Indonésia, com uma população superior a 270 milhões de habitantes, atravessa um momento crítico em relação ao desmatamento acelerado e a recorrência de atividades sísmicas, fatores que ameaçam tanto a segurança da população quanto a estabilidade econômica. Esse cenário é particularmente preocupante para os grupos em situação de vulnerabilidade social, aproximadamente 10% da população, que vivem abaixo da linha da pobreza. Dependentes diretamente dos recursos naturais para alimentação e subsistência, esses grupos habitam, em sua maioria, regiões de alto risco, com baixa capacidade de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.¹⁰³

No passado, a nação experimentou uma colonização incisiva que impôs uma condição estritamente agrário-exportadora para a economia, seguido por um processo acelerado de industrialização centrado no seguinte tripé: Estado, multinacionais e capital nacional, sendo este

ú<https://docs.google.com/document/d/1e6gkC0sXOBdnURPxqxXfJ2487>

¹⁰² MCDIVITT, James F. **Indonesia**. Encyclopædia Britannica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Indonesia>. Acesso em: 21 maio. 2025.

¹⁰³ PIRMANA, V; ALISJAHBANA, A.S; YUSUF, A.A; HOEKSTRA, R; TUKKER, A. (2021) ***Environmental costs assessment for improved environmental-economic account for Indonesia***. J. Clean. Product. 280, 124521. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.124521>. Acesso em: 21 maio. 2025

53OV1_m/editltimo o elo mais fraco. Nesse âmbito, as populações locais ficam à mercê do Estado quase falido, incapaz de lidar com os impactos que suas políticas industriais juntamente com os ambientes agrários mal remunerados, de péssimas condições climáticas e trabalhistas.¹⁰⁴

A partir daí, a política externa do país vem se consolidando através de um papel cada vez mais relevante nos fóruns internacionais, especialmente no G20, o qual defende os interesses dos países em desenvolvimento frente aos desafios climáticos. Sua política ambiental, alinhada com os compromissos do Acordo de Paris e os ODS da ONU, busca equilibrar crescimento econômico e sustentabilidade, com foco em três prioridades: a proteção de suas vastas florestas tropicais e biodiversidade marinha, a transição energética justa e a resiliência climática para comunidades vulneráveis.¹⁰⁵

Ao mesmo tempo, a Indonésia, assim como outros países do sul global, tem um longo histórico de problemas de segurança alimentar, principalmente no que se fala da disponibilidade de recursos para atender seu mercado interno. Isso se dá, pois o abastecimento é extremamente prejudicado pelo desmatamento extremo devido a extração de óleo de palma, inundações, secas, tempestades e ampla elevação do nível do mar, encurralando aqueles que possuem mais dificuldade em superar os impactos da crise climática.¹⁰⁶

Diante desse cenário, as barreiras para instaurar a plena agricultura, o transporte e as restrições impostas a determinadas

¹⁰⁴ SHEKHAR, Vibhanshu. **Indonesia's Foreign Policy and Grand Strategy in the 21st Century: rise of an indo-pacific power**. Nova Iorque: Routledge, 2018.

¹⁰⁵ HEIDUK, Felix. **Indonesia in ASEAN: regional leadership between ambition and ambiguity**. Berlim: Swp Research Paper, 2016.

¹⁰⁶ ASWICAHYONO, H.; BIRD, K; HILL, H. **Desenvolvendo políticas econômicas em estados democráticos e frágeis em pós-crise: um estudo de caso indonésio**. World Dev. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2008.06.007>. Acesso em: 21 maio. 2025

atividades tornam a segurança alimentar na Indonésia ainda mais desafiadora. Em um país onde a atividade agrícola continua sendo o principal meio de subsistência para grande parte da população, garantir a estabilidade e a confiabilidade deste setor torna-se uma responsabilidade crucial, especialmente para as milhares de famílias que dependem diretamente dele para sobreviver.¹⁰⁷

¹⁰⁷*Ibidem*

14 ITÁLIA

A Itália, localizada no centro-sul da Europa, ocupa uma península cercada pelo Mar Mediterrâneo e possui uma geografia predominantemente montanhosa e de difícil acesso. Essa paisagem acidentada influenciou historicamente sua organização política, favorecendo o desenvolvimento de cidades autossuficientes e relativamente independentes, devido à dificuldade de locomoção interna. Apesar desses desafios geográficos, a Itália destaca-se como um dos maiores exportadores de produtos agrícolas e insumos refinados da Europa pelos seus solos férteis – resultado da atividade vulcânica –, ao clima com estações bem definidas e à rica biodiversidade do país.¹⁰⁸

Ainda assim, atualmente, a Itália enfrenta sérios desafios ambientais, como a poluição do ar causada por fontes energéticas e industriais, chuva ácida e a limitada eficácia nos programas de tratamento e descarte de resíduos industriais. Esse cenário ocorre principalmente devido a falta de políticas ambientais mais restritas, permitindo com que grandes indústrias no país não se utilizem de métodos adequados para lidar com seus descartes. Nesse contexto, como apontado no relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), também é notório uma disparidade de investimentos em tecnologias sustentáveis na Itália, ainda que nos últimos anos isso esteja sendo mitigado.¹⁰⁹

Além das políticas ambientais, a Itália tem direcionado esforços significativos para enfrentar as barreiras estruturais e climáticas em sua agricultura. O setor agrícola do país lida com o envelhecimento da força

¹⁰⁸ CLARK, Martin; BERENGO, Marino. **Italia**. Encyclopædia Britannica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Italia>. Acesso em: 21 maio. 2025.

¹⁰⁹ OECD (2013), **OECD Environmental Performance Reviews: Italy 2013**, OECD Environmental Performance Reviews, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264186378-en>. Acesso em: 21 maio. 2025.

de trabalho, a fragmentação fundiária e os efeitos intensificados das mudanças climáticas, como secas prolongadas, geadas fora de época e eventos climáticos extremos que comprometem culturas tradicionais. Para mitigar esses impactos, o governo italiano tem promovido a agricultura de precisão, incentivado o uso de energias renováveis no meio rural e ampliado a adoção de práticas orgânicas, tornando-se referência na produção orgânica europeia.¹¹⁰

Pelo seu papel no cenário europeu em temas cruciais, durante o mandato de seis meses como presidente da Comissão Europeia, o país pressionou por metas de reciclagem mais elevadas, avanços rumo à eliminação completa dos aterros sanitários da UE, ao crescimento de empregos verdes e ao controle mais rigoroso das emissões de usinas de combustão de médio porte. O resultado disso foi um sucesso nas negociações, aumentando sua zona de influência enquanto afincou defensor de políticas ambientais e agrárias cada vez mais condizentes com a urgência do cenário ambiental global.¹¹¹

Nesse sentido, no G20, a Itália tem alianças políticas extremamente fortes principalmente com o Brasil, apoiando uma das principais frentes de atuação do país em relação ao tema de insegurança alimentar no programa “Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza”. Considerando um dos desafios prioritários no contexto global atual, a política italiana defende o direito de cada povo e nação de escolher qual modelo de produção e sistema alimentar mais se adequam às necessidades e características de seu território, atrelando o diálogo com

¹¹⁰ CARIELLO, M.; CHAMBERS, I. *La questione mediterranea*. Milano: Mondadori Università, 2019.

¹¹¹ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **PNUMA e Itália ampliam esforços para aproveitar a digitalização para avanços ambientais e humanitários**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/destaque-tecnico/pnuma-e-italia-ampliam-esforcos-para-aproveitar-digitalizacao-para-avancos>. Acesso em: 21 maio. 2025

soluções reais como o principal meio para se alcançar uma governança global equilibrada.¹¹²

¹¹² BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. **G20**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/lideres-mundiais-lancam-a-alianca-global-contr-a-fome-e-a-pobreza> Acesso em: 21 maio. 2025.

15 JAPÃO

Geograficamente composto por ilhas e arquipélagos, o Japão se estende por 2.400 km a oeste do Oceano Pacífico. O país ainda abriga uma das cidades mais populosas do mundo, a sua capital Tóquio. É um país insular e majoritariamente composto por montanhas, mas, apesar dessa característica e do solo, em sua maioria, pobre, o Japão desenvolveu técnicas que permitiram o cultivo de variadas espécies naturais. Ainda, vale destacar que a rápida ocidentalização do estilo de vida japonês impactou o campo, uma vez que regiões agrícolas são baixas em densidade populacional. Em oposição, a costa do Pacífico da ilha de Honshu é densamente habitada e altamente poluente.¹¹³

Apesar da derrota na Segunda Guerra, o Japão restabeleceu-se economicamente, alcançando uma posição na vanguarda na economia mundial. Hoje, o país destaca-se pela sua industrialização e comércio exterior, sendo um líder financeiro global. Logo, sua economia de manufatura permitiu que o país crescesse como um dos maiores exportadores de automóveis, aço e eletrônicos. No entanto, é fato a dependência internacional de matéria-prima mineral do setor, sobretudo porque o Japão não possui muitos recursos naturais, portanto, além do impacto ambiental gerado pelo extrativismo, a indústria japonesa é uma das maiores emissoras de CO2 do mundo.¹¹⁴

Nesse sentido, o Protocolo de Kyoto não foi completamente cumprido pelo Japão, principalmente após o acidente nuclear de

¹¹³ KITAJIMA, Masamoto. **Japão**. Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Japan>. Acesso em: 23 maio. 2025.

¹¹⁴ ORGANIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO JAPÃO (JETRO). **Digitalização e descarbonização serão as tendências motrizes da indústria de manufatura do Japão**. Tóquio, 2023. Disponível em: https://www.jetro.go.jp/en/invest/attractive_sectors/manufacturing/overview.html. Acesso em: 23 maio. 2025.

Fukushima que aumentou o consumo da nação de combustíveis fósseis. Apesar disso, atualmente, o Japão tem investido em energias menos poluentes em outros países, por meio do Banco Japonês para Cooperação Internacional (JBIC), com o projeto do Gás Natural Liquefeito (GNL). Logo, com a volta de Donald Trump ao poder nos Estados Unidos, o projeto voltou a crescer e o acordo visa extrair essa fonte energética do Alasca.¹¹⁵

Entretanto, essa intervenção mineral põe o ecossistema e os territórios de povos originários em risco. Nesse cenário, comunidades dos povos Iñupiat e Gwich'in que dependem de práticas tradicionais de subsistência preocupam-se, posto que usufruem da região para caça e pesca, mas, com a construção de infraestrutura para o GNL a subsistência e o território dos povos deve sofrer com a degradação ambiental.¹¹⁶ Ainda, a mineração intensiva do Japão em busca de minerais críticos como níquel, lítio e cobalto, para tecnologias “limpas”, como baterias e turbinas eólicas, também está atingindo áreas de povos tradicionais da Indonésia e Filipinas. Visto que, essas ações estão implicando no desmatamento de florestas tropicais e em áreas de habitação indígenas, interferindo na autonomia das comunidades.¹¹⁷

¹¹⁵ TRANGIA, Takashi. **Trump breathes new life into \$44bn Japan-Alaska LNG project**. Nikkei Asia, 5 dez. 2023. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Business/Energy/Trump-breathes-new-life-into-44bn-Japan-Alaska-LNG-project>. Acesso em: 23 maio. 2025.

¹¹⁶ GIBSON, Ginger et al.. **Impact assessment in the Arctic: emerging practices of Indigenous-led review**. Yellowknife: Gwich'in Council International (GCI), 2018. Disponível em: https://gwichincouncil.com/sites/default/files/Firelight%20Gwich%27in%20Indigenous%20led%20review_FINAL_web_0.pdf. Acesso em: 23 maio. 2025.

¹¹⁷ GLOBAL WITNESS. **Rush for critical minerals in Philippines threatens Indigenous communities and biodiversity**. Londres: Global Witness, 3 dez. 2024. Disponível em: <https://globalwitness.org/en/press-releases/rush-for-critical-minerals-in-philippines-threatens-indigenous-communities-and-biodiversity/>. Acesso em: 23 maio. 2025.

Já no que tange a questão agrícola, o agronegócio japonês enfrenta desafios significativos devido a limitações geográficas, envelhecimento da população rural e dependência de importações. Além disso, esse setor é caracterizado por uma grande quantidade de fazendas pequenas, logo, pequenos produtores e, geralmente, com uma produção ineficaz. A pecuária também é praticada em pequena escala e tem altos custos de manutenção, assim, o preço da carne no país é elevado. Dessa forma, aproximadamente metade da necessidade alimentar do país é suprimida pela importação, inclusive do Brasil.¹¹⁸

Nesse cenário, portanto, o Japão sofre com questões de insegurança alimentar em razão da dependência de importações, o que encarece os alimentos, sobretudo, os mais nutritivos. Assim, arrisca-se com a variação do comércio, a exemplo da suspensão da exportação de carne de frango do Brasil devido ao surto de gripe aviária.¹¹⁹ Ademais, o país enfrenta desafios de variação climática, em 2024, uma escassez de arroz foi provocada por ondas de calor extremo. Por outro lado, políticas agrícolas rígidas forçam a diminuição da produção com o objetivo de sustentar o preço dos alimentos, prejudicando o abastecimento nacional e o acesso da população aos alimentos.¹²⁰

¹¹⁸ Kitajima, 2025.

¹¹⁹ OBAYASHI, Yuka. **Japan halts some poultry imports from Brazil after bird flu outbreak**. Reuters, 18 maio 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/japan/japan-partially-suspends-poultry-imports-brazil-after-bird-flu-outbreak-2025-05-19/>. Acesso em: 23 maio. 2025.

¹²⁰ LEWIS, Leo. **Japan faces worst rice shortage in decades**. Financial Times, 6 set. 2024. Disponível em: <https://www.ft.com/content/4a0ea012-1bcb-4944-8201-a45438d94083>. Acesso em: 23 maio. 2025.

16 MÉXICO

Popular por sua riqueza cultural e forte identidade nacional, os Estados Unidos Mexicanos, localizado na América do Norte, é notório por sua relevância geopolítica e econômica na região. Com uma população superior a 126 milhões de habitantes, é o país hispano-falante mais populoso do mundo e apresenta uma das maiores economias da América Latina, com destaque para os setores industrial, petrolífero, agrícola e, mais recentemente, tecnológico. Além disso, possui forte integração comercial com os Estados Unidos, e apesar das desigualdades sociais e regionais, possui um mercado interno significativo e classe média em expansão, fatores que impulsionam seu desenvolvimento econômico.¹²¹

No que tange aos recursos naturais, o México possui vastas reservas de petróleo, cuja exploração tem sido historicamente conduzida pela Pemex,¹²² responsável por uma parcela significativa da receita nacional. Apesar do declínio na produção nos últimos anos, o país deu um passo decisivo em fevereiro de 2025 ao aprovar uma reforma energética que reestatiza setores estratégicos, fortalecendo o controle estatal sobre o petróleo e a eletricidade. A medida visa consolidar a soberania energética nacional, reduzir a dependência de combustíveis fósseis e impulsionar o papel das empresas públicas no setor.¹²³

¹²¹ PALERM, Angel; MEYER, Michael C. *Mexico*. **Encyclopaedia Britannica**, 24 maio 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Mexico>. Acesso em: 25 maio. 2025.

¹²² ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Petróleos Mexicanos. **Encyclopaedia Britannica**, 14 maio. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/money/Petroleos-Mexicanos>. Acesso em: 25 maio. 2025.

¹²³ AGÊNCIA BRASIL. **México avança com reforma que reestatiza petróleo e energia elétrica**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-02/mexico-avanca-com-reforma-que-reestatiza-petroleo-e-energia-eletrica>. Acesso em: 23 maio 2025.

Outrossim, em sua vasta diversidade populacional, o México abriga 68 povos indígenas, conforme dados da Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas (CONADI). Embora representem uma parcela significativa da população, o reconhecimento oficial da natureza pluricultural do país só ocorreu em 1992, por meio de uma reforma constitucional. No entanto, a persistente negligência estatal tem comprometido o bem-estar dessas comunidades, frequentemente excluídas de decisões políticas e projetos de desenvolvimento. Um exemplo emblemático é o Trem Maya,¹²⁴ empreendimento turístico que ameaça territórios indígenas e sítios arqueológicos em nome do progresso econômico.¹²⁵

Ademais, apesar dos desafios internos, o México destaca-se no cenário político global. Em 2012, assumiu a presidência do G20, sediando a cúpula realizada em Los Cabos nos dias 18 e 19 de junho, onde promoveu debates centrados na economia verde, transparência fiscal e regulação dos mercados financeiros. Atualmente, o país continua a apresentar iniciativas voltadas à erradicação da desigualdade social, como o “Plano Mundial de Bem-Estar e Fraternidade”, uma proposta apresentada em 2021 ao G20 que visa combater a pobreza global por meio de uma tributação progressiva sobre as grandes fortunas.¹²⁶

¹²⁴ TREM MAYA: **México avança com projeto ferroviário controverso.** *Think Landscape – Global Landscapes Forum*. Disponível em: https://thinklandscape-globallandscapesforum-org.translate.goog/68374/tren-maya-mexico/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=sge. Acesso em: 23 maio 2025.

¹²⁵ INDIGENOUS peoples in Mexico. **Minority Rights Group**. Disponível em: <https://minorityrights.org/communities/indigenous-peoples-4/>. Acesso em: 23 maio 2025.

¹²⁶ MELLO, Michele de. México apresenta ao G20 “Plano Mundial de Bem Estar” para cobrar impostos aos mais ricos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 7 dez. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/07/mexico-apresenta-ao-g20-plano-mundial-de-bem-estar-para-cobrar-impostos-aos-mais-ricos/>. Acesso em: 23 maio 2025.

Em relação ao agronegócio, o México é marcado por contrastes: enquanto grandes produções mecanizadas voltadas à exportação se destacam no norte, no sul predomina a agricultura de subsistência. No mercado internacional, o país é líder na exportação de produtos como abacate, tomate e frutas tropicais, tendo os EUA como principal parceiro.¹²⁷ No entanto, apesar do sucesso comercial, cerca de 27,6% da população enfrenta insegurança alimentar moderada ou grave, especialmente nas regiões sul e sudeste, onde pequenos produtores enfrentam vulnerabilidades climáticas e falta de acesso a tecnologias.¹²⁸

Dessa forma, para que a nação avance de maneira sustentável nos âmbitos econômico e social, é imprescindível um comprometimento mais efetivo com políticas públicas voltadas à valorização e proteção dos povos originários, garantindo sua participação ativa nos processos decisórios, bem como o pleno acesso a direitos fundamentais. Além disso, a consolidação de um modelo de desenvolvimento verdadeiramente inclusivo demanda a articulação entre crescimento econômico, preservação das identidades culturais e promoção da justiça social, fundamentos indispensáveis para que o México reafirme sua posição como referência de democracia plural no século XXI.¹²⁹

¹²⁷ REDAÇÃO AGRISHOW. Agricultura pelo mundo: conheça as características da agricultura do México. **Agrishow Digital**, 30 out. 2024. Disponível em: <https://digital.agrishow.com.br/artigos/agricultura-pelo-mundo-conheca-caracteristicas-da-agricultura-do-mexico/>. Acesso em: 25 maio. 2025.

¹²⁸ FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2023 – Estadísticas clave*. Roma: FAO, 2023. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/b43315d5-5499-402d-92ec-a45140bceaf4/content/sofi-statistics-rlc-2023/sdg-2-food-insecurity.html>. Acesso em: 25 maio. 2025.

¹²⁹ *Ibidem*

17 REINO UNIDO

Oficialmente conhecido como Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, o Reino Unido é um país composto por ilhas na costa noroeste da Europa continental. Sua capital é Londres, uma metrópole de destaque global, amplamente reconhecida como um dos mais importantes polos financeiros, comerciais e culturais da atualidade. O país é composto por quatro nações constituintes: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. As três primeiras estão localizadas na ilha da Grã-Bretanha, enquanto a Irlanda do Norte ocupa a parte norte da ilha da Irlanda.¹³⁰

Na realidade britânica, o conceito de “indígena” não se aplica nos mesmos termos utilizados em países colonizados, como Brasil, Canadá ou Estados Unidos. Isso se deve ao fato de o Reino Unido ter sido historicamente uma potência colonizadora, não abrigando, em seu território, populações reconhecidas como indígenas, conforme os critérios estabelecidos pela Convenção nº 169 da OIT. Tal convenção define como povos indígenas aqueles que descendem dos habitantes originários de um território colonizado e que preservam tradições sociais, culturais e econômicas distintas da sociedade dominante.¹³¹

Com a vanguarda da Revolução Industrial no século XIX, o Reino Unido possui uma economia independente, desenvolvida e fortemente integrada ao cenário global.¹³² Reconhecido como o berço da indústria moderna, o país impulsionou, desde seus primórdios, a construção de

¹³⁰ COLLEY, Linda J. et al. **Reino Unido**. Enciclopédia Britânica, 20 de maio de 2025, <https://www.britannica.com/place/United-Kingdom>. Acesso em: 20 de maio de 2025.

¹³¹ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção n.º 169 sobre Povos Indígenas e Tribais**. Genebra: OIT, 1989. Disponível em: https://normlex.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_IL O_CODE:C169. Acesso em: 23 maio 2025.

¹³² *Ibidem*

fábricas em áreas urbanas, o que favoreceu a criação de um ambiente propício à intensa circulação de recursos e materiais. Entretanto, esse processo contribuiu significativamente para o aumento da geração de resíduos e para a elevação dos níveis de poluição atmosférica, hídrica e do solo, gerando, dentre diversos desastres ambientais, o Smog¹³³ em Londres no ano de 1952.¹³⁴

Apesar de carregar os impactos ambientais de uma industrialização precoce e intensiva, o que o colocou como o quarto maior emissor histórico de Gases de Efeito Estufa (GEE), o país estabeleceu como meta alcançar uma matriz elétrica 100% limpa até 2035. Um dos marcos mais significativos ocorreu em 2024, quando o Reino Unido se tornou a primeira grande economia do mundo a reduzir pela metade suas emissões de dióxido de carbono, um feito histórico na trajetória para firmar uma economia baseada na produção energética sustentável.¹³⁵

Por outro lado, ao possuir um território composto por ilhas e com limitada extensão territorial, o Reino Unido enfrenta restrições naturais à produção agrícola em larga escala. O clima temperado e instável, aliado à escassez de terras aráveis e à urbanização crescente, limita a variedade e o volume de alimentos que o país consegue produzir internamente. Essa crescente dependência de importações no Reino Unido, agravada por fatores como as mudanças climáticas, a inflação e os efeitos

¹³³ Em dezembro de 1952, um espesso nevoeiro tóxico gerado pela extensa queima de carvão cobriu as ruas de Londres por cinco dias consecutivos — um desastre ambiental que resultou na morte de milhares de pessoas e impulsionou a criação de legislações ambientais históricas no Reino Unido.

¹³⁴ GANZALA, Gabryelly Godois. **A industrialização, impactos ambientais e a necessidade de desenvolvimento de políticas ambientais sustentáveis no século XXI**. 2018. Disponível: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/295>. Acesso em 21 de maio de 2025.

¹³⁵ NEVES, Ernesto. **As lições do país rico que reduziu pela metade suas emissões de carbono**. Veja, São Paulo, 13 mar. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/agenda-verde/as-lico-es-do-pais-rico-que-reduziu-pela-metade-suas-emissoes-de-carbono/>. Acesso em: 23 maio. 2025.

duradouros do Brexit¹³⁶, tem comprometido seriamente a segurança alimentar nacional ao impedir que grupos vulneráveis acessem os produtos devido aos altos preços do ramo alimentar.¹³⁷

Diante desse cenário, o Reino Unido encontra-se em uma encruzilhada entre os legados de sua industrialização pioneira e os desafios contemporâneos de sustentabilidade e justiça social. Os avanços notáveis na transição energética, como a significativa redução das emissões de carbono e os investimentos em fontes limpas, demonstram um compromisso concreto com a mitigação das mudanças climáticas em um cenário mundial cada vez mais dividido entre a sustentabilidade e o lucro.¹³⁸

¹³⁶ Abreviação de “British Exit” (Saída Britânica) e se refere à decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia (UE), bloco econômico e político do qual fazia parte desde 1973. Essa saída foi aprovada em um referendo popular realizado em junho de 2016, quando 52% dos votantes optaram por deixar a UE.

¹³⁷ HARRIS, Sarah. **Food insecurity rising in UK because of climate breakdown, Defra report finds**. The Guardian, 11 dez. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2024/dec/11/food-insecurity-rising-uk-climate-breakdown-inflation-brexit-defra-report>. Acesso em: 23 maio. 2025.

¹³⁸ COMMITTEE ON CLIMATE CHANGE (CCC). **Progress in reducing emissions: 2024 Report to Parliament**. Londres: CCC, 2024. Disponível em: <https://www.theccc.org.uk/publication/progress-in-reducing-emissions-2024-report-to-parliament/>. Acesso em: 23 maio. 2025.

18 COREIA DO SUL

Situada no leste asiático, a República da Coreia, comumente conhecida como Coreia do Sul, ocupa a metade sul da Península Coreana e abriga cerca de 52 milhões de habitantes. Apesar de sua extensão territorial relativamente pequena, o país destaca-se por sua intensa urbanização, sua alta densidade populacional e, sobretudo, por seu notável desenvolvimento tecnológico e econômico nas últimas décadas. A cultura coreana, por sua vez, tem ganhado projeção global com o fenômenos projetando a identidade nacional sul-coreana para além de suas fronteiras.¹³⁹

Apesar desse avanço cultural e tecnológico, a Coreia do Sul enfrenta desafios complexos relacionados à desigualdade social, à alta competitividade educacional, à saúde mental da população e à constante tensão geopolítica com a vizinha Coreia do Norte. A capital, Seul, é o centro político, econômico e cultural do país, abrigando tanto arranha-céus modernos quanto palácios históricos como Gyeongbokgung. No entanto, é também uma cidade que espelha as contradições da nação: o progresso convive com pressões sociais e o alto padrão de vida, o qual contrasta com os problemas de inclusão, como o etarismo, a desigualdade de gênero e o preconceito contra minorias.¹⁴⁰

Em 2010, a Coreia do Sul assumiu a presidência do G20, tornando-se o primeiro país em desenvolvimento a liderar o grupo. A cúpula, realizada em Seul, marcou um momento histórico para o país, que

¹³⁹ REPUBLICA DA COREIA. **Relações República da Coreia–Moçambique.** Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: https://overseas.mofa.go.kr/mz-pt/brd/m_10053/view.do?seq=708881. Acesso em: 20 maio 2025.

¹⁴⁰ KOREA INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMIC POLICY. 2024 G20 **Rio Summit and Implications for Korea.** 2024. Disponível em: https://www.kiep.go.kr/gallery.es?mid=a20308000000&bid=0008&list_no=11746&act=view. Acesso em: 20 maio 2025

buscava consolidar-se como uma ponte entre economias avançadas. O encontro teve como foco a recuperação econômica pós-crise de 2008, assim como a reforma das instituições financeiras internacionais. A partir daí, a Coreia consolidou seu papel como ator ativo na governança econômica global.¹⁴¹ Assim, essa postura se reflete no engajamento da Coreia do Sul nas discussões, sobretudo nas pautas voltadas à segurança energética, mitigação das mudanças climáticas e redução das desigualdades globais.¹⁴²

Apesar de seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Coreia do Sul ainda enfrenta questões ambientais internas relevantes. O país é um dos maiores emissores de gases de efeito estufa per capita entre os países da OCDE, em grande parte devido à sua matriz energética baseada em carvão e à intensa industrialização. Nos últimos anos, no entanto, a nação tem buscado avançar na transição energética, promovendo investimentos em energia solar, hidrogênio verde e mobilidade elétrica. A meta é atingir a neutralidade de carbono até 2050, conforme estipulado em seu Plano de Ação Climática.¹⁴³

Apesar de altamente urbanizada e industrializada, a Coreia do Sul enfrenta desafios relacionados à segurança alimentar e à dependência de importações para suprir as necessidades alimentares da população. Embora tenha superado a fome que marcou parte do século XX, o país

¹⁴¹ REPUBLIC OF KOREA. ***Korea's Foreign Policy. Ministry of Foreign Affairs.*** Disponível em: https://www.mofa.go.kr/eng/wpge/m_5470/contents.do. Acesso em: 20 maio 2025.

¹⁴² EMBAIXADA DO BRASIL. **Presidente Yoon Seok-yeol participará da Cúpula do G20 no Rio de Janeiro em 2024 (17 e 18 de novembro).** Brasília, 29 nov. 2024. Atualizado em 14 mar. 2025. Disponível em: https://overseas.mofa.go.kr/br-ko/brd/m_23706/view.do?seq=87. Acesso em: 23 maio. 2025.

¹⁴³ REPUBLIC OF KOREA. ***Green Growth and Carbon Neutrality Policy. Ministry of Foreign Affairs,*** 2020. Disponível em: https://www.mofa.go.kr/eng/wpge/m_5655/contents.do Acesso em: 20 maio 2025.

ainda se preocupa com o abastecimento interno, já que possui uma das menores proporções de terras aráveis do mundo e uma agricultura voltada principalmente para o cultivo do arroz e hortaliças. Para compensar essas limitações, a Coreia do Sul importa grande parte dos alimentos consumidos, tornando-se vulnerável a oscilações nos mercados internacionais.

Ao mesmo tempo, o governo investe fortemente em tecnologia agrícola, como o cultivo em estufas e agricultura vertical, visando maximizar a produção em espaços reduzidos. A situação demonstra que, embora a fome não seja um problema estrutural atual no país, a soberania alimentar ainda depende de uma política agrícola inovadora e de relações comerciais estáveis com nações produtoras, como o Brasil. Dessa forma, a experiência sul-coreana evidencia os desafios de garantir segurança alimentar em um território com limitações naturais.¹⁴⁴

¹⁴⁴ Republic of Korea, 2020.

19 RÚSSIA

Federação russa, esta é a nomenclatura oficial da nação popularmente conhecido como Rússia,¹⁴⁵ a qual, em escala global, é o país que ocupa o primeiro lugar em extensão territorial que permite uma conexão fronteiriça com 16 outros territórios independentes. Com uma população de 143 milhões de habitantes, a Rússia tem como a capital Moscou e apresenta dimensões que abrangem os limites geográficos da Eurásia, sendo o maior país transcontinental do mundo. Seu território está majoritariamente situado na Ásia, com uma menor extensão localizada na Europa.¹⁴⁶

Diante desse cenário, o posicionamento geopolítico estratégico perante a Eurásia abre espaço para disputas de poder que ocorrem na contemporaneidade. Países como os Estados Unidos, a União Europeia, a Rússia e a China estão em disputa pelo controle e influência da região devido a vantagem do poder terrestre no sistema internacional, uma vez que engloba grandes reservas minerais e uma população expressiva, atribuindo forte impacto internacional.¹⁴⁷

A Rússia é amplamente reconhecida por sua abundância em recursos naturais, com destaque para as fontes de energia fóssil, minerais e metais. Detém aproximadamente 23,7% das reservas mundiais de gás natural, sendo também uma das maiores produtoras globais de carvão,

¹⁴⁵ Worldmeters. **Russia Population** (2024). Disponível em: <https://www.worldometers.info/world-population/russia-population/>. Acesso em: 30 maio. 2025.

¹⁴⁶ MILHAZES, J. **A mais breve história da Rússia - Dos eslavos a Putin**. Coimbra: Dom Quixote, 2021.

¹⁴⁷ PIRES, M. C.; Nascimento, L. G. A GEOPOLÍTICA SINO-RUSSA NA EURÁSIA E AS DISPUTAS CHINA-EUA: ÁSIA-PACÍFICO-GRANDE EURÁSIA VS INDO-PACÍFICO. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, p. 27. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/490592603.pdf>. Acesso em: 30 maio. 2025.

petróleo, níquel, paládio, urânio e ouro.¹⁴⁸ Essa riqueza permite ao país exportar cerca de 70% do petróleo que produz, consolidando-se como uma das principais potências energéticas do mundo e importante fornecedora da União Europeia, impulsionando significativamente a economia russa, especialmente no setor energético.¹⁴⁹

No entanto, a conjuntura russa não apresenta um cenário favorável à qualidade ambiental mundial, uma vez que ainda depende fortemente da exportação de combustíveis fósseis e possui um espaço político pouco favorável à atuação de movimentos ambientalistas. O governo russo frequentemente prioriza o crescimento econômico e a segurança energética, ao invés de adotar medidas ambientais mais severas. Gradativamente, a potencialidade negativa do uso irresponsável desses recursos transfiguram o caráter objetivo da cúpula do G20+ que busca o desenvolvimento sustentável e ações ecologicamente equilibradas.¹⁵⁰

Sob esse viés, a Nor Nickel, empresa russa conhecida como maior produtora mundial de níquel refinado, é responsável por inúmeros desastres ambientais e violações de direitos humanos. O maior desastre ecológico já registrado na região do Ártico ocorreu em 2020, nas proximidades da cidade de Norilsk, na Rússia. Nesse incidente, mais de 20.000 toneladas de óleo diesel, vazaram de um tanque de armazenamento de combustível obsoleto, contaminando tanto as águas quanto o solo da região. Tal evento resultou em danos ambientais de

¹⁴⁸ VISENTNI, P. F. **O caótico século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015. p.101-102.

¹⁴⁹ PEREIRA, T. L. V.; Pedone, L. A importância dos recursos naturais na modernização econômica, militar e geopolítica da Federação Russa. **Revista de Geopolítica**, v. 4, n. 2, p. 1-15, 2016. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/85/84>. Acesso em: 30 maio. 2025.

¹⁵⁰ AGUIAR, C. B. O. **A ambição climática dos BRICS: Rússia**. Disponível em: https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2025/01/Russia_compressed.pdf. Acesso em: 30 maio. 2025.

proporções catastróficas e representou uma ameaça significativa à sobrevivência das comunidades indígenas locais.¹⁵¹

Por outro lado, a Rússia tem ganhado destaque no cenário alimentício internacional devido à extensão de suas áreas agrícolas ociosas, o que a torna um alvo estratégico para investimentos estrangeiros no contexto do processo global de land grabbing.¹⁵² Sob a ótica analítica do Estado, o investimento estrangeiro nesse setor parece estar alinhado à estratégia de expandir a produção agrícola interna para reduzir vulnerabilidades associadas à dependência do mercado internacional, especialmente diante de um cenário geopolítico cada vez mais instável e desafiador para o país.¹⁵³

Portanto, apesar de ser um dos maiores produtores e exportadores de grãos do mundo, a Rússia enfrenta obstáculos que limitam sua contribuição à segurança alimentar global. As condições climáticas adversas afetam sua produtividade agrícola.¹⁵⁴ Além disso, os embargos econômicos decorrentes de conflitos internacionais, como a guerra na Ucrânia, restringem seu acesso a mercados e tecnologias. Essas sanções comprometem a cadeia logística e produtiva russa. Com isso, sua

¹⁵¹INDIGENOUS RUSSIA. **Russia's Indigenous Peoples call for international support to save the Arctic**. 2021. Disponível em: <https://indigenous-russia.com/archives/16996>. Acesso em: 21 maio 2025.

¹⁵² Este termo refere-se a aquisição de grandes extensões de terra, geralmente essa aquisição pode ser realizada por empresas ou governos estrangeiros, com fins comerciais, agrícolas ou de exploração de recursos naturais.

¹⁵³LIMA,T.; Dias, A. **Segurança alimentar russa: estratégia de autonomia para uma estrutura internacional de incertezas**. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: <https://rbed.emnuvens.com.br/rbed/article/view/75064/42076> (p.283). Acesso em: 30 maio. 2025.

¹⁵⁴ BANK OF FINLAND. **Russia's 2024 grain harvest falls below expectations**. Helsinki: BOFIT – Institute for Economies in Transition, 3 jan. 2025. Disponível em: https://www.bofit.fi/en/monitoring/weekly/2025/vw202501_1/. Acesso em: 30 maio. 2025.

capacidade de abastecer o mercado global é significativamente reduzida. Tal cenário revela limitações geopolíticas importantes.¹⁵⁵

¹⁵⁵ FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *The importance of Ukraine and the Russian Federation for global agricultural markets and the risks associated with the current conflict*. Roma: FAO, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb9013en/cb9013en.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

20 TURQUIA

Sendo um dos países mais importantes da Eurásia, a Turquia ocupa uma posição geográfica estratégica entre a Europa e a Ásia, dividida pelo Estreito de Bósforo. Abrigando uma população de mais de 85 milhões de habitantes, o país concentra uma impressionante diversidade étnica, linguística e religiosa. Nesse sentido, culturalmente, os turcos carregam o legado do Império Otomano, do cristianismo bizantino e do islamismo sunita, o que lhes conferem uma identidade única.¹⁵⁶

Apesar de seu rico patrimônio e influência regional, a Turquia enfrenta impasses socioeconômicos e políticos significativos. Em Ancara, capital administrativa e centro do poder político, decisões polêmicas marcaram a última década, incluindo restrições às liberdades civis, tensões com a União Europeia e desafios econômicos como inflação alta e desvalorização da moeda nacional. O presidente Recep Tayyip Erdoğan tem conduzido um governo marcado pela centralização de poder e por um discurso nacionalista, o que, embora sustente parte de sua base política, intensifica divisões sociais e repressões à oposição e à mídia.¹⁵⁷

Sendo assim, a questão da Turquia se soma como mais um problema persistente enfrentado pela nação. O país ainda depende fortemente da importação de combustíveis fósseis e tem sido criticado por empreendimentos de grande impacto ambiental, como barragens e projetos de urbanização acelerada que afetam ecossistemas sensíveis e comunidades tradicionais, como curdos e povos nômades. Embora o

¹⁵⁶ BRASIL TURQUIA. **A população da Turquia**. [S.l.], [2025?]. Disponível em: <http://www.brasilturquia.com.br/a-populaco-da-turquia-180.html>. Acesso em: 20 maio 2025.

¹⁵⁷ *Ibidem*

governo tenha anunciado planos para ampliar a participação da energia solar e eólica, especialistas apontam que os esforços ainda são insuficientes para cumprir os compromissos climáticos assumidos no Acordo de Paris e na Agenda 2030.¹⁵⁸

Durante o G20 Brasil, a nação manifestou apoio à transição energética e à cooperação internacional para o enfrentamento das mudanças climáticas, ressaltando a necessidade de equilíbrio entre desenvolvimento econômico e responsabilidade ambiental.¹⁵⁹ Entretanto, a posição adotada pela Turquia em fóruns internacionais carece de uma autocrítica necessária, sobretudo diante de contradições evidentes. Um dos casos mais emblemáticos é a permissibilidade estatal perante o projeto da hidrelétrica de Ilisu, no sudeste do país, que resultou na inundação de áreas historicamente habitadas por comunidades curdas e na destruição de sítios arqueológicos milenares, tudo isso sem a realização de consultas prévias ou a oferta de compensações adequadas.¹⁶⁰

No âmbito agrícola, a Turquia destacou os esforços nacionais para garantir segurança alimentar e combater a fome, enfatizando o papel do setor agrícola na estabilidade econômica e social do país. Como ponte entre a Europa e a Ásia, a nação possui uma posição estratégica no

¹⁵⁸ UNITED NATIONS NEWS. **Declaração sobre o fim da pobreza extrema e desenvolvimento sustentável.** [S.l.], 21 nov. 2017. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2017/11/1601892>. Acesso em: 20 maio 2025.

¹⁵⁹ VALOR ECONÔMICO. **Erdogan diz que Turquia respeita declaração final do G20, mas queria críticas a Israel.** São Paulo, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/g20-no-brasil/noticia/2024/11/19/erdogan-diz-que-turquia-respeita-declaracao-final-do-g20-mas-queria-criticas-a-israel.ghtml>. Acesso em: 20 maio. 2025.

¹⁶⁰ MOVIMENTO DOS AFFECTADOS POR BARRAGENS (MAB). **Hidrelétrica ameaça inundar cidade milenar e atinge milhares de pessoas no Curdistão.** [S.l.], 7 jun. 2019. Disponível em: <https://mab.org.br/2019/06/07/hidrel-trica-amea-inundar-cidade-milenar-e-atinge-milhares-pessoas-no-curdist/#:~:text=O%20projeto%20Ilisu%20tem%20o,no%20dia%2010%20de%20junho>. Acesso em: 20 maio. 2025.

abastecimento alimentar regional e global, sendo produtora relevante de trigo, frutas, legumes e oleaginosas. Ainda assim, os turcos enfrentam desafios estruturais relacionados à distribuição de alimentos, desperdício, concentração fundiária e acesso desigual a insumos entre pequenos e grandes produtores.¹⁶¹

Desse modo, apesar do discurso oficial empregado internacionalmente, as políticas internas do governo turco têm favorecido o agronegócio em larga escala e a exportação de produtos agrícolas, em detrimento do fortalecimento da agricultura familiar e da soberania alimentar. Logo, pequenos produtores enfrentam dificuldades de acesso ao crédito, à irrigação e à tecnologia, o que agrava as desigualdades entre as regiões do país, especialmente nas áreas mais pobres do leste e sudeste. Nessa contradição, a delegação turca possui o desafio de atrelar a cooperação internacional com o fortalecimento da política ambiental e agricultura familiar enquanto carece de compromisso com o seu próprio povo em reduzir as desigualdades existentes.

¹⁶¹ Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). **Turkey at a glance**. Disponível em: <https://www.fao.org/turkey/fao-in-turkey/turkey-at-a-glance/en/>. Acesso em: 20 maio. 2025.

21 UNIÃO AFRICANA

A União Africana (UA) é fruto da Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963, por líderes como Kwame Nkrumah, Haile Selassie, Julius Nyerere e Sékou Touré, a fim de combater os resquícios da colonização europeia. Nesse meio, a OUA foi capaz de promover a legitimação e independência das nações africanas através da mediação de problemáticas internas, integração regional e emancipação de seus povos, como proclamada por seus líderes, através do movimento panafricanista.¹⁶² Assim, a União Africana, seguindo os passos da sua antecessora, busca a libertação de África, dirimindo os antagonismos internos no território, estruturando a ordem social e a segurança de seus países.¹⁶³

A proclamação da União Africana ocorreu por intermédio da Declaração de Sirte em 1999 e foi formalizada posteriormente, durante a Cúpula de Lomé, em 2000. Atualmente, esse bloco com 55 (cinquenta e cinco) membros também promove a participação ativa da sociedade civil, com ênfase na inclusão das mulheres no processo decisório, além de incentivar a colaboração com organizações não governamentais (ONGs), sindicatos e entidades empresariais, reconhecidos como grupos essenciais para a ascensão da economia africana.¹⁶⁴

¹⁶² FERNANDES, Márcia. (2016). **A organização da unidade africana como expressão do projeto político continental no pós-independência: disputa e reivindicações.** Sankofa (São Paulo).

¹⁶³ ALMEIDA, E. C. **O Papel Da União Africana Na Segurança Em África: Do Mar Mediterrâneo Ao Cabo.** PROELIUM, v. 7, p. 129–140, 2016.

¹⁶⁴ HAFFNER, J. A. H., & VIANA, G. E. S. (2013). **União Africana: desafios e oportunidades do bloco.** Conjuntura Austral, 4(20), 69–94. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.38134>.

A integração da União Africana ao G20, embora recente – formalizada em 2024 – é um marco histórico.¹⁶⁵ A inclusão evidencia não apenas o potencial de contribuição e engajamento do continente na governança global, mas também consolida sua posição como agente decisório em questões político-econômicas internacionais e internas como as mudanças climáticas, energia e reforma de instituições multilaterais.¹⁶⁶ Neste sentido, Derso e Mehari (2023), estabelecem uma relação de interdependência mútua entre a UA e o G20 ao afirmarem a necessidade do grupo de fortalecer de sua relevância frente à ascensão de outros fóruns multilaterais de articulação política e econômica, como o BRICS.¹⁶⁷

Em busca de separar a economia africana das suas barreiras coloniais, foram implementadas algumas estratégias. Desde o Plano de Ação para o Desenvolvimento Econômico da África (1980) até a Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA), criada em 2018, que inclui as Comunidades Econômicas Regionais Africanas, estabelecidas pelo Tratado de Abuja (1991).¹⁶⁸ Atualmente, a AfCFTA é a maior área de livre comércio do mundo. Composta por 54 dos 55 membros da UA, tendo como exceção a Eritreia, seus países representam 94% do PIB em África

¹⁶⁵ DEUTSCHE WELLE (DW). **União Africana vira membro permanente do G20**, 09 set. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/uni%C3%A3o-africana-vira-membro-permanente-do-g20/a-66767618>. Acesso em: 22 maio 2025.

¹⁶⁶ COSTA, Murilo Gomes da. **A agenda africana no G20 e os desafios da adesão da União Africana**. Cadernos Adenauer XXV (2024), [s. l], v. 2, p. 121-140, 2024. Disponível em: <https://www.kas.de/documents/d/brasilien/cadernos-2-2024-cap-7>. Acesso em: 20 maio 2025.

¹⁶⁷ DERSSO, Solomon Ayele; MEHARI, Lea. **Why African Union's membership in the G20 matters for both the G20 and Africa**. Addis Ababa: 2023. Disponível em: [https:// amaniafrica-et.org/why-african-unions-membership-in-the-g20-matters-for-boththe-g20-and-africa/](https://amaniafrica-et.org/why-african-unions-membership-in-the-g20-matters-for-boththe-g20-and-africa/). Acesso em: 21 maio 2025.

¹⁶⁸ ALTEMANI, Henrique. **Os Organismos de Integração Econômica Regional na África**. Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, 1986, p. 96-112.

e o consequente crescimento econômico sustentável almejado pelo continente.¹⁶⁹

É imprescindível ressaltar que a economia em África é marcada pela exportação de commodities. Abrangendo cerca de 30% das reservas minerais mundiais, incluindo cobalto, lítio, níquel, manganês, grafite natural, cobre e minério de ferro, o continente demonstra tamanha importância no desenvolvimento de energia verde e na corrida global pela transição energética¹⁷⁰. Entretanto, como exposto, na Reunião do Grupo de Peritos, sobre Minerais Essenciais de África no Contexto da Política Comercial (2024), apesar de detentor dos recursos naturais, o continente continua sendo explorado por investidores globais, dos quais carregam todos os benefícios fiscais e econômicos em detrimento desses países.¹⁷¹

Neste cenário, de idealização de transição energética e os minerais como geradores de receita; a exploração de países como a República Democrática do Congo (RDC), responsável pelo fornecimento de cerca de 70% do mercado global de cobalto, matéria-prima de baterias recarregáveis, gera impactos socioambientais. Aquilo que alimenta as baterias dos carros e smartphones, alimentam a exploração de trabalho infantil,¹⁷² causam a contaminação da água e dos solos nas plantações, e

¹⁶⁹ FOFACK, Hyppolyte; MOLD, Andrew. The AfCFTA and African trade: An Introduction to the special issue. **Journal of African Trade**: Paris, Atlantis Press, v. 8, n.º 2, 2021, p. 1-11.

¹⁷⁰ ZERO CARBON ANALYTICS (org.). **Desenvolvimento dos recursos minerais de África**: o que precisa de acontecer. 2024. Disponível em: <https://zerocarbon-analytics.org/archives/netzero/developing-africas-mineral-resources-what-needs-to-happen>. Acesso em: 21 maio. 2025.

¹⁷¹ COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA (ECA). **Os recursos minerais essenciais de África, uma bênção para o comércio intra-africano e a integração regional**. 2024. Disponível em: <https://www.uneca.org/stories/africa%E2%80%99s-critical-mineral-resources%2C-a-boon-for-intra-african-trade-and-regional-integration>. Acesso em: 21 maio. 2025.

¹⁷² SAVE THE CHILDREN INTERNATIONAL (org.). **RDC**: Minas de cobalto, trabalho infantil e a transição verde. 2024. Disponível em:

afetam a saúde dos trabalhadores e comunidades próximas às minas e refinarias, provocando diversos problemas respiratórios e de pele.¹⁷³

<https://www.savethechildren.net/stories/drc-cobalt-mines-child-labour-and-green-transition>. Acesso em: 20 maio. 2025.

¹⁷³ GERDING, Jonas. **RDC**: O impacto silencioso da exploração de cobalto. Deutsche Welle (DW). Alemanha, p. 1-1. 28 jun. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/rdc-o-impacto-silencioso-da-explora%C3%A7%C3%A3o-de-cobalto/a-49405234#:~:text=Procura%20cada%20vez%20maior,est%C3%A3o%20expostos%20a%20v%C3%A1rias%20toxinas>. Acesso em: 21 maio. 2025.

22 UNIÃO EUROPEIA

Desde a Segunda Guerra Mundial, a Europa esforçava-se para reassumir os laços rompidos no conflito, assim, após a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e o Ato Único Europeu (AUE), finalmente formou-se a União Europeia (UE), criada pelo Tratado de Maastricht, em 1993. Com o objetivo de reforçar a integração política e econômica do continente europeu, elegeu uma moeda única (euro) e prioriza pautas como direitos de cidadania em comum, cooperação à imigração e asilo, segurança unificada e política externa. Com isso, em 2012, a UE recebeu o prêmio Nobel da Paz em razão das ações para promovê-la e a união democrática na Europa.¹⁷⁴

Hoje, a UE é composta por 27 países¹⁷⁵, os quais ocupam uma área de 4,2 milhões de km², contudo, apesar do grande território e de possuir algumas reservas energéticas e minerais, como carvão, gás natural e petróleo, a União não possui uma capacidade de autossuficiência. A partir disso, o bloco apresenta uma política energética consolidada e comprometida com a segurança, a sustentabilidade e a competitividade do setor. Em 2022, devido às dificuldades trazidas pela guerra entre Ucrânia e Rússia, a UE elaborou o plano REPowerEU com o objetivo de diminuir sua dependência dos combustíveis fósseis russos até 2025 e diversificar suas fontes de energia, priorizando o uso de energias limpas.¹⁷⁶

¹⁷⁴ HOSKINS, Gareth. **União Europeia**. Encyclopaedia Britannica, 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/European-Union>. Acesso em: 22 maio. 2025.

¹⁷⁵ Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Roménia, Tchêquia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha e Suécia.

¹⁷⁶ EUROPEAN COMMISSION. **REPowerEU: 3 years on – Europe's energy independence in action**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2024. Disponível em:

Entretanto, o histórico europeu é de invasão de territórios estrangeiros em busca de minerais essenciais, a exemplo do continente africano que sofre com investidas da França por ouro e diamantes. Por essa razão, a Europa depende de importações, uma vez que suas reservas naturais são limitadas. Logo, a UE importa uma grande parcela dos recursos minerais que são essenciais para tecnologias modernas, incluindo lítio, cobalto, terras-raras e outros minerais críticos para a fabricação de baterias, eletrônicos, energias renováveis (como turbinas eólicas e painéis solares) e indústrias de alta tecnologia.¹⁷⁷

Nesse sentido, os acordos de fornecimento de matérias-primas com países do Sul Global, frequentemente, coincidem com territórios de povos originários ou zonas de preservação. À exemplo, as relações com o “triângulo do lítio” (Argentina, Chile e Bolívia) são controversas, pois a mineração na região perpassa áreas indígenas, violando a Convenção 169 da OIT, além de que a extração do lítio exige um alto consumo de água.¹⁷⁸ Já na África, os países enfrentam ataques a sua soberania e as comunidades tradicionais são afetadas com a extração forçada de minerais, bem como com a insalubridade deixada pelos impactos ambientais, ademais muitos são forçados a trabalhar em condições precárias.¹⁷⁹

https://energy.ec.europa.eu/topics/markets-and-consumers/actions-and-measures-energy-prices/repowereu-3-years_en. Acesso em: 22 maio. 2025.

¹⁷⁷ INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **Critical Raw Materials and European Defence**. Londres: IISS, 2025. Disponível em: <https://www.iiss.org/research-paper/2025/03/critical-raw-materials-and-european-defence/>. Acesso em: 22 maio. 2025.

¹⁷⁸ AYLWIN, José. **Transição energética justa?** Os impactos do lítio nas salinas andinas da Argentina, Bolívia e Chile. Debates Indígenas, 01 maio 2025. Disponível em: <https://debatesindigenas.org/en/2025/05/01/a-just-energy-transition-the-impacts-of-lithium-extraction-on-the-andean-salt-flats-of-argentina-bolivia-and-chile/>. Acesso em: 22 maio. 2025.

¹⁷⁹ AMNESTY INTERNATIONAL. **This is what we die for: Human rights abuses in the Democratic Republic of the Congo power the global trade in cobalt**. Londres: Amnesty International, 2016. Disponível em:

Ainda na perspectiva ambiental, vale destacar que o agronegócio na União Europeia também está no centro de tensões ambientais e sociais. Esse setor é regulado e subsidiado pela Política Agrícola Comum (PAC), iniciativa que visa garantir segurança alimentar, renda estável aos agricultores e proteção ambiental. Apesar disso, o sistema agrícola da UE assemelha-se ao Brasil, pois, apesar de investir muito no setor, a maioria dessa verba é destinada aos latifundiários. Com isso, a União possui um agronegócio altamente produtivo, no entanto, é primordialmente voltado para a exportação.¹⁸⁰

Nesse contexto, vale ressaltar que a exportação da UE é de produtos agrícolas baratos, subsidiados e processados, o que enfraquece a agricultura familiar em países em desenvolvimento, pois não conseguem competir com produtos europeus, contribuindo indiretamente para a insegurança alimentar e prejudicando a autonomia alimentar em regiões do Sul Global. Ademais, é notável que crises climáticas, conflitos e exploração de recursos naturais, muitas vezes com participação indireta de empresas europeias, também agravam o problema da fome global.¹⁸¹

<https://www.amnesty.org/en/documents/afr62/3183/2016/en/>. Acesso em: 22 maio. 2025.

¹⁸⁰ CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **A Política Agrícola Comum explicada**. Conselho da União Europeia, 2024. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/the-common-agricultural-policy-explained/>. Acesso em: 22 maio. 2025.

¹⁸¹ OXFAM INTERNATIONAL. **Stop the Dumping!** How EU agricultural subsidies are damaging livelihoods in the developing world. *Oxfam Policy & Practice*, 2005. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org/resources/stop-the-dumping-how-eu-agricultural-subsidies-are-damaging-livelihoods-in-the-114605/>. Acesso em: 22 maio. 2025.

23 ANGOLA

A República de Angola é um país localizado na região sudoeste da África, sendo detentora de um vasto território com uma área total de 1,2 milhões de km² e população estimada em 33,9 milhões de habitantes. Fundada em 1576 pelos portugueses, a capital Luanda serve como o principal porto e centro econômico do país, desempenhando um papel central no comércio de escravos durante o período colonial. Hoje, é uma metrópole vibrante, com uma população que ultrapassa 9 milhões de pessoas na área metropolitana, tornando-se a maior cidade de língua portuguesa no mundo, embora línguas bantu locais como quimbundo, umbundo e kikongo também sejam faladas.¹⁸²

Geograficamente, Angola apresenta uma diversidade impressionante. O país é rico em recursos naturais, incluindo petróleo, diamantes, ouro e minerais, sendo um dos principais exportadores de petróleo da África e de diamantes do mundo. É importante destacar que as exportações do país são, em grande parte, conduzidas por empresas estatais. Sendo assim, no setor de recursos minerais, uma empresa pública é responsável por controlar as transações comerciais, enquanto no segmento petrolífero, uma estatal manteve o domínio das negociações internacionais até que suas atribuições fossem transferidas a outra entidade governamental especializada.¹⁸³

Economicamente, mesmo a Angola sendo uma das maiores economias da África, o país enfrenta desafios significativos devido à sua alta dependência do petróleo, que representa cerca de 95% das

¹⁸² THORNTON, John Kelly; CLARENCE-SMITH, William Gervase. “**Angola**”. *Encyclopaedia Britannica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Angola>. Acesso em: 22 maio 2025.

¹⁸³ INTERNATIONAL TRADE ADMINISTRATION. Angola - Oil and Gas. Trade.gov, 2025. Disponível em: <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/angola-oil-and-gas>. Acesso em: 23 maio 2025

exportações e 60% da receita do governo. A recente queda nos preços desse insumo e o aumento das taxas de juros globais afetaram negativamente as finanças do país. Tarifas impostas pelo Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tiveram um impacto negativo no setor, uma vez que os americanos são um dos seus principais parceiros comerciais, perdendo apenas para a China.¹⁸⁴

Somado a isso, a presença crescente de empresas multinacionais em território angolano tem levantado preocupações quanto à exploração desigual de seus recursos. Casos como os da Mina de Diamantes de Catoca, na Lunda Sul, onde há denúncias documentadas de violência contra garimpeiros artesanais e degradação ambiental, ilustram práticas extrativistas que beneficiam majoritariamente corporações estrangeiras e elites locais, em detrimento do desenvolvimento das comunidades afetadas.¹⁸⁵ Como consequência, a mineração em larga escala tem causado poluição dos rios e degradação do solo, afetando a população angolana que depende desses recursos para sobrevivência, o que reflete nas mais de 1,3 milhões de pessoas que estão em estado de insegurança alimentar no País.¹⁸⁶

¹⁸⁴ DEUTSCHE WELLE. Angola: a dependência do petróleo tem de ser reduzida. DW, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-a-depend%C3%Aancia-do-petr%C3%B3leo-tem-de-ser-reduzida/a-71975839>. Acesso em: 23 maio 2025.

¹⁸⁵ MARTINS, André Guilherme Gonçalves; MACHADO, Anderson Reichert. **Angola: violações de direitos humanos por empresas diamantíferas e o dever de cuidados para o exercício de devida diligência.** *Revista FT*, v. 28, n. 136, jul. 2024. ISSN 1678-0817. DOI: 10.69849/revistaft/th10248091216. Disponível em: <https://revistaft.com.br/angola-violacoes-de-direitos-humanos-por-empresas-diamantiferas-e-o-dever-de-cuidados-para-o-exercicio-de-devida-diligencia/>. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁸⁶ NOVO JORNAL. **Insegurança alimentar aguda afectou 4% da população em 2023 e as previsões para 2024 são desanimadoras, com mais 1,5 milhões de pessoas a passar fome.** *Novo Jornal*, 28 maio 2024. Disponível em: <https://novojournal.co.ao/sociedade/detalhe/inseguranca-alimentar-aguda-afectou-4-da-populacao-em-2023-e-as-previsoes-para-2024-sao-desanimadoras-com-mais-15-milhoes-de-pessoas-a-passar-fome-36120.html>. Acesso em: 28 maio 2025.

A atuação de multinacionais nos setores de mineração e energia frequentemente perpetua dinâmicas de exploração oriundas do período colonial. Angola enfrenta dificuldades em regular atividades empresariais que impactam negativamente a biota local e restringem o acesso de comunidades tradicionais aos seus meios de subsistência, como a pesca e a caça. Em 2022, o país permitiu uma isenção temporária da política nacional de zero descarte, autorizando o despejo de águas residuais contaminadas no oceano de Cabinda. O episódio evidencia as fragilidades da governança ambiental angolana e a tendência estatal de privilegiar interesses corporativos, mesmo em detrimento da saúde pública.¹⁸⁷

Por outro lado, no cenário internacional, Angola mantém participação diplomática em temáticas com diversos países e é membra de organizações internacionais como a União Africana, a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) e a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Somado a isso, compôs como convidado da presidência brasileira, o encontro do G20 em 2024 em prol do compromisso com o multilateralismo, a cooperação internacional e a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza enquanto expande sua participação internacional em preparação para a presidência da União Africana em 2025.¹⁸⁸

¹⁸⁷ ALLAFRICA. **Angola: US Oil Giant Chevron and Hazardous Pollution in Angola.** *AllAfrica*, 9 nov. 2022. Disponível em: https://allafrica.com/stories/202211100011.html?utm_. Acesso em: 28 maio 2025.

¹⁸⁸ VERANGOLA. **Governo brasileiro: Angola apoia prioridades do Brasil na presidência do G20.** *VerAngola*, 2024. Disponível em: <https://www.verangola.net/va/pt/022024/Politica/38964/Governo-brasileiro-Angola-apoia-prioridades-do-Brasil-na-presid%C3%A2ncia-do-G20.htm>. Acesso em: 23 maio 2025.

24 ESPANHA

A Espanha ocupa uma posição estratégica no sudoeste da Europa, abrangendo cerca de 85% da Península Ibérica e fazendo fronteira com países como França, Portugal e Andorra. Com uma população de cerca de 48 milhões de habitantes, o país é conhecido por sua diversidade geográfica e cultural, possuindo arquipélagos importantes, como as Ilhas Baleares e as Canárias. Das montanhas dos Pireneus às paisagens mais áridas da Andaluzia, a Espanha é um mosaico de climas, línguas e tradições que formam uma identidade rica e multifacetada.¹⁸⁹

No entanto, apesar de possuir uma herança tão rica e de sua economia sólida dentro da Europa, o país tem enfrentado uma série de desafios nos últimos anos, que abrangem questões políticas, econômicas, sociais e até mesmo ambientais. Um dos maiores obstáculos é a mudança climática, que tem afetado diretamente a produção agrícola. O aumento da temperatura e a intensificação das secas têm colocado em risco a disponibilidade de água necessária para a irrigação das lavouras, especialmente em regiões como Múrcia e Almeria, conhecidas como a “horta da Europa”. A escassez hídrica levou o governo espanhol a limitar as transferências de água do rio Tejo para essas áreas, gerando atritos entre regiões e ameaçando a sustentabilidade da produção agrícola local.¹⁹⁰

No cenário ambiental global a Espanha ocupa um papel de destaque, caracterizando-se por um compromisso firme com as metas

¹⁸⁹ VERNET GINÉS, Juan; CARR, Raymond. “**Spain**”. *Encyclopaedia Britannica*, 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Spain>. Acesso em: 23 maio 2025.

¹⁹⁰ REDAÇÃO JAQUELINE. **Escassez de água gera atritos na Espanha, a horta da Europa**. Fato Amazônico, Manaus, 2 maio 2023. Disponível em: <https://fatoamazonico.com.br/escassez-de-agua-gera-atritos-na-espanha-a-horta-da-europa/>. Acesso em: 30 maio 2025.

climáticas globais, com mais de 50% de sua eletricidade proveniente de fontes limpas, especialmente eólica e solar.¹⁹¹ Contudo, a expansão desses parques energéticos tem gerado conflitos, impactando paisagens naturais e comunidades tradicionais. Um exemplo disso são os pastores de transumância das Serras de Gredos, cujas rotas ancestrais estão sendo afetadas. As mudanças climáticas já reduzem pastos e água, enquanto as novas infraestruturas dificultam essa prática cultural, ameaçando tanto a economia local quanto um patrimônio imaterial reconhecido pela UNESCO.¹⁹²

Segundo o Banco da Espanha, o setor agrícola acumula nove trimestres consecutivos de queda no número de empregos e dez na receita total. Essa desaceleração é resultado de uma combinação de fatores combinados: a escassez de mão de obra, os custos crescentes de produção atrelados a uma demanda interna estagnada e os impactos severos das mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, a elevação das taxas de juros encarece o crédito rural, dificultando os investimentos necessários para modernização e adaptação às novas exigências ambientais.¹⁹³

Apesar de sua importância como potência agropecuária na União Europeia, especialmente na produção de rações, carne suína e carne de aves para toda a Europa, a Espanha é fortemente dependente da

¹⁹¹ RED ELÉCTRICA DE ESPAÑA. **Red Eléctrica de España**. Disponível em: <https://www.ree.es/es>. Acesso em: 30 maio 2025.

¹⁹² UNESCO. **Transhumance, the seasonal droving of livestock**. *Representational List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity*, 2023. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/RL/transhumance-the-seasonal-droving-of-livestock-01964>. Acesso em: 31 maio 2025

¹⁹³ EL PAÍS. **La agricultura española toca fondo: casi tres años de caídas ininterrumpidas y empleos en riesgo**. EL PAÍS, Madrid, 13 out. 2024. Disponível em: <https://elpais.com/economia/2024-10-13/la-agricultura-espanola-toca-fondo-casi-tres-anos-de-caidas-ininterrumpidas-y-empleos-en-riesgo.html>. Acesso em: 31 maio 2025.

importação de soja, matéria-prima essencial para alimentação animal. Em 2023, cerca de 48,4% das importações espanholas de soja vieram do Brasil, o que evidencia uma vulnerabilidade estratégica do setor diante de instabilidades comerciais e geopolíticas. A recente imposição de tarifas dos Estados Unidos à soja brasileira gerou um redirecionamento das compras espanholas, ampliando a competição europeia por esse produto no mercado global.¹⁹⁴

No cenário global, a Espanha é um ator ativo, sendo membro da União Europeia, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da Organização das Nações Unidas (ONU), e, embora não faça parte permanente do G20, participa regularmente como convidada especial. Nesses espaços, traz sua experiência em transição energética e desenvolvimento sustentável. Ainda assim, o país enfrenta dilemas, como o impacto ambiental nas regiões costeiras, pressionadas pelo turismo e pela especulação imobiliária. Na Cúpula do G20, o presidente do governo espanhol, participou como um membro singular, reforçando o compromisso do país com a cooperação internacional para enfrentar os grandes desafios globais.¹⁹⁵

¹⁹⁴ FOLHA DE S.PAULO. **Espanhóis miram soja brasileira após tarifaço de Trump e veem tendência na Europa**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 9 abr. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/04/espanhois-miram-soja-brasileira-apos-tarifaco-de-trump-e-veem-tendencia-na-europa.shtml>. Acesso em: 31 maio 2025.

¹⁹⁵ ESPANHA. Presidência do Governo da Espanha. ***Pedro Sánchez highlights Spain's contribution and commitment to the Global Alliance Against Hunger and Poverty***. La Moncloa, 18 nov. 2024. Disponível em: <https://www.lamoncloa.gob.es/lang/en/presidente/news/paginas/2024/20241118-g20-summit.aspx>. Acesso em: 24 maio 2025.

25 VENEZUELA

A Venezuela, oficialmente conhecida como República Bolivariana da Venezuela, é um país que ocupa uma posição privilegiada no norte da América do Sul e possui como capital Caracas, uma cidade vibrante e cheia de contrastes. O país faz fronteira com o Brasil, a Colômbia e a Guiana, sendo banhado pelas águas azuis do Mar do Caribe e apresenta características geograficamente diversas: tem desde montanhas imponentes e florestas tropicais até vastas savanas e o majestoso rio Orinoco. Entre suas belezas naturais, destacam-se o Salto Ángel (a maior cachoeira do mundo) e o arquipélago de Los Roques, um verdadeiro paraíso caribenho.¹⁹⁶

A história da Venezuela é marcada por lutas e conquistas. Colonizada pelos espanhóis no final do século XV, o país alcançou sua independência em 1821, sob a liderança de Simón Bolívar, figura histórica que ainda hoje é símbolo de orgulho nacional. Durante o século XX, a Venezuela passou por períodos de ditadura e instabilidade política até alcançar certa estabilidade democrática. A descoberta do petróleo mudou completamente o rumo do país, trazendo crescimento econômico e visibilidade internacional. Entretanto, com a chegada de Hugo Chávez ao poder, em 1999, começou um novo capítulo, com fortes mudanças políticas e sociais, que se aprofundaram após sua morte, sob o governo de Nicolás Maduro.¹⁹⁷

A base da economia venezuelana é o petróleo, não por acaso, o país é classificado como uma das maiores reservas comprovadas do mundo. Durante anos, isso trouxe prosperidade, mas uma combinação de

¹⁹⁶ D. MARTZ, John; D. HECKEL, Heatherl. “**Venezuela**”. *Encyclopaedia Britannica*, 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Venezuela>. Acesso em: 24 maio 2025.

¹⁹⁷ *Ibidem*

má gestão, quedas no preço do barril e sanções internacionais acabou mergulhando o país numa crise severa: a hiperinflação, o desemprego e a falta de produtos essenciais passaram a fazer parte da rotina de milhões de venezuelanos. Nos últimos anos, houve uma pequena melhora, especialmente com o uso mais frequente do dólar nas transações, mas a população ainda enfrenta enormes desafios, e muitos optaram por deixar o país em busca de uma vida melhor.¹⁹⁸

No setor agrícola, a Venezuela enfrenta obstáculos estruturais graves, inflados pelas restrições econômicas e cambiais que dificultam a importação de insumos essenciais. Além disso, a falta de apoio governamental, a alta inflação e a escassez de combustível dificultam ainda mais a atividade agrícola entre a população restante. Como consequência desse cenário, os venezuelanos continuam a enfrentar uma severa crise humanitária, marcada por múltiplas carências. Estima-se que cerca de 82% dos venezuelanos estejam em situação de insegurança alimentar, refletindo a profunda deterioração das condições de vida no país.¹⁹⁹

Mesmo diante de tantos desafios, a Venezuela preserva sua rica cultura e a força de seu povo. No entanto, os povos indígenas, como os Warao, Taurepang e Uwottüja, vivem em extrema vulnerabilidade social, política e ambiental. Diversas etnias, como os Warao, Taurepang e Uwottüja, enfrentam sérias ameaças à sua existência e cultura, agravadas pela expansão de atividades extrativistas ilegais, como o garimpo e a exploração de petróleo, além de projetos hidrelétricos que têm causado danos irreversíveis aos ecossistemas da Amazônia venezuelana. Além da

¹⁹⁸ *Ibidem*

¹⁹⁹ CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Venezuela**. Conselho da União Europeia, 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/venezuela/>. Acesso em: 29 maio 2025.

degradação ambiental, essas atividades afetam diretamente a saúde das comunidades, com contaminação por mercúrio e a proliferação de doenças como malária.²⁰⁰

A crise econômica e política prolongada no país contribuiu para o colapso de serviços públicos básicos nas regiões indígenas, resultando em falta de assistência médica, escassez de alimentos, etc. Diante desse cenário, milhares de indígenas foram forçados a migrar, principalmente para o Brasil, em busca de melhores condições de vida. Entre 2015 e 2024, estima-se que mais de 9 mil indígenas venezuelanos cruzaram a fronteira e hoje vivem em situação precária em estados como Roraima. No entanto, organizações como o UNICEF têm atuado de forma significativa, desenvolvendo iniciativas voltadas ao fortalecimento da saúde mental, com foco especial na proteção de crianças e adolescentes indígenas.²⁰¹

Dentro da Venezuela, a situação permanece alarmante. Além da negligência estatal, os povos tradicionais enfrentam violência por parte de grupos armados ilegais que ocupam seus territórios e ameaçam lideranças comunitárias. Casos como o assassinato de Virgilio Trujillo Arana evidenciam o grau de insegurança vivido por essas populações. Diante desse panorama, torna-se urgente a atuação coordenada entre governos, organizações internacionais e sociedade civil para garantir a

²⁰⁰ PORTAL AMAZÔNIA. **Em 10 anos, mais de 9 mil indígenas venezuelanos migraram para o Brasil.** Portal Amazônia, 9 mar. 2025. Disponível em: <https://portalamazonia.com/cidadania/indigenas-venezuelanos-migram-brasil/>. Acesso em: 28 maio 2025

²⁰¹ UNICEF. **Afetadas pelo fluxo migratório da Venezuela, comunidades indígenas de Roraima são foco de projeto do UNICEF com apoio da Cooperação Espanhola.** UNICEF Brasil, 7 maio 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/afetadas-pelo-fluxo-migratorio-da-venezuela-comunidades-indigenas-de-roraima-sao-foco-de-projeto-do-unicef>. Acesso em: 29 maio 2025

proteção dos direitos humanos, a preservação cultural e o respeito à autodeterminação dos povos tradicionais venezuelanos.²⁰²

²⁰² REPAM. **Venezuela: Povos originários e seus territórios vivem extermínio confirmado por fatos.** Repam, 14 jun. 2023. Disponível em: <https://www.repam.net/pt/venezuela-povos-originarios-e-seus-territorios-vivem-extermínio-confirmado-por-fatos/>. Acesso em: 29 maio 2025

26 FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI)

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), foi criada em 1967 pela Lei nº 5.371, sendo esta responsável por substituir o antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). A criação deriva-se de um contexto histórico em que o Estado brasileiro buscava organizar e institucionalizar a política indigenista. Nessa perspectiva, os objetivos da Fundação visam a proteção e a promoção dos direitos dos povos indígenas no Brasil, atribuindo o título de órgão estatal principal responsável pela identificação, delimitação e demarcação das terras indígenas, etapas fundamentais para garantir a posse e o direito exclusivo de uso de territórios por esses grupos²⁰³

No âmbito do G20+, a promoção de uma transição energética justa e sustentável exige não apenas a adoção de tecnologias limpas, mas também o fortalecimento de mecanismos institucionais que garantam a participação efetiva das comunidades tradicionais nas decisões que impactam seus territórios, recursos naturais e modos de vida. Essa participação deve ser vinculante e respeitosa à autodeterminação desses povos.²⁰⁴ Nesse contexto, a Funai assume um papel estratégico, atuando como ponte entre as políticas ambientais de transição energética e a proteção dos direitos indígenas. A transição energética não pode ocorrer

²⁰³ Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). **Institucional**. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/Institucional>. Acesso em: 31 maio 2025.

²⁰⁴ Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). **Nota de esclarecimento**: FUNAI reforça que o autor do filme “A invenção do outro” deve consultar o povo Korubo sobre a utilização das imagens. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/nota-de-esclarecimento-funai-reforca-que-o-autor-do-filme-201ca-invencao-do-outro201d-deve-consultar-o-povo-korubo-sobre-a-utilizacao-das-imagens/SEI_FUNAI8096284NotaTcnica1.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

sob pena de reproduzir desigualdades históricas perante aos povos originários.

Ademais, a recente reestruturação do licenciamento ambiental do Projeto de Lei nº 2.159/2021, tem sido alvo de fortes críticas por parte dos especialistas. Além da fragilização técnica, o projeto coloca em risco os direitos dos povos originários. Dentre diversos alertas, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas impôs que a proposta afronta diretamente a Constituição Federal ao limitar a atuação do órgão à proteção de terras já demarcadas, desconsiderando processos em andamento. Isso implica na liberação de obras e empreendimentos sem o devido consentimento das comunidades afetadas.²⁰⁵

Outro fator amplamente conhecido é a tese do Marco Temporal, que condiciona o direito dos povos indígenas à demarcação de suas terras à ocupação em 1988. Criticada por organizações indígenas e órgãos oficiais, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, essa interpretação desconsidera os processos históricos de expulsão e violência sofridos por muitas comunidades, especialmente durante a ditadura militar, impedindo que estivessem em seus territórios na data estabelecida.²⁰⁶

Simultaneamente, o avanço do agronegócio sobre terras tradicionais, movido por interesses econômicos, intensifica conflitos e

²⁰⁵ Ministério Dos Povos Indígenas. **PL do licenciamento ambiental afronta a Constituição, ameaça direitos indígenas e limita atuação da FUNAI**. 2025.

Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2025/05/pl-do-licenciamento-ambiental-afronta-a-constituicao-ameaca-direitos-indigenas-e-limita-atuacao-da-funai>. Acesso em: 31 maio 2025.

²⁰⁶ Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). **Marco temporal volta à pauta no STF: entenda por que a tese é inconstitucional e viola os direitos dos povos indígenas**. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco-temporal-volta-a-pauta-no-stf-entenda-porque-a-tese-e-inconstitucional-e-viola-os-direitos-dos-povos-indigenas>. Acesso em: 29 maio 2025.

compromete a preservação ambiental. Pressões por legislações favoráveis à exploração de territórios tradicionais ignoram os direitos originários, revelando os desafios na proteção dos povos indígenas. Essa dinâmica agrava a insegurança alimentar nessas comunidades, ao passo que a primarização da economia e a crescente demanda por terras resultam em pressões por flexibilizações legais que enfraquecem os direitos territoriais e dificultam a demarcação de suas terras.²⁰⁷

Sob esse viés, a exploração de recursos naturais pela atividade humana desenfreada compromete a segurança alimentar das populações tradicionais, pois as plantas utilizadas como alimentos e chás em áreas exploradas apresentam contaminação por arsênio e cádmio, afetando diretamente a saúde e a alimentação dessas comunidades.²⁰⁸ Para frear esse processo, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas visa fomentar sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e adaptados às especificidades culturais das comunidades indígenas, fortalecendo a produção local de alimentos, respeitando os modos de vida tradicionais e contribuindo para a autonomia e o desenvolvimento dessas populações.²⁰⁹

²⁰⁷ Potter, Hyury; Junqueira, Diego. **Marco temporal: cobiça da soja por terras indígenas ignora pressão internacional por desmatamento zero**. Repórter Brasil, 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/06/marco-temporal-cobica-da-soja-por-terras-indigenas-ignora-pressao-internacional-por-desmatamento-zero/>. Acesso em: 29 maio 2025.

²⁰⁸ Blanco, Graziela Dias. **Soberania, segurança alimentar e ecotoxicidade de alimentos e plantas medicinais em áreas mineradas**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234684>. Acesso em: 29 maio 2025.

²⁰⁹ Fundação Nacional Dos Povos Indígenas (FUNAI). FUNAI assina acordo com ministérios para promover segurança alimentar em terras indígenas. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/funai-assina-acordo-com-ministerios-para-promover-seguranca-alimentar-em-terras-indigenas>. Acesso em: 31 maio 2025.

27 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos maiores movimentos sociais brasileiros, procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil. Nascido em 1984, é influenciado pela teoria marxista e pela teologia da libertação, defendendo o uso social da terra, a agroecologia – produção de alimentos saudáveis – e a soberania alimentar por meio da desapropriação de terras improdutivas para destiná-las às famílias de trabalhadores rurais que não possuem terra.²¹⁰

Com uma relação antagônica ao agronegócio, o MST diverge quanto à função do uso da terra. O movimento combate a concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários, pois acredita que deve haver a expansão de suas propriedades, bem como, a manutenção da estrutura fundiária atual.²¹¹ Além disso, esse antagonismo se mostra com a defesa da agricultura familiar, um modelo de produção ecológica que se baseia na diversificação de cultivos, ausência de agrotóxicos e na priorização do equilíbrio ambiental, diferindo-se do agronegócio que prioriza a monocultura, uso intensivo dos agrotóxicos e na exportação de commodities.²¹²

²¹⁰ CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Scielo - Scientific Electronic Library Online, [s. l], n. 2001, p. 207-224, 16 mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/>. Acesso em: 22 maio 2025.

²¹¹ ALMEIDA, Janailson Santos de; RODRIGUES, *João Paulo*. **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O MST é um contraponto ao agronegócio predatório no Brasil?** 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/05/08/o-mst-e-um-contraponto-ao-agronegocio-predatorio-no-brasil/>. Acesso em: 22 maio 2025.

²¹² MERLINO, Tatiana. “O agronegócio é o principal inimigo do Brasil”, O Joio e O Trigo, São Paulo, 17 set. 2024. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2024/09/o-agronegocio-e-o-principal-inimigo-do-brasil/>. Acesso em: 22 maio 2025.

Outrossim, no âmbito da transição energética, embora o movimento apoie a necessidade de uma matriz energética mais limpa, ele alerta para os riscos da expansão desordenada de projetos de energias renováveis (como parques eólicos e solares) em territórios de assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais. Há preocupações de que a instalação desses parques possa levar ao despejo de famílias, interrupção das dinâmicas de vida, a inviabilização da produção de alimentos e a consequente reprodução das desigualdades e problemas ambientais do modelo atual.²¹³

Neste sentido, o MST critica a capitalização da natureza pelo capital financeiro para a produção de energia, sem considerar os impactos sociais e ambientais locais. O movimento defende que a transição energética deve ser acompanhada de um projeto popular que garanta a soberania territorial e energética, beneficiando as comunidades locais e não apenas grandes empresas. Desse modo, o MST e outros movimentos sociais propõem uma transição energética popular e ecossocialista, priorizando a soberania energética e o controle social sobre os recursos naturais, buscando soluções que promovam a justiça social, o respeito aos territórios e a produção sustentável.²¹⁴

Nessa toada, o MST desenvolveu uma importante aliança na luta por direitos territoriais e um modelo de desenvolvimento rural que priorize

²¹³ NOGUEIRA, Anna Carolina de Andrade. **Transição Energética No Contexto Do Desenvolvimento Rural – Análise Da Convergência Entre Políticas Públicas De Diferentes Setores**. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Economia, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília-Df, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/sites/images/mestrado/turma3/anna-carolina-de-andrade-nogueira.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

²¹⁴ ALMEIDA, Beatriz. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Privatizações contra a transição energética**. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/07/26/privatizacoes-contr-a-transicao-energetica/>. Acesso em: 22 maio 2025.

a vida e a natureza com os povos originários e tradicionais, uma vez que tanto os sem terra quanto os povos originários enfrentam a concentração fundiária, o avanço do agronegócio e a grilagem, que ameaçam seus modos de vida e a posse de seus territórios. Sendo assim, ao passo que, para o MST, a terra é um meio de produção e vida digna para os trabalhadores rurais sem terra, para os povos indígenas, o território é a base de sua identidade cultural, espiritualidade, saberes ancestrais e subsistência, sendo eles a base dos saberes e uso da “agricultura familiar”.²¹⁵

²¹⁵ FERREIRA, Anelson. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **O MST está na trincheira da luta pela demarcação das Terras Indígenas**. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/12/16/o-mst-esta-na-trincheira-da-luta-pela-demarcacao-das-terras-indigenas/>. Acesso em: 22 maio 2025.

28 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE (IBAMA)

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foi criado em 1989 pela Lei nº 7.735, sendo este responsável por consolidar a política ambiental federal e unificar as funções ambientais anteriormente dispersas em diferentes órgãos governamentais. Sua origem está vinculada à crescente necessidade do Brasil de gerir de forma integrada a proteção ambiental em um contexto de rápido desenvolvimento econômico e crescente pressão sobre os recursos naturais. Nesse meio, o IBAMA atua como órgão executor do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), ²¹⁶ desempenhando papel central na regulamentação, fiscalização e preservação ambiental.²¹⁷

Entretanto, ainda que possua uma atuação exemplar e o instrumento do licenciamento ambiental como uma das principais ferramentas para a prevenção de impactos ambientais, o IBAMA apresenta barreiras significativas.²¹⁸ Em maio de 2025, o Senado aprovou o PL nº 2.159/2021, que estabelece um novo marco legal para o licenciamento ambiental. A medida desmantela a análise necessária e minuciosa dos ambientalistas ao criar a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), a qual permite que empreendimentos de baixo impacto declarem o cumprimento das exigências ambientais para um

²¹⁶ Ambisis. **Sisnama: o que é, função, estrutura e órgãos do sistema**. Disponível em: <https://ambisis.com.br/blog/legislacao-ambiental/sisnama-o-que-e/#:~:text=Qual%20a%20diferen%C3%A7a%20entre%20Sisnama,executa%20as%20pol%C3%ADticas%20do%20sistema>. Acesso em: 30 maio. 2025.

²¹⁷ Brasil. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Sobre o Ibama**. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/sobre-o-ibama>. Acesso em: 30 maio. 2025.

²¹⁸ BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Licenciamento Ambiental Federal**. Disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/>. Acesso em: 30 maio. 2025.

licenciamento facilitado, principalmente em atividades agropecuárias e obras de interesse nacional.²¹⁹

Embora, esta nova reestruturação do licenciamento ambiental, seja defendida por setores produtivos como uma medida de desburocratização para a realização de suas atividades em seus polos industriais, a proposta tem sido apontada como um grave retrocesso na proteção ambiental. Segundo Suely Araújo, ex-presidente do IBAMA, o projeto transforma o processo técnico em um mero “apertar de botão”, eliminando a avaliação adequada dos riscos. Consequentemente, a flexibilização das exigências técnicas compromete a função preventiva do licenciamento e reduz a análise crítica de impactos socioambientais.²²⁰

Ademais, no que compete a transição energética, apesar de consolidado o Guia de Avaliação de Impacto Ambiental para Sistemas de Transmissão de Energia, produzido pelo IBAMA, os impactos negativos permanecem e são frequentemente subestimados.²²¹ A supressão de vegetação nativa para abertura de faixas de servidão, fragmenta habitats, compromete a biodiversidade e altera o regime hidrológico de ecossistemas sensíveis.²²² Junto a isso, essas intervenções agravam o

²¹⁹ G1. **Senado aprova lei com novas regras para licenciamento ambiental**. 21 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/21/senado-aprova-lei-com-novas-regras-para-licenciamento-ambiental.ghtml>. Acesso em: 31 maio 2025.

²²⁰ Climainfo. **Projeto de lei no Senado implode o licenciamento ambiental, alerta ex-presidente do IBAMA**. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/05/14/projeto-de-lei-no-senado-implode-o-licenciamento-ambiental-alerta-ex-presidente-do-ibama>. Acesso em: 30 maio. 2025.

²²¹ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Guia para elaboração de AIA – Linhas de Transmissão. Brasília: **IBAMA**, 2019. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/phocadownload/licenciamento/2019/2019-02-08_guia-aia-linhas-transmissao_ibama_.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

²²² Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Ibama atua em força-tarefa multiagências para desintrusão da Terra Indígena Munduruku (PA). Brasília: **IBAMA**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2024/ibama-atua-em-forca-tarefa->

desmatamento, especialmente na Amazônia, e contribuem para o aumento das emissões de gases de efeito estufa, ampliando a degradação ambiental enquanto dizima a fauna e a flora brasileira.²²³

Desse modo, o processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), ainda carece de rigor técnico e de uma abordagem preventiva frente aos riscos ecológicos cumulativos e as questões indígenas. Desde 2023, o IBAMA tem intensificado suas ações de fiscalização em terras dos povos tradicionais para conter o avanço do garimpo ilegal, proteger o meio ambiente e os direitos daqueles que são ameaçados diariamente pela exploração irregular dos recursos naturais.²²⁴

De fato, a persistência desse cenário evidencia não apenas a fragilidade dos instrumentos de recuperação ambiental, mas também a limitação estrutural do próprio IBAMA em cumprir plenamente seu papel fiscalizador e regulador. A ausência de respaldo político, a escassez de recursos e as frequentes interferências externas comprometem a efetividade das ações do órgão, sobretudo em territórios tradicionalmente ocupados, onde os impactos ambientais assumem dimensões socioeconômicas e culturais profundas. Assim, torna-se urgente fortalecer a institucionalidade ambiental brasileira, garantindo autonomia técnica, investimentos adequados e a escuta ativa das comunidades afetadas,

multiagencias-para-desintrusao-da-terra-indigena-munduruku-pa. Acesso em: 21 maio 2025.

²²³ *Ibidem*

²²⁴ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Ibama atua em força-tarefa multiagências para desintrusão da Terra Indígena Munduruku (PA). Brasília: **IBAMA**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2024/ibama-atua-em-forca-tarefa-multiagencias-para-desintrusao-da-terra-indigena-munduruku-pa>. Acesso em: 21 maio 2025.

como condição mínima para a construção de uma governança ambiental mais justa e eficaz.²²⁵

²²⁵Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). PRADs em licenciamentos de mineração. Brasília: **IBAMA**, 2019. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/phocadownload/licenciamento/2019/2019-08-07-PRADS_em%20licenciamentos_de_mineracao.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

29 FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA

Inicialmente conhecida informalmente como “Bancada Ruralista” ou “Bancada do Boi”, em 1995, um grupo de parlamentares com interesse nesse setor fundou a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), oficializando sua existência por meio de Ata e Estatuto, assinada por deputados e senadores. As Frentes Parlamentares são entidades associativas e devem ser integradas por partidos variados, promovendo o aprimoramento da legislação federal. Sendo assim, a FPA tem como prioridade modernizar a legislação trabalhista, fundiária e tributária, bem como regulamentar terras indígenas e quilombolas.²²⁶

Quanto ao contexto de origem, a FPA nasceu durante os conflitos antagônicos na Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Neste pleito, os grupos estavam divididos entre representantes de movimentos sociais que buscavam a reforma agrária e os conservadores reacionários contrários às mudanças. Entretanto, essas discussões ultrapassaram o cenário do Congresso Nacional, chegando ao campo e acendendo debates quanto à estrutura fundiária do país, logo, esse período ficou marcado por violências e mortes na zona rural, em partes, apoiadas pela União Democrática Ruralista (UDR) que defende os direitos de propriedade e de produção agrícola.²²⁷

Hoje, a FPA é maioria no Congresso e sua capacidade de organização soma-se ao seu financiamento por grandes empresas interessadas. Binkowski afirma que o que acontece dentro da Câmara é

²²⁶ FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA). **História da FPA**. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em: 20 maio. 2025.

²²⁷ BRUNO, R. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e habitus de classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, p. 1–26, 2022.

uma “violência legislativa”,²²⁸ haja vista que o poder dos parlamentares é articulado por meio de alianças do capital latifundiário, incentivos econômicos de corporações do agronegócio. Dessa forma, a dinâmica parlamentar passa a funcionar a partir de subsídios pecuniários, jurídicos e políticos, impedindo ou favorecendo o avanço de pautas relevantes ou não para a Frente e seus apoiadores.²²⁹

No que tange às questões de preocupação global, em 2025, o presidente da FPA, o Deputado Pedro Lupion, criticou uma minuta de conciliação sobre o Marco Temporal. O documento expedido pelo Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmava que a proteção dos direitos originários independia de um marco temporal, no entanto, Lupion conclui que o marco temporal promoveria segurança jurídica para os produtores rurais do país. Com isso, o Deputado resume a problemática indígena a uma preocupação de direito à propriedade, não traduzindo o real cerne do conflito para os povos originários.²³⁰

Ainda sobre território indígena, nos últimos anos a FPA tem buscado a regulamentação da exploração energética nessas terras. Em abril de 2025, o Senado Federal criou um grupo de trabalho para elaborar um projeto de lei com o fito de regulamentar esse extrativismo mineral. A vice-presidente da FPA, Tereza Cristina, será a coordenadora do grupo, a proposta do projeto não deve basear-se na exploração predatória de riquezas e na exclusão dos povos, mas no respeito às comunidades, no

²²⁸ BINKOWSKI, P. **Dinâmicas e relações de poder nos conflitos agrários brasileiros**. In: BINKOWSKI, P. (org.). *Análise de conflitos e relações de poder em espaços rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

²²⁹ GRACIANO, M. C. et al.. **A força da Bancada do Boi: a Frente Parlamentar da Agropecuária na definição da política fundiária**. *Revista de Sociologia e Política*, v. 31, p. e015, 2023.

²³⁰ BORGES, R.; CAVALCANTE, I. **Presidente da FPA critica minuta de Gilmar sobre tese do marco temporal**. CNN Brasil, 17 fev. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/presidente-da-fpa-critica-minuta-de-gilmar-sobre-tese-do-marco-temporal/>. Acesso em: 20 maio. 2025.

desenvolvimento socioeconômico e na proteção ambiental. Vale destacar, por fim, que o grupo não é composto por nenhum Deputado ou liderança indígena.²³¹

Além disso, no mesmo ano, o Deputado Zucco, da FPA, declarou-se contra a proposta do governo Lula de zerar a alíquota de importação de alimentos e os impostos federais sobre a cesta básica. Zucco afirma que a medida é paliativa e não resolve o problema estrutural da alimentação no país, sua posição é de que a redução de preços é um conflito advindo da cadeia produtiva nacional. Ele aponta como principais obstáculos para a baixa de preços: o alto custo de produção e a dependência das importações. Outrossim, a Frente também critica o governo sobre o difícil acesso ao Plano Safra e os altos juros incidentes neste.²³²

²³¹ AGÊNCIA SENADO. **Senado cria grupo de trabalho para regulamentar mineração em terras indígenas**. Senado Notícias, 23 abr. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/04/23/senado-cria-grupo-de-trabalho-para-regulamentar-mineracao-em-terras-indigenas>. Acesso em: 20 maio. 2025.

²³² CNN BRASIL. **Oposição vê “solução paliativa” em medidas do governo sobre alimentos**. CNN Brasil, 7 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/oposicao-ve-solucao-paliativa-em-medidas-do-governo-sobre-alimentos/>. Acesso em: 20 maio. 2025.

30 WORLD FOOD PROGRAMME

O World Food Programme (WFP) ou Programa Mundial de Alimentos (PMA), é atualmente a maior agência humanitária do mundo no combate à fome e à má nutrição. É uma organização das Nações Unidas que desempenha um papel crucial na prestação de assistência alimentar em emergências e no apoio a projetos de desenvolvimento de longo prazo. O WFP possui como principal objetivo erradicar a insegurança alimentar e desnutrição e, neste sentido, atua em diversas frentes, alinhando suas ações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 2: Fome Zero.²³³

Em consonante, fornece ajuda humanitária para vítimas de deslocamento forçado por conflitos, afetadas por desastres naturais ou impactadas pelas mudanças climáticas. O PMA trabalha em mais de 120 países e territórios, como Afeganistão, RDC, Palestina, Moçambique, Sahel Central, Síria, Ucrânia, Iémen e Mianmar. A intervenção inclui a distribuição de alimentos, recursos financeiros, construção de infraestruturas, apoio à agricultura familiar, fortalecimentos dos sistemas alimentares locais, programas de alimentação escolar, serviços de logística, telecomunicações e transporte aéreo (Serviço Aéreo Humanitário das Nações Unidas - UNHAS) e a promoção da paz.²³⁴

Esse programa internacional é financiado inteiramente por doações voluntárias de governos, empresas e indivíduos, atuando em parceria com uma ampla rede de colaboradores – agências da ONU, como a FAO e o IFAD, ONGs, governos locais e organizações da sociedade civil. Em 2020, foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, em

²³³ WORLD FOOD PROGRAMME. **Quem somos**. 2025. Disponível em: <https://www.wfp.org/who-we-are>. Acesso em: 22 maio. 2025.

²³⁴ *Ibidem*

reconhecimento aos seus esforços no combate à fome, à promoção da paz em regiões afetadas por conflitos e à sua atuação para impedir o uso da fome como arma de guerra. No entanto, apesar do prestígio internacional, o WFP continua enfrentando sérios desafios devido ao déficit de financiamento.²³⁵

Em sua trajetória, desde 2011, o WFP mantém uma parceria com o Brasil, país amplamente reconhecido por seu Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que, por força de lei, destina ao menos 30% das compras de alimentos à agricultura familiar.²³⁶ Por meio do Centro de Excelência, o WFP tem promovido o compartilhamento dessa experiência brasileira com outros países em desenvolvimento, destacando a agricultura familiar como eixo central no abastecimento de programas sociais, em contraste com a lógica das grandes cadeias do agronegócio.²³⁷

Nessa toada, a interconexão entre mudanças climáticas, segurança alimentar e acesso à energia torna a transição energética uma pauta relevante para o PMA, uma vez que o programa reconhece que a

²³⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (org.). **Programa Mundial de Alimentos vence Prêmio Nobel da Paz de 2020**. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/95009-programa-mundial-de-alimentos-vence-pr%C3%AAmio-nobel-da-paz-de-2020#:~:text=Programa%20Mundial%20de%20Alimentos%20vence%20Pr%C3%AAmio%20Nobel%20da%20Paz%20de%202020,-09%20outubro%202020&text=O%20Programa%20Mundial%20de%20Alimentos,Nobel%20da%20Paz%20de%202020..> Acesso em: 23 maio. 2025.

²³⁶ BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dados Físicos e Financeiros do PNAE**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-fisicos-e-financeiros-do-pnae> . Acesso em: 30 maio. 2025

²³⁷ MAGALHÃES, Bruno Valim; BUANI, Christiani Amaral. **Cooperação Sul-Sul para segurança alimentar: influências do Centro de Excelência do Programa Mundial de Alimentos nas relações Brasil-África**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 437–475, 2017. DOI: 10.30612/rmufgd.v6i11.6941. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/6941>. Acesso em: 22 de maio. de 2025.

falta de acesso a fontes de energia limpas e sustentáveis agrava a fome e a vulnerabilidade, especialmente em comunidades que já enfrentam os impactos das crises climáticas. Com um enfoque na necessidade de Soluções de Energia Limpa para Cozinhar, devido a dependência em campos de refugiados ou comunidades vulneráveis, de fogões tradicionais a lenha ou carvão, o programa busca fornecer fogões mais eficientes e promover o uso de combustíveis limpos.²³⁸

A população originária e tradicional, enquanto as mais vulneráveis à insegurança alimentar e à degradação ambiental, também é ponto de preocupação para o programa. Há um esforço para colaborar com organizações indígenas, governos e outras agências da ONU (como a FAO e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA) para desenvolver abordagens que sejam sensíveis às necessidades e prioridades dos povos originários. Nesta perspectiva, o PMA faz parte da Coalizão de Sistemas Alimentares dos Povos Indígenas, uma iniciativa liderada por povos originários que busca influenciar políticas globais e promover ações que transformem os sistemas alimentares para melhor.²³⁹

²³⁸ RODRIGUES, Joana Celia Moraes. **O nexo água-energia-alimentos aplicado ao contexto da Amazônia Paraense**. 2017. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9449>. Acesso em: 23 maio. 2025.

²³⁹ ISHIMINE, Caroline Miti et al. **A emergência da nutrição infantil de povos indígenas no território das políticas públicas**. São Paulo, 2023. 37 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2023.

REFERÊNCIAS

ABELES, Martín; KIPER, Esteban. **El G20 y el rol de la Argentina**. Fundacion Friedrich Ebert, 2010.

AGÊNCIA BRASIL. México avança com reforma que reestatiza petróleo e energia elétrica. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-02/mexico-avanca-com-reforma-que-reestatiza-petroleo-e-energia-eletrica>. Acesso em: 23 maio 2025.

AGÊNCIA GOV. África do Sul assume liderança do G20 e presidente elogia legado do Brasil. **Agência Gov**, 1 dez. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202412/africa-do-sul-assume-lideranca-do-g20-e-presidente-elogia-legado-do-brasil>. Acesso em: 22 de maio de 2025.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA (ED.). **A Austrália elevou suas metas climáticas e agora precisa acelerar sua transição para energia limpa, diz nova revisão da AIE**. 2023. Disponível em: <https://www.iea.org/news/australia-has-raised-its-climate-targets-and-now-needs-to-accelerate-its-clean-energy-transition-says-new-iea-review?>. Acesso em: 20 maio 2025.

AGÊNCIA SENADO. **Senado cria grupo de trabalho para regulamentar mineração em terras indígenas**. Senado Notícias, 23 abr. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/04/23/senado-cria-grupo-de-trabalho-para-regulamentar-mineracao-em-terras-indigenas>. Acesso em: 20 de maio de 2025.

AGUIAR, C. B. O. **Ambição climática dos BRICS: Rússia**. Disponível em: https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2025/01/Russia_compressed.pdf. Acesso em: 30 maio 2025.

ALEXANDER, Nancy. **Introduction to the G20**. Fondation Heinrich Boell. Juin, 2011.

ALMEIDA, Beatriz. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Privatizações contra a transição energética**. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/07/26/privatizacoes-contr-a-transicao-energetica/>. Acesso em: 22 maio 2025.

ALMEIDA, E. C. O Papel Da União Africana Na Segurança Em África: Do Mar Mediterrâneo Ao Cabo. PROELIUM, v. 7, p. 129–140, 2016.

ALMEIDA, Janailson Santos de; RODRIGUES, João Paulo. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **O MST é um contraponto ao agronegócio predatório no Brasil?** 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/05/08/o-mst-e-um-contraponto-ao-agronegocio-predatorio-no-brasil/>. Acesso em: 22 maio 2025.

ALTEMANI, Henrique. **Os Organismos de Integração Econômica Regional na África**. Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, 1986, p. 96-112.

AMBISIS. **Sisnama: o que é, função, estrutura e órgãos do sistema**. Disponível em: <https://ambisis.com.br/blog/legislacao-ambiental/sisnama-o-que-e/#:~:text=Qual%20a%20diferen%C3%A7a%20entre%20Sisnama,executa%20as%20pol%C3%ADticas%20do%20sistema>. Acesso em: 30 maio. 2025.

AMNESTY INTERNATIONAL. **This is what we die for: Human rights abuses in the Democratic Republic of the Congo power the global trade in cobalt**. Londres: Amnesty International, 2016. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/afr62/3183/2016/en/>. Acesso em: 22 maio 2025.

ANGELO, Maurício. Mineração coleciona violações aos direitos indígenas no Canadá. **Instituto Socioambiental**, 20 set. 2021. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mineracao-coleciona-violacoes-aos-direitos-indigenas-no-canada>. Acesso em: 23 maio 2025.

ASSIS, Vinícius de. Falta crônica de energia leva tema ao centro das eleições sul-africanas e expõe uso do carvão. **O Globo**, 29 abr. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/04/29/falta-cronica-de-energia-leva-tema-ao-centro-das-eleicoes-sul-africanas-e-expoe-uso-do-carvao.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2025.

ASWICAHYONO, H.; BIRD, K; HILL, H. Desenvolvendo políticas econômicas em estados democráticos e frágeis em pós-crise: um estudo de caso indonésio. *World Dev.* 2009;37(2):354–370. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2008.06.007>. Acesso em: 21 maio 2025

AYLWIN, José. **Transição energética justa? Os impactos do lítio nas salinas andinas da Argentina, Bolívia e Chile**. *Debates Indígenas*, 01 maio 2025. Disponível em: <https://debatesindigenas.org/en/2025/05/01/a-just-energy-transition-the-impacts-of-lithium-extraction-on-the-andean-salt-flats-of-argentina-bolivia-and-chile/>. Acesso em: 22 maio 2025.

BANK OF FINLAND. Russia 's 2024 grain harvest falls below expectations. Helsinki: **BOFIT – Institute for Economies in Transition**, 3 jan. 2025. Disponível em: https://www.bofit.fi/en/monitoring/weekly/2025/vw202501_1/. Acesso em: 30 maio 2025.

BEZUTTI, Natália. IEA: Canadá mostra evolução na condução de políticas de transição energética. **MegaWhat**, 13 jan. 2022. Disponível em: <https://megawhat.energy/geracao/iea-canada-mostra-evolucao-na-conducao-de-politicas-de-transicao-energetica/>. Acesso em: 23 maio 2025.

BINKOWSKI, P. **Dinâmicas e relações de poder nos conflitos agrários brasileiros**. In: BINKOWSKI, P. (org.). *Análise de conflitos e relações de poder em espaços rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

BISPO, Fábio. **Transição energética gera corrida por minerais estratégicos com 5 mil requerimentos na Amazônia**. *InfoAmazonia*, 11 jun. 2024. Disponível em:

<https://infoamazonia.org/2024/06/11/transicao-energetica-gera-corrida-por-minerais-estrategicos-com-5-mil-requerimentos-na-amazonia/>. Acesso em: 18 maio 2025.

BLAIR, Nicole. Agriculture & Industry Statistics in Canada for 2023. **Made In CA**, 14 jan. 2025. Disponível em: https://madeinca.ca/agriculture-industry-statistics-canada/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 25 maio 2025.

BLANCO, Graziela Dias. **Soberania, segurança alimentar e ecotoxicidade de alimentos e plantas medicinais em áreas mineradas**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234684>. Acesso em: 29 maio 2025.

BORGES, R.; CAVALCANTE, I. **Presidente da FPA critica minuta de Gilmar sobre tese do marco temporal**. CNN Brasil, 17 fev. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/presidente-da-fpa-critica-minuta-de-gilmar-sobre-tese-do-marco-temporal/>. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Licenciamento Ambiental Federal**. Disponível em: <https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/>. Acesso em: 30 maio. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Sobre o Ibama**. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/sobre-o-ibama>. Acesso em: 30 maio. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Safra 2024/2025**. Brasília: MAPA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2024-2025>. Acesso em: 18 maio. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dados Físicos e Financeiros do PNAE**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-fisicos-e-financeiros-do-pnae> . Acesso em: 30 maio. 2025

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **G20 Brasil 2024**. Brasília: MIDR, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/g20>. Acesso em: 18 maio. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. **G20**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/lideres-mundiais-lancam-a-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza> Acesso em: 21 maio. 2025.

BRUNO, R. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e habitus de classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41, p. 1–26, 2022.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Scielo - Scientific Electronic Library Online, [s. l], n. 2001, p. 207-224, 16 mar. 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/>. Acesso em: 22 maio 2025.

CALVERT, Peter A.R., Eidt, Robert C., Donghi, Tulio Halperin. **Argentina**. Encyclopedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Argentina>. Acesso em: 18 maio de 2025.

CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ. Agendas comuns reforçam parceria entre Brasil e Canadá durante Cúpula do G20. CCBC, 7 dez. 2023. Disponível em: <https://www.ccbc.org.br/publicacoes/noticias-ccbc/agendas-comuns-reforcam-parceria-entre-brasil-e-canada-durante-cupula-do-g20/>. Acesso em: 23 maio. 2025.

CARIELLO, M.; CHAMBERS, I. La questione mediterranea. Milano: Mondadori Università, 2019.

CASSEN, Christophe; HOURCADE, Jean-Charles. Les politiques environnementales en France à la croisée des chemins, France, 2019. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/parole-dexpert/271812-les-politiques-environnementales-en-france-la-croisee-des-chemins>. Acesso em: 21 maio. 2025.

CAVALCANTI, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Revista Nera, n. 13, p. 16-25, 2012.

CHOTHIA, Farouk. Os ganhadores e os perdedores das eleições na África do Sul até agora. **BBC News Brasil**, 31 maio 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce44gwzx1pwo>. Acesso em: 23 maio. 2025.

CLARK, Martin; BERENGO, Marino. “Italia”. Encyclopædia Britannica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Italia>. Acesso em: 21 maio. 2025.

CLIMAINFO. **Projeto de lei no Senado implode o licenciamento ambiental, alerta ex-presidente do IBAMA**. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/05/14/projeto-de-lei-no-senado-implode-o-licenciamento-ambiental-alerta-ex-presidente-do-ibama>. Acesso em: 30 maio. 2025.

CNN BRASIL. **Argentina considera sair do Acordo de Paris, diz fonte à CNN**. CNN Brasil, 15 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/argentina-considera-sair-do-acordo-de-paris-diz-fonte-a-cnn/>. Acesso em: 21 maio. 2025.

CNN BRASIL. **Oposição vê “solução paliativa” em medidas do governo sobre alimentos**.

CNN Brasil, 7 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/oposicao-ve-solucao-paliativa-em-medidas-do-governo-sobre-alimentos/>. Acesso em: 20 maio. 2025.

COGNEAU, Denis; MESPLÉ-SOMPS, Sandrine. 2003. **les illusions de l'économie ivoirienne et la crise politique**. Afrique contemporaine, nº 206.

COLLEY, Linda J. et al. **Reino Unido**. Enciclopédia Britânica, 20 de maio de 2025, <https://www.britannica.com/place/United-Kingdom>. Acesso em: 20 de maio de 2025.

COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA (ECA). **Os recursos minerais essenciais de África, uma bênção para o comércio intra-africano e a integração regional**. 2024. Disponível em: <https://www.uneca.org/stories/africa%E2%80%99s-critical-mineral-resources%C2-a-boon-for-intra-african-trade-and-regional-integration>. Acesso em: 21 maio. 2025.

COMISSÃO PRÓ-INDÍO DE SÃO PAULO. **Impactos socioambientais da mineração em comunidades quilombolas**. Disponível em: <https://cpisp.org.br/quilombolas-em-oriximina/luta-pela-terra/mineracao/impactos-socioambientais/>. Acesso em: 29 maio 2025

COMMITTEE ON CLIMATE CHANGE (CCC). **Progress in reducing emissions: 2024 Report to Parliament**. Londres: CCC, 2024. Disponível em: <https://www.theccc.org.uk/publication/progress-in-reducing-emissions-2024-report-to-parliament/>. Acesso em: 23 maio. 2025.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **A Política Agrícola Comum explicada**. Conselho da União Europeia, 2024. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/the-common-agricultural-policy-explained/>. Acesso em: 22 maio. 2025.

COOK, Kody. **A AUS se junta à parceria global para a transição para energia limpa**. 2023. Revista Energy. Disponível em: <https://www.energymagazine.com.au/aus-joins-global-clean-energy-transition-partnership/>. Acesso em: 20 maio 2025.

COSTA, Murilo Gomes da. **A agenda africana no G20 e os desafios da adesão da União Africana**. Cadernos Adenauer XXV (2024), [s. l], v. 2, p. 121-140, 2024. Disponível em: <https://www.kas.de/documents/d/brasilien/cadernos-2-2024-cap-7>. Acesso em: 20 maio 2025.

DEMISSIE, Balew. Opinião: Entrada da UA no G20 é catalisador para ascensão do Sul Global. **Xinhua Português**, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://portuguese.news.cn/20241119/1ab98f860c894716a00d49e4a0e9faf1/c.html>. Acesso em: 22 maio. 2025.

DERSSO, Solomon Ayele; MEHARI, Lea. **Why African Union's membership in the G20 matters for both the G20 and Africa**. Addis Ababa: 2023. Disponível em: [https:// amaniafrica-et.org/why-african-unions-membership-in-the-g20-matters-for-boththe-g20-and-africa/](https://amaniafrica-et.org/why-african-unions-membership-in-the-g20-matters-for-boththe-g20-and-africa/). Acesso em: 21 maio. 2025.

DEUTSCHE WELLE (DW). **União Africana vira membro permanente do G20**, 09 set. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/uni%C3%A3o-africana-vira-membro-permanente-do-g20/a-66767618>. Acesso em: 22 maio 2025.

DOWNIE, Christian, (2018). **Diplomacia energética australiana**. Revista Australiana de Assuntos Internacionais , 73 (2), 119–125. <https://doi.org/10.1080/10357718.2018.1534941>.

ÉGERT, Balázs. **France's Environmental Policies**: Internalising Global and Local Externalities. Cesifo Working Paper: Category 9: Resource and Environment Economics, Paris, France, ed. 3887, July 2019. Disponível em: https://www.cesifo.org/DocDL/cesifo1_wp3887.pdf. Acesso em: 21 maio. 2025.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Petróleos Mexicanos. **Encyclopaedia Britannica**, 14 maio. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/money/Petroleos-Mexicanos>. Acesso em: 25 maio. 2025.

EUROPEAN COMMISSION. **REPowerEU**: 3 years on – Europe's energy independence in action. Bruxelas: Comissão Europeia, 2024. Disponível em: https://energy.ec.europa.eu/topics/markets-and-consumers/actions-and-measures-energy-prices/repowereu-3-years_en. Acesso em: 22 maio. 2025.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Panorama regional de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2023 – Estadísticas clave. **Roma: FAO**, 2023. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/b43315d5-5499-402d-92ec-a45140bceaf4/content/sofi-statistics-rlc-2023/sdg-2-food-insecurity.html>. Acesso em: 25 maio. 2025.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. The importance of Ukraine and the Russian Federation for global agricultural markets and the risks associated with the current conflict. **Roma: FAO**, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb9013en/cb9013en.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

FEARNSIDE, P. M.. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazonica**, v. 36, n. 3, p. 395–400, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/97R3WH4L93x74Sr5q7X7BVy/>. Acesso em: 31 maio 2025.

FERNANDES, Márcia. (2016). A organização da unidade africana como expressão do projeto político continental no pós-independência: disputa e reivindicações. Sankofa (São Paulo).

FERREIRA, Anelson. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **O MST está na trincheira da luta pela demarcação das Terras Indígenas**. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/12/16/o-mst-esta-na-trincheira-da-luta-pela-demarcacao-das-terras-indigenas/>. Acesso em: 22 maio 2025

FODHA, Mouez; JOUVET, Pierre-André; LE KAMA, Alain Ayong. **France and international environmental policy**. Économie internationale, [s. l.], ed. 108, p. 153-162, 2006. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-economie-internationale-2006-4-page-153.htm>. Acesso em: 21 maio. 2025.

FOFACK, Hyppolyte; MOLD, Andrew. The AfCFTA and African trade: An Introduction to the special issue. **Journal of African Trade**: Paris, Atlantis Press, v. 8, n.º 2, 2021, p. 1-11

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA). **História da FPA**. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>. Acesso em: 20 maio. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). FUNAI assina acordo com ministérios para promover segurança alimentar em terras indígenas. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/funai-assina-acordo-com-ministerios-para-promover-seguranca-alimentar-em-terras-indigenas>. Acesso em: 31 maio 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Institucional. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/Institucional>. Acesso em: 31 maio 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). **Marco temporal volta à pauta no STF: entenda por que a tese é inconstitucional e viola os direitos dos povos indígenas**. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco-temporal-volta-a-pauta-no-stf-entenda-porque-a-tese-e-inconstitucional-e-viola-os-direitos-dos-povos-indigenas>. Acesso em: 29 maio 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Nota de esclarecimento: FUNAI reforça que o autor do filme “A invenção do outro” deve consultar o povo Korubo sobre a utilização das imagens. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2025/nota-de-esclarecimento-funai-reforca-que-o-autor-do-filme-201ca-invencao-do-outro201d-deve-consultar-o-povo-korubo-sobre-a-utilizacao-das-imagens/SEI_FUNAI8096284NotaTcnica1.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

G1. **Senado aprova lei com novas regras para licenciamento ambiental**. 21 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/21/senado-aprova-lei-com-novas-regras-para-licenciamento-ambiental.ghtml>. Acesso em: 31 maio 2025.

G20. **Declaração de Líderes do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: G20, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/g20-rio-de-janeiro-leaders-em-portugues.pdf>. Acesso em: 23 maio. 2025.

GANZALA, Gabryelly Godois. **A industrialização, impactos ambientais e a necessidade de desenvolvimento de políticas ambientais sustentáveis no século XXI**. 2018. Disponível: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/295>. Acesso em 21 de maio de 2025.

GIBBENS, S. **15 impactos ambientais produzidos pelo governo Trump**. National Geographic Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/02/15-impactos-ambientais-produzidos-pelo-governo-trump>. Acesso em: 20 maio. 2025.

GIBSON, Ginger et al.. **Impact assessment in the Arctic: emerging practices of Indigenous-led review**. Yellowknife: Gwich'in Council International (GCI), 2018. Disponível em: https://gwichincouncil.com/sites/default/files/Firelight%20Gwich%27in%20Indigenous%20led%20review_FINAL_web_0.pdf. Acesso em: 23 maio. 2025.

GLOBAL WITNESS. **Rush for critical minerals in Philippines threatens Indigenous communities and biodiversity**. Londres: Global Witness, 3 dez. 2024. Disponível em: <https://globalwitness.org/en/press-releases/rush-for-critical-minerals-in-philippines-threatens-indigenous-communities-and-biodiversity/>. Acesso em: 23 maio. 2025.

GOPNIK, Adam et al. **United States**. Encyclopædia Britannica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/United-States>. Acesso em: 20 maio 2025.

GRACIANO, M. C. et al.. **A força da Bancada do Boi: a Frente Parlamentar da Agropecuária na definição da política fundiária**. Revista de Sociologia e Política, v. 31, p. e015, 2023.

HAFFNER, J. A. H., & VIANA, G. E. S. (2013). União Africana: desafios e oportunidades do bloco. Conjuntura Austral, 4(20), 69–94. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.38134>.

HANNAM, Petter. The Guardian. **Austrália sobe para o segundo lugar no ranking mundial de gestão orçamental, mostram dados do FMI**. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2024/apr/17/australia-second-world-budget-rankings-canada-imf-data>. Acesso em: 22 maio 2025.

HARRIS, Sarah. **Food insecurity rising in UK because of climate breakdown, Defra report finds**. The Guardian, 11 dez. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2024/dec/11/food-insecurity-rising-uk-climate-breakdown-inflation-brexit-defra-report>. Acesso em: 23 maio. 2025.

HEIDUK, Felix. Indonesia in ASEAN: regional leadership between ambition and ambiguity. Berlim: Swp Research Paper, 2016.

HERVIEU, B.; PURSEIGLE, F. Pour une sociologie des mondes agricoles dans la globalisation. Études rurales, Paris, n. 183, p. 177-200, 2009.

HOSKINS, Gareth. **União Europeia**. Encyclopaedia Britannica, 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/European-Union>. Acesso em: 22 maio. 2025.

INDIGENOUS peoples in Mexico. **Minority Rights Group**. Disponível em: <https://minorityrights.org/communities/indigenous-peoples-4/>. Acesso em: 23 maio. 2025.

INDIGENOUS RUSSIA. **Russia's Indigenous Peoples call for international support to save the Arctic**. 2021. Disponível em: <https://indigenous-russia.com/archives/16996>. Acesso em: 21 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Guia para elaboração de AIA – Linhas de Transmissão. Brasília: **IBAMA**, 2019. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/phocadownload/licenciamento/2019/2019-02-08_guia-aia-linhas-transmissao_ibama_.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Ibama atua em força-tarefa multiagências para desintrusão da Terra Indígena Munduruku (PA). Brasília: **IBAMA**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2024/ibama-atua-em-forca-tarefa-multiagencias-para-desintrusao-da-terra-indigena-munduruku-pa>. Acesso em: 21 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). PRADs em licenciamentos de mineração. Brasília: IBAMA, 2019. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/phocadownload/licenciamento/2019/2019-08-07-PRADS_em%20licenciamentos_de_mineracao.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Dossiê nº 65: A Argentina sob pressão: agroexportação, inflação e resistência popular. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2023. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2023/06/20230606_D65_PT_Web.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **Critical Raw Materials and European Defence**. Londres: IISS, 2025. Disponível em: <https://www.iiiss.org/research-paper/2025/03/critical-raw-materials-and-european-defence/>. Acesso em: 22 maio. 2025.

ISHIMINE, Caroline Miti et al. **A emergência da nutrição infantil de povos indígenas no território das políticas públicas**. São Paulo, 2023. 37 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2023.

JAMES, Preston E.; MARTINS, Luciano; SCHNEIDER, Ronald Milton. **Brazil**. Encyclopædia Britannica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Brazil>. Acesso em: 18 maio. 2025.

KITAJIMA, Masamoto. **Japão**. Encyclopædia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Japan>. Acesso em: 23 maio. 2025.

KRUEGER, Ralph R.; NICHOLSON, Norman L. Relief. Canada. **Encyclopaedia Britannica**, 25 maio. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Canada/Relief>. Acesso em: 25 maio. 2025.

LACROIX, Valérie; ZACCAÏ, Edwin. **Quarante ans de Politique Environnementale en France: Évolutions, Avancées, Constante**, França, p. 211-212, fev. 2010. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-francaise-d-administration-publique-2010-2-page-205.htm>. Acesso em: 13 junho 2025.

LANGE, Robert Terence; TWIDALE, Charles Rowland; POWELL, Joseph Michael; RICKARD, John David; ROE, Michael, VEEVERS, John J.; Et Al. **Austrália**. Encyclopædia Britannica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Australia>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

LEWIS, Leo. **Japan faces worst rice shortage in decades**. Financial Times, 6 set. 2024. Disponível em: <https://www.ft.com/content/4a0ea012-1bcb-4944-8201-a45438d94083>. Acesso em: 23 maio. 2025.

LIMA, T.; DIAS, A. Segurança alimentar russa: estratégia de autonomia para uma estrutura internacional de incertezas. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: <https://rbed.emnuvens.com.br/rbed/article/view/75064/42076> (p.283). Acesso em: 30 maio. 2025.

LIMA, Thalita. Idiomas da África do Sul. **Bureau Works**, s.d. Disponível em: <https://www.bureauworks.com/pt/blog/idiomas-da-africa-do-sul>. Acesso em: 22 maio. 2025.

LOPES, C. G. R. A proteção do meio ambiente na perspectiva do direito fundamental à consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 267–292, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/3376>. Acesso em: 31 maio 2025.

MAGALHÃES, Bruno Valim; BUANI, Christiani Amaral. **Cooperação Sul-Sul para segurança alimentar: influências do Centro de Excelência do Programa Mundial de Alimentos nas relações Brasil-África**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 437–475, 2017. DOI: 10.30612/rmufgd.v6i11.6941. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/6941>. Acesso em: 22 de maio. de 2025.

MAJAVU, Anna; XOLO, Nomfundo. Cultivos comunitários e esforços agrícolas são início da soberania alimentar na África do Sul. **Brasil de Fato**, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/24/cultivos-comunitarios-e-esforcos-agricolas-sao-inicio-da-soberania-alimentar-na-africa-do-sul/>. Acesso em: 28 maio. 2025.

MCDIVITT, James F. “Indonésia”. Encyclopædia Britannica, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Indonesia>. Acesso em: 21 maio. 2025.

MELLO, Michele de. México apresenta ao G20 “Plano Mundial de Bem Estar” para cobrar impostos aos mais ricos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 7 dez. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/07/mexico-apresenta-ao-g20-plano-mundial-de-bem-estar-para-cobrar-impostos-aos-mais-ricos/>. Acesso em: 23 maio. 2025.

MERLINO, Tatiana. **“O agronegócio é o principal inimigo do Brasil”**, O Joio e O Trigo, São Paulo, 17 set. 2024. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2024/09/o-agronegocio-e-o-principal-inimigo-do-brasil/>. Acesso em: 22 maio 2025.

MILHAZES, J. **A mais breve história da Rússia - Dos escravos a Putin**. Coimbra: Dom Quixote, 2021.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. PL do licenciamento ambiental afronta a Constituição, ameaça direitos indígenas e limita atuação da FUNAI. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2025/05/pl-do-licenciamento-ambiental-afronta-a-constituicao-ameaca-direitos-indigenas-e-limita-atuacao-da-funai>. Acesso em: 31 maio 2025.

MONCAU, Gabriela. **“O Agro não é pop”**: estudo aponta que a fome é resultado do agronegócio. Brasil de Fato, 20 out. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/20/o-agro-nao-e-pop-estudo-aponta-que-a-fome-e-resultado-do-agronegocio/>. Acesso em: 18 maio. 2025.

NEVES, Ernesto. **As lições do país rico que reduziu pela metade suas emissões de carbono**. Veja, São Paulo, 13 mar. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/agenda-verde/as-lico-es-do-pais-rico-que-reduziu-pela-metade-suas-emissoes-de-carbono/>. Acesso em: 23 maio. 2025.

NIAA. **Indigenous Affairs**. Disponível em: <https://www.niaa.gov.au/indigenous-affairs>. Acesso em: 20 maio 2025.

NOGUEIRA, Anna Carolina de Andrade. **Transição Energética No Contexto Do Desenvolvimento Rural – Análise Da Convergência Entre Políticas Públicas De Diferentes Setores**. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Economia, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília-Df, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/sites/images/mestrado/turma3/anna-carolina-de-andrade-nogueira.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

O GLOBO. **Milei ordena retirada de delegação argentina da COP 29 no Azerbaijão**. O Globo, Rio de Janeiro, 13 nov. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/11/13/milei-ordena-retirada-de-delegacao-argentina-da-cop-29-no-azerbaijao.ghtml>. Acesso em: 21 maio. 2025.

OBAYASHI, Yuka. **Japan halts some poultry imports from Brazil after bird flu outbreak**. Reuters, 18 maio 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/japan/japan-partially-suspends-poultry-imports-brazil-after-bird-flu-outbreak-2025-05-19/>. Acesso em: 23 maio. 2025.

OECD (2013), OECD Environmental Performance Reviews: Italy 2013, OECD Environmental Performance Reviews, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264186378-en>. Acesso em: 21 maio. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (org.). **Programa Mundial de Alimentos vence Prêmio Nobel da Paz de 2020**. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt->

br/95009-programa-mundial-de-alimentos-vence-pr%C3%AAmio-nobel-da-paz-de-2020#:~:text=Programa%20Mundial%20de%20Alimentos%20vence%20Pr%C3%AAmio%20Nobel%20da%20Paz%20de%202020,-09%20outubro%202020&text=O%20Programa%20Mundial%20de%20Alimentos,Nobel%20da%20Paz%20de%202020.. Acesso em: 23 maio. 2025.

ORGANIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO JAPÃO (JETRO). **Digitalização e descarbonização serão as tendências motrizes da indústria de manufatura do Japão**. Tóquio, 2023. Disponível em: https://www.jetro.go.jp/en/invest/attractive_sectors/manufacturing/overview.html. Acesso em: 23 maio. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção n.º 169 sobre Povos Indígenas e Tribais**. Genebra: OIT, 1989. Disponível em: https://normlex.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169. Acesso em: 23 maio 2025.

OXFAM INTERNATIONAL. **Stop the Dumping!** How EU agricultural subsidies are damaging livelihoods in the developing world. Oxfam Policy & Practice, 2005. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org/resources/stop-the-dumping-how-eu-agricultural-subsidies-are-damaging-livelihoods-in-the-114605/>. Acesso em: 22 maio. 2025.

PALERM, Angel; MEYER, Michael C. Mexico. **Encyclopaedia Britannica**, 24 maio. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Mexico>. Acesso em: 25 maio. 2025.

PEREIRA, T. L. V.; PEDONE, L. A importância dos recursos naturais na modernização econômica, militar e geopolítica da Federação Russa. **Revista de Geopolítica**, v. 4, n. 2, p. 1-15, 2016. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/85/84>. Acesso em: 30 maio. 2025.

PINTO, Raquel Giffoni; MALERBA, Julianna. **A política (anti) ambiental nos Estados Unidos e no Brasil: uma análise comparativa**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 60, p. 143-166, 2022.

PIRES, M. C.; NASCIMENTO, L. G. A GEOPOLÍTICA SINO-RUSSA NA EURÁSIA E AS DISPUTAS CHINA-EUA: ÁSIA-PACÍFICO-GRANDE EURÁSIA VS INDO-PACÍFICO. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, p. 27. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/490592603.pdf>. Acesso em: 30 maio. 2025.

PIRMANA, V; ALISJAHBANA, A.S; YUSUF, A.A; HOEKSTRA, R; TUKKER, A. (2021) Environmental costs assessment for improved environmental-economic account for Indonesia. J. Clean. Product. 280, 124521. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.124521>. Acesso em: 21 maio. 2025

POPOVICH, N.; ALBECK-RIPKA, L.; PIERRE-LOUIS, K. **The Trump administration is reversing nearly 100 environmental rules. Here's the full list**. The New York

Times, 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2020/climate/trump-environment-rollbacks.html>. Acesso em: 20 maio. 2025.

POTTER, HYURY; JUNQUEIRA, DIEGO. **Marco temporal: cobiça da soja por terras indígenas ignora pressão internacional por desmatamento zero**. Repórter Brasil, 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/06/marco-temporal-cobica-da-soja-por-terras-indigenas-ignora-pressao-internacional-por-desmatamento-zero/>. Acesso em: 29 maio 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **PNUMA e Itália ampliam esforços para aproveitar a digitalização para avanços ambientais e humanitários**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/destaque-tecnico/pnuma-e-italia-ampliam-esforcos-para-aproveitar-digitalizacao-para-avancos>. Acesso em: 21 maio. 2025

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. Brasília: Ibama, 2005. Disponível em: <http://www.blogdocancado.com/wp-content/uploads/2011/06/livro-introducao-a-gestao-ambiental-publica.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2025. p. 40-46.

READFEARN, Graham. **A resposta climática da Austrália está entre as piores do G20, segundo relatório**. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2019/nov/11/australia-climate-response-among-worst-g20?>. Acesso em: 22 maio 2025.

REDAÇÃO AGRISHOW. Agricultura pelo mundo: conheça as características da agricultura do México. **Agrishow Digital**, 30 out. 2024. Disponível em: <https://digital.agrishow.com.br/artigos/agricultura-pelo-mundo-conheca-caracteristicas-da-agricultura-do-mexico/>. Acesso em: 25 maio. 2025.

RODRIGUES, Joana Celia Moraes. **O nexó água-energia-alimentos aplicado ao contexto da Amazônia Paraense**. 2017. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9449>. Acesso em: 23 maio. 2025

SAVE THE CHILDREN INTERNATIONAL (org.). **RDC: Minas de cobalto, trabalho infantil e a transição verde**. 2024. Disponível em: <https://www.savethechildren.net/stories/drc-cobalt-mines-child-labour-and-green-transition>. Acesso em: 20 maio. 2025.

SHEKHAR, Vibhanshu. *Indonesia's Foreign Policy and Grand Strategy in the 21st Century: rise of an indo-pacific power*. Nova Iorque: Routledge, 2018.

SIHLOBO, Wandile. Record exports in South Africa's agriculture point to a resilient sector. **Agricultural Economics Today**, 29 mar. 2025. Disponível em: <https://wandilesihlobo.com/2025/03/29/record-exports-in-south-africas-agriculture-point-to-a-resilient-sector/>. Acesso em: 28 maio. 2025.

SIQUEIRA, Ivone dos Santos, et al. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o

agronegócio no Brasil. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 28, n. 1, p. 281–302, 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/rumosdapublicidade/trabalhos/a-campanha-publicitaria-agro-e-tech-agro-e-pop-agro-e-tudo-da-rede-globo-de-televisao-como-difusora-da-propaganda-sobre-o-agronegocio-no-brasil/>. Acesso em: 18 maio. 2025.

SIRADAG, Abdurrahim. 2014. **Understanding French Foreign and Security Policy towards Africa: Pragmatism or Altruism**. *Afro Eurasian Studies Journal*, Vol. 3, Issue 1, Spring.

STOLYAROV, G. Russia 's April seaborne grain exports fell 61 per cent to 2.4m tons. **Baird Maritime**, 2025. Disponível em: <https://www.bairdmaritime.com/shipping/dry-cargo/bulkers/russias-april-seaborne-grain-exports-fell-61-per-cent-to-24m-tons>. Acesso em: 30 maio. 2025.

TRANGIA, Takashi. **Trump breathes new life into \$44bn Japan-Alaska LNG project**. *Nikkei Asia*, 5 dez. 2023. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Business/Energy/Trump-breathes-new-life-into-44bn-Japan-Alaska-LNG-project>. Acesso em: 23 maio. 2025.

TREM MAYA: México avança com projeto ferroviário controverso. **Think Landscape – Global Landscapes Forum**. Disponível em: https://thinklandscape-globallandscapesforum-org.translate.goog/68374/tren-maya-mexico/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=sge. Acesso em: 23 maio. 2025.

VIANA, André Rego; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **G20: os desafios da coordenação global e da rerregulação financeira**. 2010.

VISENTINI, P. F. **O caótico século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015. p.101-102.

WALLIS, Andrew. 2007. **Silent Accomplice** – the untold story of France's role in Rwandan Genocide. London: I.B. Tauris.

WILLOWS, N. D.; LOEWEN, O. K.; BLANCHET, R.; GODRICH, S. L.; VEUGELERS, P. J. Indigenous identity and household food insecurity are associated with poor health outcomes in Canada. **Canadian Journal of Dietetic Practice and Research**, v. 85, n. 2, p. 76–82, 2024. Disponível em: https://dcjournal.ca/doi/abs/10.3148/cjdpr-2023-024?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 25 maio. 2025.

WOLOCH, Isser; WEBER, Eugen. **“France”**. *Encyclopædia Britannica*, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/France>. Acesso em: 21 maio. 2025.

WORLD FOOD PROGRAMME. **Quem somos**. 2025. Disponível em: <https://www.wfp.org/who-we-are>. Acesso em: 22 maio. 2025.

WORLDOMETERS. **Russia Population** (2024). Disponível em: <https://www.worldometers.info/world-population/russia-population/>. Acesso em: 30 maio. 2025.

ZERO CARBON ANALYTICS (org.). **Desenvolvimento dos recursos minerais de África:** o que precisa de acontecer. 2024. Disponível em: <https://zerocarbon-analytics.org/archives/netzero/developing-africas-mineral-resources-what-needs-to-happen>. Acesso em: 21 maio. 2025.